



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA  
NAS NOVAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**TÍTULO:** A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA  
PAZ E RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA

Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Doutora Brígida Rocha Brito.

RITA MAFALDA CAVACO SIMÕES BOURGUIGNON SILVA

FEVEREIRO DE 2013

---

## EPÍGRAFE

*"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o Mundo."*

Nelson Mandela

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus avós maternos. À minha avó Celeste “Xepa” e ao meu avô Domingos “velho Cavaco”.

Os dois partiram para Angola, Luanda, em 1950 à procura de um sonho, que eu realizo, 63 anos depois.

Aqui cheguei e deles me lembro, todos os dias.

Dedico este trabalho aos meus pais. Sem eles, com certeza não seria possível. Dedico-lhes este e todos os outros momentos da minha vida em que pude aplicar os valores e educação que sempre me deram.

Dedico este trabalho ao meu marido. A quem amo desde o dia em que o vi pela primeira vez. Ele é a luz da minha vida e aquele que me dá um sorriso sempre que estou triste. Que sempre me apoiou e que mais tem sido sacrificado pela distância, que marca a realização deste projecto, mais ainda quando espero o nosso primeiro filho.

Dedico este trabalho ao meu tio Miguel. Ele que não está mais entre nós mas que eu nunca esqueço. E que sei, que onde estiver estará orgulhoso de mim.

Dedico este trabalho à minha tia Mena e aos meus primos, que cresci tratando como se fossem os irmãos que nunca tive.

Dedico este trabalho aos meus primos da segunda geração que agora começam a dar os primeiros passos nos estudos. Que também eles possam chegar onde eu cheguei.

Dedico este trabalho aos meus alunos que, em Luanda, me apoiaram e apoiam, forneceram dados, contactos importantes para a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todos os que contribuíram para que este trabalho se pudesse concretizar.

Agradeço ao Professor Doutor Fernando Albuquerque Mourão. Um homem de sábias palavras, que muito me orientou nesta minha caminhada, em Angola.

Agradeço à Universidade Independente de Angola e à Direção da mesma que me facilitou as ausências em vários períodos, para poder, em Portugal, realizar a parte letiva deste Mestrado.

Agradeço a paciência dos meus familiares em amigos, em especial do meu marido, que se viu, muitas vezes, privado da minha companhia para ler e pesquisar dados para este trabalho.

Agradeço aos meus alunos pela paciência de me aturar, em dias mais cansativos, depois de longas jornadas a “mestrar”.

Uma palavra também de agradecimento à minha Orientadora Prof. Doutora Brígida Rocha Brito, pela sua colaboração, paciência e apoio, ainda que à distância.

Muito obrigado.

## RESUMO

Esta dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Paz e Guerra nas Novas Relações Internacionais, pretende analisar a renovação do pensamento estratégico, quer no que diz respeito ao conflito quer à ausência deste.

Os “*Peace Studies*” ou Estudos da Paz abordam e identificam comportamentos violentos e não violentos, numa altura em que a agenda para a paz está na ordem do dia da política mundial com especial atenção para a diplomacia preventiva, a gestão de crises, a mediação de conflitos, a reconstrução de sociedades afetadas pela violência armada e, principalmente o crescimento de economias emergentes e de países em vias de desenvolvimento.

O objetivo central desta dissertação é, precisamente estudar e/ou analisar modelos que conduzem à consolidação da paz a partir do contributo que a educação pode e deve dar. O foco do estudo recai sobre as vantagens que a educação pode proporcionar como caminho não só para a resolução de conflitos como também para a reconstrução nacional e manutenção da paz, em Angola.

Procurou-se, através do método explicativo, complementado por uma extensa análise bibliográfica e documental, encontrar respostas comprovativas de que uma forte aposta na educação é o plano estratégico mais acertado para criar capacidades em países, onde o índice de desenvolvimento humano é, naturalmente baixo e, onde a guerra domina grande parte da sua história.

A hipótese formulada visa demonstrar que a educação e todos os mecanismos que envolvem a construção desta em função da paz podem ser a solução mais eficaz para o fim dos conflitos e/ou para a prevenção destes.

**Palavras-chave:** Paz e Guerra; Construção e Cultura de Paz; Educação; Sustentabilidade

## **ABSTRACT**

This dissertation, written as part of the Master Degree in Peace and War in the New International Relations, aims to examine the renewal of strategic thinking during a conflict or in the end of it.

The "Peace Studies" discuss and identify violent and nonviolent behavior, at this time, as a priority on the agenda of world politics with special attention to preventive diplomacy, crisis management, conflict mediation, reconstruction societies affected by armed violence, and especially the growth of emerging economies and developing countries.

The main subject of this dissertation is precisely to study and/or analyze models that lead to the consolidating peace from the contribution that education can and should give. The study's focus is on the benefits that education can provide as a way not only to resolve conflicts but also for national reconstruction and peacekeeping in Angola.

Through the explanatory method, complemented by an extensive literature review and documentary, we've tried to find answers showing that a strong commitment to education strategic plan is wiser to build capacity in countries where the human development index is naturally low and, where war dominates much of its history.

The hypothesis aims to demonstrate that education and all mechanisms that involve the construction of peace may be the most effective solution to end or to prevent a conflict.

**Keywords:** Peace and War, Peacebuilding and peace culture, Education, Sustainability

## ÍNDICE

<b>EPÍGRAFE.....</b>	<b>II</b>
<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>IV</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS .....</b>	<b>X</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>a) EXPLICAÇÃO DO TEMA .....</b>	<b>5</b>
<b>b) OBJECTIVOS .....</b>	<b>6</b>
I) <i>Objectivos gerais</i> .....	6
II) <i>Objectivos específicos</i> .....	7
<b>c) JUSTIFICAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>d) FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>9</b>
<b>I PARTE.....</b>	<b>11</b>
<b>A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – Enquadramento no âmbito das Relações Internacionais .....</b>	<b>11</b>
1.1.A <i>manutenção da Paz</i> .....	11
1.2. <i>Peacemaking, Peacebuilding, Peacekeeping</i> .....	12
1.3. <i>Investigação e construção da paz</i> .....	18
<b>Capítulo 2 – A educação como estratégia para a manutenção da paz e reconstrução nacional .....</b>	<b>19</b>
2.1. <i>Educação</i> .....	19
2.2. <i>Educação para a Paz</i> .....	20
2.3. <i>Educação para todos</i> .....	23
2.3.1. <i>A escola</i> .....	23
2.3.2. <i>Crianças fora da escola</i> .....	25
2.4. <i>Globalização e Educação</i> .....	25
2.5. <i>Recuperação da identidade cultural</i> .....	29
2.6. <i>O papel da família na educação</i> .....	30
2.7. <i>Qual o papel do Estado na educação</i> .....	32

2.8. A importância dos Media na manutenção da Paz .....	32
<b>II PARTE .....</b>	<b>34</b>
<b>A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ EM ANGOLA .....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 1 – Enquadramento histórico e político de Angola .....</b>	<b>34</b>
1.1. Angola, terra de contrastes .....	34
1.2. O processo de Paz .....	39
1.3. A importância das Organizações Internacionais em Angola.....	40
1.3.1. A intervenção das Nações Unidas.....	40
1.3.2. União Europeia e a reconstrução angolana .....	41
1.3.3. As organizações regionais e a prevenção de conflitos .....	43
1.4. A (re) construção.....	48
1.5. A luta pelos recursos .....	48
<b>Capítulo 2 - Evolução do Sistema de Educação em Angola .....</b>	<b>49</b>
2.1. O ensino em Angola.....	49
2.1.1. Lei de Bases do Sistema Educativo .....	53
2.2. A evolução da educação e Ensino em Angola 2002-2008.....	55
2.3. Construção e desenvolvimento de capacidades humanas .....	58
2.3.1. Plano Mestre de Formação de Professores em Angola (2008-2015).....	63
2.3.2. Manuais e conteúdos programáticos .....	65
<b>Capítulo 3 – Disposições Finais .....</b>	<b>66</b>
3.1. Conclusão .....	66
3.2. Sugestões .....	71
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>74</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>78</b>
<b>SITES DE INTERNET .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>I</b>
<b>TABELAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>I</b>
<b>DOCUMENTOS .....</b>	<b>XIV</b>
Carta das Nações Unidas .....	XIV



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela comparativa de Dados sobre Angola, Portugal, Brasil e Japão.....	I
Tabela 2 – Percentagem de crianças que frequentam a escola em Angola (1991/2009) .....	I
Tabela 3 - Progressão e conclusão da educação [em percentagens] 2009 .....	I
Tabela 4 - Recursos para a educação (2009) .....	I
Tabela 5 - Taxa de alfabetização em percentagens (2009) .....	II
Tabela 6 - Outras estatísticas (em percentagem).....	II
Tabela 7 – N.º de salas de aula, nos diferentes níveis de ensino (2002/2008) .....	II
Tabela 8 - Evolução do sistema de educação e ensino (2002/2008) .....	III
Tabela 9 – Taxa de Crescimento de Efetivos Discentes e Docentes no Ensino primário e Secundário (2002/2008) .....	III
Tabela 10 – Dados sobre aumento de infraestruturas (2002/2008).....	IV
Tabela 11 - Índice de alunos por subsistema de ensino (2002-2008) .....	IV
Tabela 12 - Evolução do salário mínimo dos docentes .....	VI
Tabela 13 - Evolução do salário médio dos docentes .....	VI
Tabela 14 - Taxa de Alfabetização.....	VII
Tabela 15 - População Escolar .....	VII
Tabela 16 - Evolução dos alunos no ensino primário, por província (2002-2008).....	VIII
Tabela 17 – Evolução do número de alunos inseridos no Ensino Especial (2004/2007).....	VIII
Tabela 18 - Técnicos formados (2003/2008) .....	IX
Tabela 19 - Despesas com a educação (2004-2007) .....	IX
Tabela 20 - Etapas da reforma educativa em Angola.....	X
Tabela 21 – Capacidade de admissão de alunos .....	XII
Tabela 22 - Criação de postos de trabalho .....	XII
Tabela 23 - Evolução do número de alunos nas escolas .....	XIII

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Salas de aula nos diferentes níveis de ensino (entre 2002 e 2008).....	II
Gráfico 2 - Capacidade de admissão de novos alunos (2002/2008) .....	II
Gráfico 3 - Número de Efetivos Discentes e Docentes no Ensino Primário e Secundário (2002/2008) .....	III
Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Económico, [efetivos discentes e docentes] (2002/2008)..	III
Gráfico 5 – Dados sobre aumento de infraestruturas [salas de aula] (2002/2008) .....	IV
Gráfico 6 - Evolução do número de alunos inseridos no sistema educativo (2002-2008).....	IV
Gráfico 7 - Recrutamento de professores em todo o país .....	V
Gráfico 8 - Evolução do Corpo Docente (2002-2008) .....	V
Gráfico 9 - Quadro de crescimento dos efetivos docentes (2002-2008) .....	V
Gráfico 10 – Evolução do Salário mínimo dos docentes .....	VI
Gráfico 11 - Participação no Ensino Secundário do 1º Ciclo por género .....	VI
Gráfico 12 – Taxa de Evolução da alfabetização (2002/2008) .....	VII
Gráfico 13 – População Escolar, por nível de ensino (2002/2008).....	VII
Gráfico 14 - Evolução dos alunos no ensino primário, por província (2002-2008).....	VIII
Gráfico 15 - Evolução do número de alunos inseridos no Ensino Especial (2004/2007).....	IX
Gráfico 16 - Técnicos formados (2003/2008) .....	IX
Gráfico 17 - Despesas com a educação (2004/2007) .....	X
Gráfico 18 - Gráfico do orçamento de Estado para a Educação (2002-2008) .....	X
Gráfico 19 - Aumento de produção de livros (títulos por classe) .....	XI
Gráfico 20 - Gráfico de efetivos escolares (2006-2007) .....	XI
Gráfico 21 - RETEP – Reforma do Ensino Técnico Profissional .....	XI
Gráfico 22 – Qualidade do Ensino .....	XII
Gráfico 23 – Capacidade de admissão de alunos .....	XII
Gráfico 24 – Criação de Postos de Trabalho .....	XIII

## INTRODUÇÃO

A guerra é vista como um fenómeno científico e é estudada como tal, sobretudo devido às constantes situações de violência que têm ocorrido durante o século XX e início do século XXI.

A guerra é uma realidade e faz parte da natureza humana e dos Estados que regem os indivíduos. Trata-se de um ataque de forças militares de um Estado contra outro, ou mesmo internamente entre facções opostas, tal como referiu Carl Von Clausewitz na sua obra “Da Guerra” em que esta é analisada como um ato de violência conduzido por uma parte que deseja forçar a outra a aceitar as suas estratégias.

*A “Guerra subversiva surge nos manuais militares como uma luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada, ou não a partir do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de, pelo menos paralisar a sua ação. É prolongada, metódica e com o objetivo de conquistar o poder<sup>1</sup>”.*

Esta definição não se distancia muito da de Guerra Civil, em que internamente toda a população se mobiliza na defesa do seu território e na conquista do poder e, em que uma das partes procura o reconhecimento do Estado beligerante. Apesar de que, pelos africanos, esta guerra é vista como uma luta pela libertação.

O rápido crescimento de Angola e a discrepante repartição do tesouro, deixam alguns sectores da sociedade em desvantagem em relação a outros, considerados dispensáveis.

É nesta base objectiva que assenta o estudo que se desenvolveu na dissertação que aqui se apresenta. Este trabalho olha de frente para o social e para as falhas que a reconstrução de um país, à beira de completar onze anos de Paz, tais como as limitações do povo, a falta de bases nas escolas primárias e de ensino médio, a rede de transportes, o serviço social, a solidariedade, os serviços de saúde, a elevada taxa de desemprego ou a ainda significativa taxa de analfabetismo.

Paz pode ser considerada como o oposto de guerra. No entanto, pode ser vista muito mais além. Esta pode ser considerada como um estado normal das sociedades, quando não há guerra (posição realista). Já os mais cépticos observam a paz como um processo que pode depender do povo ou do próprio Estado, demonstrando a sua vontade de viver de forma pacífica. Aqui, a aposta na educação faz todo o sentido como forma de procurar o rumo certo para o seu crescimento e sustentabilidade.

O conceito de cultura de paz na África subsaariana representa um conjunto de valores, atitudes e comportamentos e estilos de vida que rejeitam conflitos e prevenção de conflitos,

<sup>1</sup> Meijer, Guus – “From militar peace to social justice: The angolan peace process” – issue 15/2004 Conciliation resources Accord, An International review of peace initiatives, disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola>, consultado (on-line) em 5 de Setembro de 2010

procurando antes a raiz das causas para a resolução dos problemas através do diálogo e da negociação através de pessoas, grupos, nações<sup>2</sup>.

A construção da cultura de paz requer o desenvolvimento de uma nova mentalidade perante a violência e os conflitos. A educação pode e deve ser vista como um factor determinante para que haja, efectivamente o desenvolvimento de uma consciência social em prol dessa mesma cultura.

O desenvolvimento não pode ser construído ou alcançado sem que se tenha em conta a transformação da própria sociedade que implica a melhoria das condições de vida dos mais pobres, quer a nível social, de saúde ou de educação.

A educação determina o ponto de partida para a promoção e garante da manutenção da paz, utilizando a mesma como diplomacia preventiva, que facilita a gestão de crises, que facilita a mediação de conflitos e que funciona como pilar principal da reconstrução da sociedade angolana afectada pela violência armada, por mais de 30 anos consecutivos.

Entenda-se por educação todo o processo de ensino ou *“transmissão de conhecimentos, habilidades e hábitos (educação no sentido restrito), deverá ainda a escola associar o trabalho educativo, em estreita cooperação com a família, as igrejas, a comunicação social, as associações da sociedade civil... e o próprio Estado (educação no sentido amplo)”*<sup>3</sup>.

O principal objectivo da educação é contribuir para o desenvolvimento das capacidades humanas, sejam elas cognitivas, físicas ou mesmo intelectuais. Mais do que qualquer outra contribuição, a educação garante a transmissão de valores éticos e morais que proporcionam ao indivíduo procurar a conduta de vida mais apropriada e dentro das normas da sociedade em que está inserido<sup>4</sup>.

Já em 1979, François Giroud<sup>5</sup> analisava a conquista da paz através do *“conhecimento, o saber dos homens por eles mesmos, a explicação objectiva das condutas do potencial adversário, a compreensão da suas estruturas mentais (...) porque não se ensina o que é a violência e o que ela representa em cada homem? (...)”*.

António José Fernandes<sup>6</sup> concluiu parte da sua abordagem na sua obra de que educar serve para compreender os outros e para conhecer a realidade envolvente. Aliás, o mesmo refere que se trata de educar para a paz e que, desenvolver um sistema de educação saudável e aberto a todos é, para além de ser a chave do progresso da humanidade, o caminho para a paz mundial de forma permanente.

<sup>2</sup> Harris, Geoff, (professor de economia e Diretor do programa para a Paz e Resolução de conflitos da Universidade de KwaZulu-Natal) UNISA, University of South Africa, press; African Security review 20.1 March 2011, 122-133.; *“Ministries of Peacebuilding in Sub-Saharan Africa: Rationale, Functions and Establishment”*.

<sup>3</sup> Torres, Adelino, Zau, Filipe, “Educação em Angola, Novos Trilhos para o Desenvolvimento”, Disponível em [http://www.adelinotorres.com/teses/Filipe%20ZAU\\_Educa%20em%20Angola.pdf](http://www.adelinotorres.com/teses/Filipe%20ZAU_Educa%20em%20Angola.pdf). in [www.adelinotorres.com](http://www.adelinotorres.com), consultado (on-line) em 20 de Abril de 2010

<sup>4</sup> Fernandes, António José, *“Conflitos e Paz Mundial: a importância da ONU”*, Editora Quid Juris, 2011, ISBN 9789727245536, página 196

<sup>5</sup> No Congresso promovido pela UNESCO para debater a Paz

<sup>6</sup> Fernandes, António José, *“Conflitos e Paz Mundial: a importância da ONU”*, Editora Quid Juris, 2011, ISBN 9789727245536, página 186

Portanto, podemos compreender que o tema educação não é esgotável apenas na nossa abordagem, aliás é um assunto que se mantém na ordem do dia das sociedades e da suas políticas de desenvolvimento social e estratégico.

No que diz respeito à educação, a República de Angola tem procurado a reconstrução de forma a garantir a Paz e o desenvolvimento humano sustentável. É nesta vertente que a educação tem representado um papel fundamental e imprescindível, no sentido em que é a base da formação humana que contribui para uma nova consciência nacional.

Sendo a educação uma questão chave para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade, esta dissertação pretende reflectir os esforços feitos para a manutenção da paz efectiva, orientada sob as coordenadas de uma reforma educativa em Angola que deve funcionar como ferramenta de transformação social<sup>7</sup>: a chamada “educação para a paz”.

A educação para a Paz tem sido o mais relevante repto para a educação e pelas suas desigualdades, é necessário observá-la como uma necessidade e nada melhor do que sensibilizar as populações para tal.

*“A educação para todos é bem mais do que um mero compromisso político: É um imperativo para a criação de estabilidade social, consolidação e edificação de uma sociedade democrática e de direito, da recuperação socio-económica e de reconciliação nacional”<sup>8</sup>*

E poderá esta paz ser eterna, duradoura e benéfica?

Immanuel Kant, na sua obra<sup>9</sup> descreve que é possível alcançar a paz e torná-la eterna. Apesar de se tratar de uma visão com mais de duzentos anos e, baseada no iluminismo<sup>10</sup>, a ideia defendida por Kant, de “paz perpétua”, suscita que os indivíduos possam vir a compreender por si próprios a capacidade que podem ter de decidir e avaliar o que lhes é mais favorável.

Este autor, defendeu que para garantir a Paz efectiva não seria necessário criar um novo mundo ou esperar o nascimento de novos seres com novas ideias. Bastava que os indivíduos compreendessem quão desnecessária e dispendiosa a guerra é. Para isso chamou à atenção para uma mudança profunda do pensamento das pessoas. Mudança essa que seria conseguida através de políticas de governação adequadas, tais como a criação de Leis que fossem não só estabelecidas mas também respeitadas entre Estados.

Muitas vezes esta teoria foi criticada e vista como uma utopia. No entanto, já estava no seu discurso o que hoje se discute em tantas negociações – só a paz pode garantir a segurança, a lei e a ordem, através do equilíbrio do poder<sup>11</sup>.

7 Ortiz, Maria Elena, SODEPAZ, “Cultura de Paz”, Ayuntamiento de Pamplona, Iruñeko Udala, disponível em <http://www.culturadepaz.info/culturadepaz/index.php>, consultado (on-line) em 5 de Setembro de 2012

8 “Estratégia integrada dá rumo à Educação” (Governo), In Jornal de Angola, 20 de Abril de 2010, declarações de Pinda Simão, Ministro da Educação, Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9958>, consultado (on-line) em 22 de Abril de 2010

9 Kant, Immanuel, “A Paz Perpétua e outros Opúsculos”, Edições 70, página 11

10 O indivíduo passa a ter a capacidade de avaliar de forma racional o seu próprio valor e vocação e pensar por si mesmo.

11 International Relations and Security Network (ISN), “No Peace, no Security, no Justice – No long-term impact”, consultado em 30 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?id=135329&lng=en>

Para fazer cumprir a Lei, respeitar normas e valores, manter a segurança é necessário transmitir aos indivíduos uma mensagem. Mensagem essa que é transmitida ao longo da vida, na sua formação como Homens.

*“A educação é a arma secreta para o desenvolvimento de um país. Mas ela deve ser acompanhada de outros factores imprescindíveis como a alimentação saudável e nutritiva, saúde de qualidade e de fácil acesso, etc (...) a educação não é apenas a escolarização, mas ela deve ser capaz de proporcionar ao indivíduo capacidade crítica que o permitirá avaliar com clareza e precisão a realidade, política, económica, cultural, religiosa, ambiental, etc (...) a educação deve ser capaz de permitir que o educando cresça de forma holística, com especial realce para a dimensão ética que tanto falta à nossa sociedade (...) não basta que os cidadãos de um país tenham acesso à educação, é necessário que esta educação seja de qualidade (...) isto é miragem em Angola<sup>12</sup>”.*

Faz parte dos planos da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)<sup>13</sup> para o milénio promover a educação como sendo base fundamental da promoção da paz mundial. Por esse motivo devemos olhar para a educação como um todo que se ocupa não só do ensino dos indivíduos mas também da promoção, junto destes, de outros “alicerces” da nossa vida, tais como a liberdade, a cidadania, saúde, cultura e, principalmente respeito pelos direitos humanos<sup>14</sup>.

Nos dias que correm, a educação é, um factor mais do que determinante no crescimento económico, social e intelectual de um país.

Os objectivos a alcançar pelo executivo angolano são, hoje, totalmente diferentes do que se obteve noutras épocas. Precisamente porque se compreendeu a importância da educação no funcionamento da sociedade.

*“De acordo com o contexto histórico, económico e sócio-cultural da época, estas sociedades tradicionais conceberam um paradigma educacional, que melhor respondia às suas necessidades e anseios e os jovens limitavam-se a aprender os diferentes ofícios com os adultos, imitando-os, através de uma metodologia de ensino do tipo [faz como eu faço], através de um saber prático que resolvia os problemas quotidianos (...) realizado por ensaio e erro, na vida e para a própria vida<sup>15</sup>”*

Hoje, em pleno século XXI, o mundo está diferente e, é nossa intenção mostrar que Angola vive momentos tranquilos, de paz efectiva, alicerçados numa disciplina de ensino que cria capacidades humanas e reduz desigualdades, construindo o seu caminho para uma vida sustentável.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes:

<sup>12</sup> Da Cruz, Domingos, *“Para onde vai Angola?”*, Edições Novembro, Luanda, página 145

<sup>13</sup> Organização Educacional, científica e Cultural das Nações Unidas

<sup>14</sup> Fátima, Maria - *“Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas”*, 7º Congresso Ibérico dos Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

<sup>15</sup> Burity, António, O sentido amplo da educação, página 54

A primeira parte contém dois capítulos em que é apresentado um enquadramento no âmbito das Relações Internacionais, bem como uma análise sobre a educação como estratégia para a manutenção da paz e reconstrução nacional.

Na segunda parte, expomos, em três capítulos, um enquadramento histórico e político de Angola, A evolução do Sistema de Educação em Angola e ainda uma análise conclusiva nas disposições finais.

### **a) EXPLICAÇÃO DO TEMA**

A escolha deste tema recai sobre a problemática dos designados Estados em desenvolvimento que, ainda que tenham sido destruídos e adormecidos pela guerra, hoje estão num período de reconstrução que lhes permite conquistar uma nova posição geoestratégica, como é o caso de Angola, actualmente reconhecida como potencia regional no Continente africano.

A escolha de Angola, ajuda a explicar alguns fenómenos, nomeadamente por ser um dos países do mundo em que a guerra mais tempo permaneceu activa.

Este trabalho irá incidir numa perspectiva de analisar o contexto histórico, político e social em que Angola está inserida, actualmente, bem como enquadrar o trabalho das organizações internacionais, no fim da guerra e na reconstrução nacional.

Questões como *peacebuilding* ou *peacekeeping* contextualizados na educação são o ponto central desta dissertação que pretende ainda focar-se naquilo que está a ser feito em Angola, após uma década de paz.

Pretende-se ainda analisar atentamente qual o factor decisivo para a reconstrução de uma país e incidir a pesquisa na educação como pedra basilar do renascimento de um Estado-Nação após 30 anos de conflito.

Este tema limita-se no espaço e no tempo ao país Angola, numa análise estabelecida entre os anos de 2002 e 2008, no que diz respeito à educação e à reconstrução do país no período pós-guerra.

Serão ainda traçados dados sobre as perspectivas de futuro em relação a Angola e ao rumo da educação, naquele país.

Como forma de enquadramento, será feita uma análise histórica dos pontos mais importantes dos 30 anos de conflito, bem como os processos que desencadearam a Paz efectiva, em 2002.

Este período foi estabelecido tendo em conta o acesso à informação e aos dados fornecidos pelas entidades responsáveis, sendo que, só recentemente foram publicados na página oficial do Ministério da Educação de Angola, na Internet, dados respeitantes à educação, após o ano de 2008.

Devido aos prazos de entrega desta dissertação, foi necessário estabelecer um período de análise de dados que, entre 2002 e 2008, nos pareceu suficiente para analisar e comparar as

diferenças, no sentido positivo, do trabalho realizado pelo governo angolano e, em especial pelo Ministério da Educação, de forma a permitir o crescimento da população alfabetizada e mais preparada para os desafios colocados pela UNESCO para o novo Milénio – Educação para todos.

## **b) OBJECTIVOS**

### *I) Objectivos gerais*

*“Num mundo onde reina a discriminação, num mundo dezumanizado, num mundo onde tudo é fraude e mentira, onde tudo é corrupção política, será possível restaurar a paz?”<sup>16</sup>*

A manutenção da paz é e, será sempre um assunto da ordem do dia. Paz não significa apenas o fim do conflito. Antes significa um passo em frente para o fim do mesmo, de forma permanente.

Esta dissertação pretende analisar Angola como um país que, historicamente viveu mais de cinco séculos sob um regime colonial e mais de trinta anos em fogo cruzado numa guerra civil pelo poder, disputado por três partidos: Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Os efeitos da guerra ainda são visíveis em Angola. Quer estejam estampados nas fachadas dos prédios, um pouco por todo o país, ou no rosto de cada angolano, que sofreu na pele a luta diária pela sobrevivência. À guerra e ao que adveio desta.

Até à independência, os angolanos foram, na sua maioria, excluídos da possibilidade de estudar. As estatísticas nunca foram favoráveis ao crescimento intelectual de um povo segregado pelo regime colonial. Após 1975, o governo angolano, liderado por António Agostinho Neto regressou aos poucos à escola. Ainda que com graves deficiências, a vários níveis, especialmente no que diz respeito às infra-estruturas e condicionantes de uma guerra civil de 30 anos que se seguiu.

Afastados da sua própria identidade cultural, os angolanos foram-se adaptando à sua nova condição de república independente com uma nação devastada pela guerra, que chorou os seus mortos e que dependeu, até 2002 de um tratado que pusesse fim ao conflito interno.

Com a ajuda de organizações internacionais, cujo contributo, em alguns dos casos, ainda é posto em causa, Angola pode recompor-se da destruição para a reconciliação e reconstrução nacional, investindo, entre outras áreas, na educação do seu povo e na recuperação da identidade cultural e da união nacional, há muito desejada.

---

<sup>16</sup> Menhin-Hauser: Congresso promovido pela UNESCO, em Novembro de 1979 – Debate sobre a Paz, Cit. por Fernandes, António José, “Conflitos e Paz Mundial: A importância da ONU”, Direito e Ciências Políticas



## II) *Objectivos específicos*

1. Analisar os efeitos da guerra no desenvolvimento da sociedade angolana, tendo em conta um período de pré-disposição para profundas mudanças quer no reencontro da paz quer na recuperação da identidade do povo.
2. Compreender como se chegou à paz em Angola e qual o processo utilizado para mantê-la.
3. Enquadrar o tema no âmbito das Relações Internacionais e encontrar respostas que confirmem a importância de termos como *Peacebuilding*, *Peacekeeping*, *Peacemaking* na agenda internacional para a Paz.
4. Elaborar um enquadramento histórico da educação no processo de reconstrução nacional em Angola, com incidência para o período entre 2002 e 2008.
5. Explanar conclusões sobre o atual estado da educação em Angola, a partir dos dados recolhidos.

Responder à questão: é ou não essencial uma boa educação para o crescimento saudável e pacífico de um país?

### c) JUSTIFICAÇÃO

Os movimentos de Paz modernos tendem a ser de certa forma periódicos (com intervalos) com diferentes tradições e motivados por variadas preocupações.

No caso de Angola, a guerra pode ser analisada em três períodos diferentes. Primeiro: a luta contra o colonialismo; Segundo: a luta pela independência; Terceiro: a guerra civil.

Em mais de trinta anos de conflitos motivados por diferentes objetivos e sem quaisquer estratégias delineadas, Angola chegou ao extremo da destruição total, em que mais de duas gerações ficaram sem acesso à satisfação das suas necessidades básicas, nomeadamente saneamento básico, habitação, educação, etc.

Da intervenção no conflito angolano, reserva-se as operações das Nações Unidas, cuja participação no processo de paz nunca foi bem aceite, sendo mesmo considerada tardia e mal planeada, a juntar aos demais interesses, a que não conseguiu alhear-se, para que este conflito não tivesse um fim tão cedo.

Entre outros interesses, o de Portugal, numa colónia rica, como ponto geograficamente estratégico, Angola nunca deixou de fazer parte dos planos dos Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria.

Desde 2002, este país da África subsaariana tem vindo a sofrer um longo e moroso processo de reconstrução e reconciliação social, aberto a novos investimentos de grandes empresários e grupos económicos.

No entanto, com a introdução do *Peacebuilding* e do *Peacekeeping* na agenda internacional, um conflito talvez nunca durasse tantos anos, até porque a guerra preventiva pode escamotear cenários, de forma, a que, estes não atinjam o estado de guerra.

Uma das formas de garantir a reconstrução do país e de prevenir novos cenários de conflito é apostar do desenvolvimento sustentável, sobretudo na educação.

Esta é a nossa convicção, tendo em conta a análise efetuada.

#### d) FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A convivência humana pode ser “*necessariamente destrutiva*”<sup>17</sup> no entanto o estudo das Relações Internacionais tem vindo a demonstrar que é “*possível que haja entendimento entre os homens*”<sup>18</sup>, a partir de uma base negocial, de cooperação, multilateralismo e, principalmente através da reorganização estratégica dos Estados. A inevitabilidade do conflito analisada por Clausewitz<sup>19</sup>, olha a guerra como um acto humano da sociedade. Angola pode estar num processo de Paz há onze anos mas isso pode não significar que este processo seja duradouro, especialmente quando se mantêm sectores da sociedade por restabelecer.

Quer os seus governantes, quer a comunidade internacional, através das Organizações, acreditam que o seu papel é evitar que a guerra regresse e, têm contribuído, por isso, para a manutenção da paz, procurando viabilidade em projectos, acordos de cooperação, todos eles correspondentes aos desafios do Milénio, colocados pela UNESCO no sentido de erradicar a fome e a pobreza mundial, bem como reduzir, o máximo possível a taxa de analfabetismo.

Colocamos então o problema que nos propomos a analisar nesta dissertação:

1. *Está, ou não, na educação, a chave para a manutenção da paz, em Angola?*
  - a. A formação pode ser a trajectória mais viável para alcançar os principais objectivos quando se fala de reconstrução nacional política e económica?
  - b. A educação pode ser uma forma de difundir a consciência nacional e tornar o cidadão mais próximo das necessidades do seu país?

O regresso de Angola, como potência regional, à rota dos mercados internacionais contrastando com as extremas necessidades que o país ainda atravessa têm originado fortunas incalculáveis, sobretudo face à especulação imobiliária e corrupção ativa. É por isso, que urge formar quadros angolanos de forma a preparar os nacionais para a sua própria reconstrução e reconciliação nacional.

<sup>17</sup> Hobbes, Thomas (filósofo inglês que afirmava que os homens só poderiam viver em paz, caso se submetessem a um poder absoluto e centralizado).

<sup>18</sup> Rosseau, Jean-Jacques (filósofo iluminista suíço) através do contrato social mostrou que o homem é naturalmente livre mas a sociedade tem a capacidade de o corromper.

<sup>19</sup> Clausewitz, Carl Von (1780/1831) a guerra sempre submetida à política, nenhuma guerra pode ser vencida sem a compreensão precisa dos objetivos e da disponibilidade de meios ou ainda pelo cálculo para uso da força.

O facto de Angola necessitar de mão-de-obra especializada proveniente do estrangeiro, exportar produtos e bens de primeira necessidade revela que o país ainda não está devidamente preparado para o seu autossustento. Esta é uma das fragilidades que nos levou a estudar o tema da educação como pilar base da manutenção da paz e compreender qual o resultado que esta aposta tem vindo a produzir no país.

## I PARTE

### A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ

#### Capítulo 1 – Enquadramento no âmbito das Relações Internacionais

##### 1.1. A manutenção da Paz

A carta das Nações Unidas estabelece regras sobre o uso da força de um Estado contra o outro: primeiro através do ponto 3 do artigo 2, em que devem ser procurados meios pacíficos para a resolução de conflitos, sem ameaçar a paz, a segurança ou a justiça; segundo, em referência ao ponto 4 do mesmo artigo, em que a ameaça ou o uso da força deve ser evitada; e por último, no artigo 51º que confere legitimidade para defesa em caso de ameaça eminente<sup>20</sup>.

No que diz respeito à manutenção da paz<sup>21</sup>, refere a carta que em qualquer ameaça à paz ou ruptura desta, deverão ser tomadas as medidas necessárias. Não esquecendo o artigo 42º que se refere ao uso da força e não ao recurso à guerra, uma vez que é, precisamente ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que cabe a responsabilidade de garantir a manutenção da paz e segurança internacional.

O papel da ONU continua a ser o da organização de maior intervenção internacional no que diz respeito à manutenção da paz e da estabilidade. África não foi uma exceção e, continua a ter uma grande dependência desta organização. Especialmente no período pós-independência em que, têm sido criadas, nas últimas três décadas, condições para que se estabeleçam cooperações regionais como forma de encontrar uma política comum de defesa e segurança, *“partindo-se do princípio de que sem segurança não há desenvolvimento possível”*<sup>22</sup>.

Ao longo da história de Angola, essencialmente no período pós-independência, as organizações internacionais, com principal destaque para a ONU e a UNESCO, desenvolveram um papel muito específico na cooperação e na reconstrução nacional. Muito mais do que a sua intervenção durante os longos e duros 30 anos de guerra civil.

A última década do século passado e a primeira do presente século marcaram um período de viragem da atenção prestada ao continente africano. Especialmente, porque vários países saíram de uma situação de conflito permanente.

Questões como a educação, a segurança alimentar, a reconstrução nacional passaram a fazer parte das agendas internacionais, como objetivo de prevenção de novos conflitos.

Tornou-se uma questão primordial da UNESCO promover e preservar os recursos humanos e valorizar a sua participação no desenvolvimento económico e social de um país – Angola<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Ver em anexo: documentos/Carta das Nações Unidas, disponível em <http://dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, consultado em 10 de Outubro de 2012

<sup>21</sup> Artigo 39 da Carta das Nações, Conselho de Segurança

<sup>22</sup> Mourão, Fernando Augusto Albuquerque, Conferência Nacional de Política Internacional. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006

<sup>23</sup> Zau, Filipe, Educação em Angola, Novos Trilhos para o Desenvolvimento, página 3

### 1.2. *Peacemaking, Peacebuilding, Peacekeeping*

*“A educação, é o Peacebuilding por outro nome. É a forma mais efetiva de gastar. As pessoas aprendem a responder a um conflito, por isso também podem aprender práticas alternativas<sup>24</sup>”.*

Neste capítulo, dedicado às Relações Internacionais e ao processo de manutenção de paz, considerámo de extrema importância fazer referência a alguns termos que hoje já não são desconhecidos do mundo político e dos governantes que, têm neles um fio condutor para procurar a melhor estratégia de manutenção da paz, ainda que seja um tema controverso, quanto aos seus resultados.

*Peacemaking* é o termo utilizado como o intermediário entre a construção e a manutenção da paz. Isto é, transforma o conflito em desenvolvimento, em sustentabilidade, proporciona o equilíbrio do poder, contribuindo para a assinatura de acordos, estabelecimento de regras e normas a respeitar de forma a garantir que a paz se torne duradoura.

*Peacebuilding* é um termo utilizado na comunidade de desenvolvimento internacional e serve para descrever todo o processo e/ou atividades que envolvam a tentativa de resolução de conflitos violentos de forma a estabelecer uma paz sustentável e efetiva.

O conceito (*Peacebuilding*) refere-se ainda à tentativa de transformação de um conflito num ambiente de paz, em que toda a sociedade deve sofrer transformações, quer ao nível político, económico e principalmente social, proporcionando a reconciliação nacional e reconstrução do país, alheando-se de questões particulares, como é o caso da cultura religiosa.

Este termo remete-nos para a construção da paz, algo que não se alcança apenas com o fim do conflito. Até porque, Angola, por exemplo, após o fim da guerra civil, em 2002, iniciou um processo de reconstrução, estabilidade e desenvolvimento. Algo que se mantém até hoje, com perspetivas e planos de continuação para o futuro.

A propósito do colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional<sup>25</sup>, a Defesa Nacional e das Forças Armadas defende *“uma consciência universal, assente numa perspetiva de cidadania compreendida à escala do Mundo”*, isto é cabe à própria sociedade civil também encontrar *“as suas armas não violentas”* para pensar a paz, educar para a paz e sensibilizar para a paz, enaltecendo a *“ética de responsabilidade global e partilhada”*.

Este ponto de vista remete-nos para o tema da globalização e de um mundo cada vez mais pequeno e universal.

*“As decisões são cada vez mais condicionadas pela opinião pública”*. Quem o defende é Diogo Pires Aurélio<sup>26</sup>. O autor refere que *“pensar a paz”* é fundamental para que as

<sup>24</sup> Kofi Annam, ex-secretário geral das Nações Unidas

<sup>25</sup> Lisboa, Julho de 2000

<sup>26</sup> N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

sociedades tomem responsabilidade na prevenção de conflitos. Para isso, ainda que seja determinante o papel do Estado, o dever de cidadania e a tomada de consciência do povo é essencial.

Por este motivo, tornou-se primordial nesta dissertação analisar a educação como ponto-chave da componente cívica que pode ter a prevenção de um conflito.

E é, com o apoio das organizações internacionais, que falaremos mais à frente, que se torna possível construir o significado da palavra paz.

*Peacekeeping “é o processo de paz e de cultura de paz que podem garantir a integração do indivíduo, o seu bem-estar, desenvolvimento sustentável e outros valores ligados à justiça ou solidariedade social”<sup>27</sup>”.*

Este termo é definido pelas Nações Unidas como o único e dinâmico instrumento desenvolvido pela organização como uma forma de ajudar países a sair do conflito e retomar as condições da paz. É distinguido dos conceitos de construção da paz e criação da paz.

Durante a pesquisa realizada para a execução desta dissertação pudemos encontrar diferentes opiniões e posições quer quanto ao conceito quer quanto à própria cultura de paz.

A grande e principal distinção que aqui relembramos está ligada ao Realismo (continuidade) e ao Liberalismo (mudança). Estes dois conceitos teóricos marcam períodos da história em que os conflitos são analisados como a questão central da política internacional.

Enquanto o realismo defende a continuidade das políticas utilizadas para controlar os conflitos, apelando à tradição dominante, em que o problema central da política internacional é a guerra e em que o uso da força e os atores principais são o Estado, o Liberalismo, através dos autores Montesquieu, Kant, Jeremy Bentham e John Stuart Mill, entre outros, defendem uma sociedade global, cujos Estados só funcionam se for lado a lado.

Para a política realista, ainda que estejamos em tempo de paz, é necessário manter o exército no ativo, mas para os mais liberais torna-se imprescindível analisar a crescente interdependência económica entre Estados numa sociedade cada vez mais globalizada – um mundo sem fronteiras.

Estas duas perspetivas de fazer política levam-nos a analisar algumas contradições entre os conceitos de guerra e paz, ainda que o estudo recaia sobre a manutenção da paz. Esta movimentação pode ter várias vertentes e é defendida, por diferentes autores que, ainda que acreditem no fim dos conflitos, mostram-se suscetíveis em compreender que os mesmos sejam alcançados na ausência de armamento e do uso da força.

Luís Filipe Lobo-Fernandes<sup>28</sup> exalta um modelo global centrado na segurança, quer seja esta de carácter militar ou não-militar, no que se refere à origem dos conflitos. Considera

<sup>27</sup> Campos, Juliana; Correia, Theresa, “A educação para a paz e para os Direitos Humanos: Contribuições internacionais à compreensão do direito à educação na ordem constitucional brasileira, pp. 3987-3999 (Trabalho publicado nos anais do XVII Congresso Nacional do COMEDI, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 20, 21 e 22 de Novembro de 2008).

<sup>28</sup> N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

ambíguas as ameaças à paz mas defende que esta deve manter-se “*armada*”, concordando com o fator globalização e com todas as mudanças que possa suscitar mas, considerando as assimetrias que no mundo apresenta, cita Nicolas Oresme para fazer referência a uma paz incompleta: “*a paz armada*”.

É convicção nossa que a Educação possa ser o pilar central da manutenção da paz e o caminho certo para a reconstrução nacional mas, nesta análise perdura um cenário de fragilidade caso esta “*arma*” não seja proveitosamente utilizada.

A conquista da paz é um processo longo, como tal não é possível considerar que um país tenha alcançado a paz, apenas quando as armas se calam. É nesta fase que começa, verdadeiramente o processo de alicerçar a paz, o desenvolvimento, e, em muitos casos, o renascer das cinzas.

Construir a paz, fazer a paz e manter a paz.

O *Peacebuilding* e o *Peacekeeping* são os pontos de contacto entre a guerra e a paz. São dois fenómenos cuja intervenção passa pela reconstrução em que o desarmamento assume um dos pontos primordiais.

Do ponto de vista realista a guerra é vista como um instrumento para alcançar o balanço do poder. Esta representa um padrão de comportamento, uma realidade vivida pelos Estados, em que mesmo, regidos por Leis, algo mais forte pode, por vezes, impor a sua força, de forma institucionalizada.

A guerra é uma constante do ser humano, porque há algo de verdadeiro na essência da natureza humana que o desperta para tal comportamento.

Maquiavel, na sua obra “O Príncipe”, afirma que o “*Homem é naturalmente mau e utiliza a violência de forma descontrolada*” para manter a ordem através do medo e da represália.

Este modelo é visto de forma negativa, principalmente pelo positivista e iluminista Jean Jacques Rousseau, quando refere a essência humana como positiva, de entera ajuda e de compreensão. Ainda que o autor considere que é a sociedade que corrompe o Homem.

Os desafios do *Peacebuilding* não passam apenas por questões técnicas aliás, todo o acordo de construção da Paz é investido no desenvolvimento piloto, implementado e avaliado, tendo em conta novas ferramentas de análise do pós-conflito, planeamento do processo de integração de missões, integração de estratégias e indicadores comuns<sup>29</sup>.

Durante este processo, Cédric de Coning diz que deve haver uma preocupação “*primeiro com tudo o que é possível controlar para evitar lidar com a complexidade dos conflitos do sistema e com os atores locais (...) providenciar técnicas e ferramentas não é uma tarefa menos complicada*”<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Cedric de Coning, African Security Review 20.1 March 2011, 116-121, UNISA – University of South Africa Press: “Moving Beyond The Technical: Facing up to peacebuilding’s inherent contradictions” – O desafio da intervenção do Peacebuilding.

<sup>30</sup> idem



O foco do *Peacebuilding* é superficial no sentido em que não se endereça para tensões estruturais, profundas e inerentes ou contraditórias. A preocupação com as técnicas e ferramentas tem um efeito negativo quando se torna um subterfúgio para evitar lidar com assuntos mais profundos.

Para a comunidade internacional, a ONU tem o projeto da unidade, mas também há quem considere que trabalha sob influência e pela oportunidade.

Uma das maiores contradições do *Peacebuilding* é a quantidade de interesses competitivos em cena, quando deviam todos ter o mesmo objetivo, ou seja consolidar a paz num sistema em conflito. Mas também torna-se óbvio que os interesses não podem prevalecer todos.

Devido à atual conjuntura económica e de escassez de recursos, a cooperação entre os povos é essencial e imprescindível, na manutenção da paz e desenvolvimento quer dos recursos naturais quer humanos.

O Estado deixa de ser o único ator presente em cena, até porque a multiplicação de atores, nomeadamente de organizações intergovernamentais e outras criam dinâmicas de atuação às quais os Estados não se podem alhear.

Passa a existir uma visão holística sobre a intensificação da interdependência, nomeadamente por questões económicas e ecológicas.

A globalização tem vindo a conduzir o mundo à regionalização, isto é, faz cada vez mais sentido a ideia de “aldeia global” de Marshall McLuhan.

Ainda que a globalização se apresente com um processo multidimensional, de dimensão socio-tecnológica, político-ideológica ou geopolítica, estamos numa fase de transição de economia de mercado.

Angola pode ainda ser enquadrada nos chamados Estados frágeis. Condição esta, que se torna perigosa devido à sua vulnerabilidade de apenas onze anos de Paz.

O facto de ser um território em estado de pós colonizado limitou o desenvolvimento de algumas capacidades que só com o tempo podem ser recuperáveis.

Estes países, como Angola, cresceram com deficiências internas graves, sociedades híbridas, com graves problemas sociais à mistura, tais como pobreza, violência, desigualdades, crises ambientais, estruturais, violação dos Direitos Humanos<sup>31</sup>.

E ainda que Angola esteja em condições de abandonar a condição de “Estado frágil”, tem determinadas características que podem falhar, quer a nível institucional, económico ou social. Como é, disso, exemplo o Brasil<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Aguirre, Mariano, “*Seminário de Questões Militares*”, Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, edição 2010/2012

<sup>32</sup> Apesar da atual conjuntura não consegue um erradicar a violência e o tráfico de droga nas favelas.

Assistimos a um Mundo multilateral em que existe cooperação, para gestão correta dos bens comuns, entre os Estados-Nação; os mesmos que pertencem a um mundo multipolar cujas multi-potências competem entre si pelos mais variados motivos: mercado, recursos naturais, objetivos políticos, etc.

Neste ponto concordamos com a análise de Abel Cabral Couto<sup>33</sup> quando este defende a paz através do equilíbrio estratégico do poder estabelecido a partir da segurança coletiva e da criação de um governo mundial. Nesta sua perspetiva, o autor aborda ambas as escolas de pensamento (realista e idealista) num discurso que pode soar a contraditório mas que, na prática pode ser analisado como uma consequência do multilateralismo e da cooperação entre os Estados-Nação.

A correta resposta aos Estados em crise pode ser personificada através da ajuda humanitária, a cooperação internacional e as operações de construção da paz (*Peacebuilding*), desenvolvidas a longo prazo através de planos de desenvolvimento como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>34</sup> ou ainda da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) cujas prioridades foram referenciadas como a prevenção e resolução de conflitos, priorizando uma convivência saudável, principalmente com os países vizinhos, através da integração regional.

A discussão do tema estará sempre aberta, até porque para António Monteiro<sup>35</sup>, a gestão da conflitualidade deve partir das Nações Unidas através da diplomacia preventiva em que deve ser determinada a causa dos conflitos, bem como impedir que os mesmos se tornem violentos ou que evoluam numa escalada de violência.

“A prevenção dos conflitos é preferível à tentativa de lhes por termo<sup>36</sup>”. Neste contexto, o autor reforça a intervenção das Organizações Não-governamentais mas refere a importância que deve ser dada ao desenvolvimento de operações de paz, mecanismos de prevenção de conflitos, imposição de sanções e em alguns casos, defende a força militar como forma de impor a paz.

Esta nova parceria foi estabelecida para um melhor desempenho dos países africanos no que diz respeito à prevenção de conflitos e desenvolvimento, assuntos como uma política de governação pública saudável, correta governação da economia privada, criação e manutenção de infraestruturas, condições para a educação, saúde, agricultura, ambiente, acesso aos mercados e às novas tecnologias.

Ainda que sejam cada vez mais diferenciados os motivos que originam o conflito, Ruppert Smith<sup>37</sup> faz uma abordagem à guerra entre o povo. A sua posição vai ao encontro do pensamento de outros autores contemporâneos sobre o estudo das Relações Internacionais,

<sup>33</sup> N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

<sup>34</sup> Ver em anexo: documentos/Carta das Nações Unidas, disponível em <http://dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, consultado em 10 de Outubro de 2012

<sup>35</sup> N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

<sup>36</sup> António Monteiro, N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

<sup>37</sup> Smith, Ruppert, A Utilidade da Força, A Arte da Guerra no Mundo Moderno

como por exemplo José Manuel Pureza<sup>38</sup>. O autor refere-se à cultura de paz tendo em conta “a rutura da ideologia conservadora” bem como a “transformação do sistema internacional” que conduzem a paz a “uma categoria moral e cultural condicionada pelo comportamento humano (...) vivemos num tempo de incerteza dos caminhos da história (...) estamos aptos a reinventar a política (...) como a arte do impossível”.

Observando o tema do ponto de vista da análise do comportamento humano podemos concordar que a guerra entre o povo analisada por Ruppert Smith, prevê apenas alguns detalhes do que *The Peace Research Institute Oslo (PRIO)*<sup>39</sup> defende na sua publicação sobre a previsão de conflitos entre 2010 e 2050<sup>40</sup>.

O PRIO prevê mudanças nas incidências globais e regionais nos conflitos armados, partindo de uma análise que abrange conflitos entre 1970 e 2009, no sentido em que alerta para a mudança das motivações que geram esse mesmo conflito.

A atualidade remete-nos para conflitos que surgem devido ao aumento da população mundial, índice de mortalidade infantil, composição demográfica do planeta, níveis de educação, a dependência petrolífera, diferenças étnicas e, principalmente conflitos regionais em luta por recursos naturais, em que a África subsaariana, mantém-se na rota da conflitualidade.

A juntar a estes motivos podemos esperar também que as alterações climáticas tragam novas “atrações” para o conflito. E, não só.

*“A explosão de racionalidades privadas (nacionalismos agressivos, fundamentalismos religiosos, raciais, etc); crescimento das guerras ideológicas, o diálogo que é substituído pelo confronto, fluxos migratórios, segurança ambiental”<sup>41</sup>.*

Viriato Soromenho-Marques cita ainda Franklin Roosevelt<sup>42</sup>: “*nós aprendemos que não podemos viver em paz sozinhos, aprendemos que o nosso bem-estar depende do bem-estar de outras nações muito distantes de nós (...) aprendemos a ser cidadãos do mundo, membros da comunidade humana*”.

Desta forma, compreendemos que a guerra, para dar lugar à paz deve ser analisada do ponto de vista do comportamento humano e das suas atitudes perante o mundo em que vive. Mas a ideia de paz sem “a sombra” do conflito ou o uso da força para a garantir, poderá estar sempre comprometida.

<sup>38</sup> N.º 95/96, Nação e Defesa, Prevenção de conflitos e cultura de paz, Instituto de Defesa Nacional; Contributo da intervenção proferida no âmbito do Colóquio “prevenção de conflitos e cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho de 2000.

<sup>39</sup> Instituto de Pesquisa para a Paz de Oslo

<sup>40</sup> Hegre, Håvard; Nygård, Håvard Mokleiv; Strand, Håvard; Urdal, Henrik; & Karlsen, Joakim (2013) “*Predicting Armed Conflict 2010-2050*”, *International Studies Quarterly* 55(2): 1–21. [Forthcoming], 21 de Novembro de 2011, consultado (on-line) 20 de Fevereiro de 2013 disponível em <http://www.prio.org/Publications/Publication/?x=5152>.

<sup>41</sup> Viriato Soromenho-Marques, Conflitos pela Paz: Ética, Relações Internacionais e Cooperação Compulsiva, Universidade dos Açores, 20.11.2010, Viriato Soromenho-Marques, Universidade de Lisboa

<sup>42</sup> Fourth Inaugural Address, 20.01.1945

### 1.3. Investigação e construção da paz

A investigação para a paz deve ser segundo Håkan Wiberg<sup>43</sup> uma ação orientada por valores ou por políticas defendidas pelos decisores políticos. E cita o modelo ideal de investigação para a paz de John Galtung<sup>44</sup> numa relação entre valores, teoria e dados, querendo com isto realçar que o alcance da paz requer uma investigação, uma pesquisa que abranja várias vertentes, alicerçadas nos valores que se aprendem quer em família quer em ambiente escolar, de onde surge também a parte teórica e os dados concretos sobre os diversos assuntos com os quais convivemos diariamente em sociedade.

O autor<sup>45</sup> faz referência à paz sem colocá-la no patamar comum da ausência de guerra e, distingue a paz positiva da negativa, confirmando a primeira como sendo fundamental no processo de manutenção da mesma, isto é, “a paz definida pela presença de algo”. Algo que sustenta os moldes de uma sociedade equilibrada e preparada para viver de forma organizada, bem distribuída e sem conflitos, onde os cidadãos têm direito à educação, ao bem-estar social e aos cuidados básicos de saúde.

*“Uma investigação para a paz orientada para políticas concretas é algo que pode, portanto, significar diferentes coisas e conduzir à associação de diferentes papéis. Saber qual desses papéis é mais adequado depende, entre outras coisas, do conjunto de questões a investigar, da estrutura política e mediática do país do investigador ou investigadora, e aquilo que a sua particular personalidade e competências sociais lhe permitem, ou não, fazer”<sup>46</sup>.*

Este processo pode ainda ser avaliado através da cooperação regional, de que falaremos mais à frente, das negociações bilaterais e da boa vizinhança conquistada, como são disso exemplo as relações atuais entre Angola e África do Sul.

Investigar a paz é um contributo fundamental para a construção da mesma. Kant defendeu ser possível esta hipótese, tratando-se de uma paz perpétua, em que a guerra só deve ser vista como situação excecional, como último recurso à resolução de um conflito. Até porque o autor defendeu mecanismos de fundo que permitem esbater os riscos de guerra.

Em matéria de construção da paz, implicações importantes que estão na origem do que são os modelos de *Peacebuilding* e *Peacemaking* que permanecem até aos nossos dias – a importância da ética.

*“Talvez o problema resida na noção do conceito de construção da Paz (...) o Peacebuilding requer tempo”<sup>47</sup>.*

<sup>43</sup> Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro *In* Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, Junho 2005: 21-42

<sup>44</sup> Presidente da organização TRANSCEND – Fundação Transnacional para os estudos sobre a Paz e o futuro.

<sup>45</sup> Wiberg, Håkan

<sup>46</sup> Wiberg, Håkan, Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro, pp.32-33 *in* Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, Junho 2005: 21-42.

<sup>47</sup> Cedric de Coning, African Security Review 20.1 March 2011, 116-121, UNISA – University of South Africa Press: “Moving Beyond The Technical: Facing up to peacebuilding’s inerherent contradictions” – O desafio da intervenção do Peacebuilding.

A construção da paz prevê assistência técnica para o desenvolvimento da Democracia, em que se promove não só a resolução do conflito mas também a reconciliação do seu povo, com a reintegração social de todos, em especial a grande franja da sociedade que esteve em combate.

É nesta fase crucial que se estabelece a diferença entre o fim, do conflito e a manutenção da paz. O reajuste da legislação, ou mesmo criação de uma a partir da raiz, e o incentivo ao desenvolvimento, respeito pelos Direitos Humanos e o reforço da segurança são chaves determinantes para que a paz se mantenha e se torne efetiva.

A construção da paz, sendo multifacetada e adaptável a cada cenário, é a preparação de iniciativas de diversos atores no Governo e na sociedade civil para encontrar as raízes das causas da violência e proteção de civis, antes, durante e depois do conflito armado.

Os chamados construtores da paz – governantes e organizações internacionais - utilizam a comunicação, negociação e mediação em vez de beligerância e violência para resolver conflitos.

*“O principal objetivo da construção da paz é reduzir ou eliminar a frequência e a severidade dos conflitos armados<sup>48</sup>”.*

## **Capítulo 2 – A educação como estratégia para a manutenção da paz e reconstrução nacional**

### **2.1. Educação**

Esta dissertação pretende desenvolver o tema da educação como sendo esta um pilar fundamental do e para o desenvolvimento de Angola, tal como para qualquer outro país.

Como já referimos anteriormente, entenda-se por educação todo o processo de ensino ou *“transmissão de conhecimentos, habilidades e hábitos (educação no sentido restrito), deverá ainda a escola associar o trabalho educativo, em estreita cooperação com a família, as igrejas, a comunicação social, as associações da sociedade civil e o próprio Estado (educação no sentido amplo)<sup>49</sup>”.*

O tema educação não se esgota quando abordamos o seu sentido restrito, ou seja, o lado do conhecimento e da transmissão de valores. Educação é muito mais do que apenas ir à escola e aprender a ler ou a escrever. Educação e, agora falando no seu lado mais amplo, é um conjunto de ações, quer de cada indivíduo, particularmente, quer de toda a sociedade em geral, e do seu envolvimento nas várias áreas da sociedade, tais como a política, a economia, a religião e ainda a sua convivência e interação com o mundo que o rodeia.

*“Num mundo globalizado onde reina a tecnologia e onde se agravam as desigualdades na qualidade de vida das populações, só a aquisição de um adequado nível de conhecimentos*

<sup>48</sup> Chic Dambach, president & CEO, Allaince for Peacebuilding, consultado em 30 de Outubro de 2012, disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Peace\\_building](http://en.wikipedia.org/wiki/Peace_building)

<sup>49</sup> Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos trilhos para o desenvolvimento”, página 6

*constitui factor de crescimento económico e de desenvolvimento dos povos. Isto faz com que a educação seja vista a várias escalas de análise, cada uma delas exigindo medidas de intervenção adequadas, já que a chave de alteração de fundo das condições de desenvolvimento de um país se encontra na educação e na formação profissional dos seus recursos humanos*<sup>50</sup>”

A educação que deve “reinar” para permitir o desenvolvimento das sociedades pode ser determinada por áreas-chave, definidas por Hermano Carmo (1999)<sup>51</sup>: A mudança (adaptação ao novo); autonomia (ser autónomo e não individualista); Democracia (Aprender competências para o exercício de uma Democracia representativa e participativa); Solidariedade (Aprender a ser solidário no tempo e no espaço); Ambiente (compreender que o ambiente deve ser protegido pois ele é responsável pela manutenção da vida humana na terra); População (responsabilidade na reprodução e crescimento da mesma); Saúde (educar para esclarecer questões sobre nutrição, doenças e higiene); Cidadania económica (educação para a produção, gestão de recursos, correcta distribuição de bens, serviços e consumo dos mesmos); Mulheres (este elemento da sociedade é cada vez mais representativo do desenvolvimento e da democratização); interculturalidade (procurar através da educação a identidade cultural de um povo e procurar a compreensão para a diversidade cultural de uma nação).

É cada vez mais necessário introduzir na educação dos cidadãos, não só conhecimentos culturais, que surgem nos livros e manuais que são utilizados nas escolas como também se torna cada vez mais importante, através dos conteúdos programáticos criar consciências sobre o comportamento humano, não só em relação a si próprio ou ao seu semelhante, como também em relação ao mundo em que vive.

Só desta forma podemos falar em desenvolvimento sustentável e capaz de tornar eficaz a presença do Homem na terra.

Voltamos aqui a fazer referência ao processo de globalização que tem acelerado todo o desenvolvimento do ser humano. As mudanças são contínuas e drásticas, o que leva ao aprofundamento das diferenças sociais e por sua vez às alterações e decisões políticas que, em grande parte, colocam em “banho-maria” a aposta, os investimentos e as melhorias naquela que é a grande chave do desenvolvimento – a Educação.

## 2.2. Educação para a Paz

A obra “Princípios da Guerra”<sup>52</sup>, faz a seguinte observação: “(...) a verdadeira cautela consiste em não descurar, por preguiça, indolência ou descuido, aquelas medidas que nos permitirão atingir o objetivo (...) a estratégia determina o momento, o local e as forças necessárias para o combate e através desta tripla responsabilidade exerce uma influência considerável sobre o resultado final”.

<sup>50</sup> Carneiro, Roberto (1989/1990), Introdução. In. Matos, Artur Teodoro; Medeiros, Carlos Laranjo – Dir. (1989/1990). Povos e Culturas, Educação em África. Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pág. 20 *Cit in* Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos trilhinhos para o desenvolvimento”, página 7.

<sup>51</sup> *In* Desenvolvimento comunitário, Universidade Aberta Lisboa; *Cit in*, Carmo, Hermano (2000), Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra; *In* VVAA (2000), Estudos em Memória do Prof. Doutor Luís Sá, Revista Discursos, Universidade Aberta, Lisboa, pp.126-127.

<sup>52</sup> Clausewitz, Carl Von, Princípios da Guerra, 1989:194

Esta chamada de atenção de um dos maiores estrategas sobre guerra e o fim desta leva-nos a concluir que a construção da paz, passa, tal como a estratégia de enfrentar um inimigo em tempo de guerra, pela capacidade de cada um, de pensar, agir e conquistar pontos positivos.

Esta capacidade deve estar intrínseca à educação dos indivíduos, de forma a prepará-los para as grandes batalhas e, no caso de Angola, a conquista da paz tem sido o maior desafio da última década.

Quer para a guerra quer para a paz, os indivíduos devem ser treinados e educados a pensar, a elaborar, a reunir forças e estratégias para alcançar os seus objetivos.

*“Os níveis educacionais mais elevados dos exércitos da Europa Ocidental, bem como as expectativas das suas sociedades em relação ao modo como os soldados devem ser tratados e empregues, ditam a sua natureza e método operacional<sup>53</sup>”.*

A educação para a paz visa uma convivência mais saudável, justa, solidária de forma a sensibilizar a opinião pública para apelar à cooperação e solidariedade.

*“A educação deve ser observada a partir de um prisma de transformação que deve servir como ferramenta essencial de construção da cultura de paz<sup>54</sup>”.*

A educação para a paz representa também a procura de equidade de um país, em que a sociedade se divide em sectores: crescimento económico, sustentabilidade, saúde, segurança, humana ou de participação e claro, educação. Este equilíbrio gera o aumento de oportunidades e de capacidades dos indivíduos de servir o seu país<sup>55</sup>.

Uma educação que se baseia em valores deve servir para facilitar a mudança de atitudes e comportamentos em relação aos problemas dos desequilíbrios económicos, sociais, culturais e de luta entre os povos.

Esta educação para a paz leva à educação para a compreensão internacional, para os Direitos Humanos, mundialista e multicultural, de desarmamento, desenvolvimento e conflito.

A sua principal tarefa é educar de forma a ter uma visão integradora e transformadora da realidade, em que é necessário apostar numa educação ativa e participativa para potenciar um pensamento dinâmico, crítico e gerador de novas ideias.

De acordo com a UNESCO<sup>56</sup> o programa de ação sobre a cultura de paz da ONU, datado de 1999 incide sobre a transmissão e consolidação de valores, respeito pela vida, direitos e liberdades, em que a educação facilita o diálogo, garante a soberania e promove o desenvolvimento.

<sup>53</sup> Smith, Ruppert, A Utilidade da Força, A Arte da Guerra do Mundo Moderno, página 42

<sup>54</sup> Campos, Juliana; Correia, Theresa, “A educação para a paz e para os Direitos Humanos: Contribuições internacionais à compreensão do direito à educação na ordem constitucional brasileira, pp. 3987-3999 (Trabalho publicado nos anais do XVII Congresso Nacional do COMPEDI, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 20, 21 e 22 de Novembro de 2008).

<sup>55</sup> Dr. Professora Brígida Rocha Brito, Ficha de apoio n.º 7, Universidade de Évora, ano letivo 2011/2012 – Sociologia da paz e dos conflitos – Educação para a paz/cultura da paz.

<sup>56</sup> Relatório Mundial de Cultura de paz, da sociedade civil a meio da década de cultura de paz de acordo com o convite do parágrafo operativo 10 da Resolução de Assembleia Geral (A/59/143), consultado em 12 de Dezembro de 2011, disponível em [www.unesco.pt/www.undp.org](http://www.unesco.pt/www.undp.org)

É possível aprender a viver em Paz porque este não é um valor absoluto, é antes um esforço permanente no desenvolvimento integral do indivíduo.

*Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser* são definidos como os quatro pilares do conhecimento.

Quando falamos de paz, não podemos descurar que este estado não significa ausência de guerra ou de um conflito. Aliás, é convicção do estudo sobre a sociologia da paz e dos conflitos<sup>57</sup> que a “*paz garante momentos de bem-estar fundamentados na esperança*”. Esperança esta que engloba um futuro mais risonho, em harmonia, estabilidade, tolerância e desenvolvimento.

Todos estes pressupostos tornam a paz, um estado efetivo, principalmente quando são tomadas medidas de sensibilização, formação, consciencialização, disponibilidade de informação, alcançados através da educação dos cidadãos. Todos estes envolvidos na procura pela justiça social, equidade, tolerância, solidariedade e colaboração. Concluímos, com estas medidas, que é possível identificar soluções de resposta para os problemas.

Problemas estes que não se perdem apenas com a estrutura e infraestruturas, mas também com questões cívicas, ambientais, desenvolvimento sustentável, cooperação para resolução permanente de conflitos.

A proposta da UNESCO para a cultura de paz procura mobilizar as pessoas para novas formas de entendimento e relacionamento dirigidas como princípios básicos de reconciliação, generosidade, solidariedade, respeito pelos direitos humanos, recusando a opressão e a violência.

A importância da educação na manutenção da paz prende-se, não só pelo encaminhamento dos jovens para os centros de ensino mas também como forma de criação de uma nova metodologia pedagógica de acesso a esses jovens quer na escola formal quer na comunidade e nos grupos informais, sobretudo com orientações para a experimentação, tendo em conta as vivências de cada um deles. Contribuindo também para a tomada de decisões conscientes e identificando soluções construtivas e não violentas.

Ora, não sendo a paz apenas ausência de conflito, questões como a estabilidade, harmonia social, económica, cultural, ideológica, tolerância, responsabilização, solidariedade, cooperação podem ser interiorizadas pelos indivíduos ao longo do seu percurso educacional.

*“Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento”<sup>58</sup>”.*

Por esse motivo, sugerimos no presente trabalho que devem ser revistos e/ou reestruturados os conteúdos programáticos, ou mesmo propostas pedagógicas e de organização das escolas, articulando a Democracia com a organização social e a reconstrução nacional de Angola.

<sup>57</sup> Dr. Professora Brígida Rocha Brito, Ficha de apoio n.º 7, Universidade de Évora, ano letivo 2011/2012 – Sociologia da paz e dos conflitos – Educação para a paz/cultura da paz.

<sup>58</sup> Kant, Immanuel, A Paz Perpétua e outros Opúsculos, Edições 70, página 11



### 2.3. Educação para todos<sup>59</sup>

Elaborada pela UNESCO, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos veio relatar as grandes dificuldades existentes a nível da educação das populações, especialmente a falta desta nos chamados países de terceiro mundo.

Depois da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, ter estabelecido, no art. 26., o Direito à Educação, foi notório que tal nunca aconteceu à escala mundial.

África foi, e continua a ser o continente mais afectado. Ainda assim, o desempenho da UNESCO tem sido fundamental na redução deste flagelo, principalmente na criação de condições mínimas de acesso à escolaridade básica através de fornecimento de equipamentos essenciais à aprendizagem.

#### 2.3.1. A escola

No período pós-guerra, 2002, a rede escolar estava limitada a apenas algumas províncias no entanto, esse quadro tem vindo a reverter-se (ver tabela 15 e gráfico 14, em anexo).

A tabela 16 e o gráfico 14 (em anexo), mostram que entre 2002 e 2008, as províncias que mais evoluíram em termos de alunos inscritos no ensino primário são a capital Luanda, Kwanza Norte, Huambo, Benguela e Huíla.

Num estreita cooperação entre os governos de Angola e da China, tem sido possível desenvolver novos caminhos na construção e recuperação de infraestruturas, com um fluxo de conclusão a médio prazo.

Os investimentos que se seguem estão inclinados para as infraestruturas do ensino médio técnico incluídos no novo sistema de ensino, entre os anos de 2011 e 2015 (ver tabela 20, em anexo).

Desde 1978, data que marcou o fim do regime educativo vigente desde o tempo colonial, a Reforma Educativa<sup>60</sup> tem obedecido, de acordo com o Ministério da Educação de Angola (MED), a uma metodologia diferente em que, os currículos, planos de estudos, perfis de saída, programas, manuais escolares e o próprio sistema de avaliação são testados nas escolas, quer sejam elas primárias, secundárias ou de formação para professores.

Estes materiais são seleccionados pelas direcções provinciais da Educação para uma fase de experimentação, correspondendo a requisitos previamente definidos pelo Ministério da Educação. A fase de transição do antigo para o atual sistema de educação foi um processo longo e cauteloso, ao mesmo tempo<sup>61</sup>.

A gestão do sistema de ensino implica ações de planeamento, que resultam na apresentação de projetos, ações de desenvolvimento, implementação de metodologias de ensino, normas curriculares, execução de projetos, planos e programas, E ações de monitorização que se

<sup>59</sup> Declaração Mundial sobre Educação para todos, UNESCO, 1993

<sup>60</sup> Novo sistema de Educação aprovado pela Lei 13/01 de 31 de Dezembro

<sup>61</sup> Evolução da Educação e Ensino em Angola 2002-2008, Ministério da Educação de Angola, página 25

responsabilizem pela supervisão, inspeção e avaliação da qualidade do ensino (ver gráfico 23, em anexo).

Para 2008 (ver gráfico 23, em anexo) o MED estima um aumento do número de salas de aula de cada instituição (12 por cada escola secundária e 20 por instituto médio), quarenta e cinco alunos por sala, dois turnos nos institutos médios técnicos e três turnos nas escolas secundárias do 2º ciclo geral.

O aumento, não só de salas de aula mas de outras infraestruturas e condições de acesso à escola, justificam que a maior parte do financiamento da educação em Angola seja proveniente do Governo, através do Orçamento Geral do Estado (ver tabela 19 e gráfico 18 e 19, em anexo).

Algumas das despesas descritas no gráfico 18 correspondem a serviços prestados pelo MED, nomeadamente na Reforma Educativa, implantação do ensino especial, Desenvolvimento do ensino Técnico Profissional, melhoria da oferta de assistência social aos alunos, programa de reabilitação, apetrechamento e construção de escolas.

A partir de 1986, com a Reforma do Sistema Educativo em Angola, as terminologias do ensino também sofrem alterações, nomeadamente para assumir a tendência da prática internacional.

O ensino Primário<sup>62</sup> passa a ser unificado em seis classes (da 1ª à 6ª) e o ensino Secundário passa a ser estruturado em dois ciclos: o 1º ciclo, da 7ª à 9ª classe e o 2º ciclo, da 10ª à 12ª classe.

De modo a criar um novo sistema educativo mais competitivo foram introduzidas as disciplinas de Estudo do meio e Educação Musical, Educação laboral, informática, literatura, teoria e prática do *design*, técnicas de expressão artística.

O alargamento dos cursos passou de dois para quatro, nas áreas de conhecimento das ciências exatas e ciências sociais, ciências físicas e biológicas, ciências económico-jurídicas, ciências humanas e área das artes visuais, bem como a introdução de disciplinas opcionais em todas as áreas do 2º ciclo do ensino Secundário.

Neste âmbito foram também introduzidas novas conceções de avaliação das aprendizagens, entre as quais, a passagem automática no ensino Primário, na 1ª, 3ª e 5ª classes; a escala de avaliação passou a ser de 0 a 10 e as provas de bloco foram eliminadas.

Assim, o MED passou a dar mais importância e peso às provas de escola e de exames, abolindo as pautas trimestrais ou semestrais e introduzindo documentos de controlo da aprendizagem, como por exemplo as cadernetas escolares, mini pautas e pautas, regulamento para provas e manual de apoio aos sistemas de avaliação da aprendizagem.

No 2º Colóquio Nacional do Ministério da Educação<sup>63</sup>, o Ministro da Educação Pinda Simão mostrou a sensibilidade que o seu ministério tem para a resolução de questões relacionadas

---

<sup>62</sup> Obrigatório, segundo o artigo 8.º

com a educação, o ensino e os melhoramentos urgentes a serem introduzidos de modo a contribuir para a erradicação da taxa de analfabetismo e do número de crianças que continuam a não integrar a escola.

Conclui-se neste colóquio que a escola deve ser uma instituição de formação quer no espaço escolar, quer na própria comunidade, onde o papel dos pais e encarregados de educação é fundamental no processo de aprendizagem dos estudantes.

### 2.3.2. *Crianças fora da escola*

Numa iniciativa conjunta entre o Instituto de Estatísticas da Unesco e a *United Nations Children's Fund* (UNICEF)<sup>64</sup> para reduzir o número de crianças que não vão à escola, foi elaborado um estudo que detetou que cerca de 72 milhões de crianças em idade primária e 74 milhões de crianças em idade secundária estavam fora da escola até 2008.

Baseado nas tendências correntes, estimam-se 56 milhões de crianças em idade primária continuarão afastados das escolas até 2015. Há também indicações preocupantes de que o progresso dos objetivos da educação primária em todo o Mundo está a abrandar.

Olhando para este panorama, foi criado, pelas duas organizações, o programa “*Crianças fora da escola*”, de modo a permitir a criação de mecanismos de inclusão do maior número de crianças possível nas escolas.

Este programa inclui, não só medidas de combate à exclusão escolar como também pretende contribuir para aumentar e/ou melhorar a qualidade do ensino existente.

Não existem dados concretos sobre o número de crianças que não frequentam a escola, em Angola, nem é de todo possível analisar todos os motivos pelos quais essa ausência permanece. No entanto, alguns dos motivos estão implícitos na falta de condições de vida, higiene, alimentação, saúde, apoio familiar, entre outros.

Será a globalização justificação para este impasse que se mantém na educação? Estarão os governantes demasiado preocupados com os resultados alcançados, que descuram o que ainda falta fazer?

### 2.4. *Globalização e Educação*

Uma das questões abordadas nesta dissertação e como objetivo de estudo é a questão dos conteúdos programáticos e a utilização dos manuais nas aulas. Cada vez mais se verifica a necessidade de adaptar os manuais e os seus conteúdos, bem como os próprios conteúdos programáticos do ensino em Angola de forma a estabelecer critérios de análise e seleção dos manuais escolares a adotar nas aulas.

“(…)a qualidade dos manuais escolares contribui de forma significativa para a construção da escola eficaz, a alusão a este assunto decorre do interesse acrescido suscitado na

<sup>63</sup> “2º Colóquio do Ministério da Educação” (Governo-MED), artigo 8.º, in Angola Press de 22 de Março de 2010  
Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9724>, consultado em 23 de Março de 2010

<sup>64</sup> Fundo das Nações Unidas para a infância

*sequência de uma análise efetuada a quatro manuais escolares do ensino primário, em vigor no país*<sup>65</sup>”.

A questão dos manuais utilizados nas escolas é um tema que se mantém na ordem do dia dos decisores políticos, especialmente do Ministério da Educação de Angola. O principal objetivo é adaptar os livros escolares quer às necessidades dos docentes e discentes, quer como forma de atribuir representatividade à história e cultura do país.

*“No domínio da pedagogia e especificamente no processo de ensino-aprendizagem a utilização dos manuais escolares é imprescindível*<sup>66</sup>”.

Um dos objetivos desta dissertação é demonstrar que o uso dos manuais com conteúdos adaptados às circunstâncias, história e cultura de Angola pode ser determinante numa aprendizagem mais cuidada, completa e lúcida em relação às raízes dos angolanos.

Esta modificação ou reestruturação podem ser fundamentais quer para o docente para o aluno. Atualmente uma das maiores dificuldades ainda é adaptar exemplos, exercícios e textos à cultura e à história de Angola. Os manuais utilizados, em grande parte, ainda são adquiridos fora do território nacional, e os seus conteúdos, são, na maior parte das vezes desfasados da realidade angolana, especialmente se analisarmos os manuais utilizados nas universidades.

*“Ora, havendo um reconhecimento da importância do manual escolar como fator determinante para o sucesso escolar, interessa questionar os aspetos relacionados com a sua qualidade*<sup>67</sup>”.

O autor<sup>68</sup> chama à atenção para a importância de um olhar clínico sobre os manuais atualmente utilizados em Angola e dá ênfase a quatro dimensões de análise sobre os livros escolares, referindo que estes devem respeitar: a) **dimensão científica** (conteúdos e cumprimento do programa da disciplina); b) **dimensão pedagógica** (critérios de análise e adequação aos vários contextos); c) **dimensão axiológica** (preservação e respeito pelos valores da vida); d) **dimensão material** (acessibilidade e infraestruturas).

*“(…) é bom que se tenha consciência de que só haverá uma mudança educativa num quadro de responsabilidade partilhada, onde se incluem professores, família, escola e governo*<sup>69</sup>”.

Um outro objetivo desta dissertação é procurar refletir sobre os resultados escolares tendo em conta o ambiente em que os estudantes vivem, quer no espaço da escola propriamente dita, quer no ambiente familiar de cada criança e jovem estudante.

A falta de condições de vida, uma alimentação precária, instabilidade no seio familiar, falta de diálogo são alguns dos entraves que provocam dificuldades de aprendizagem nas escolas.

<sup>65</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 36

<sup>66</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 37

<sup>67</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 38

<sup>68</sup> M. Azancot de Menezes referindo Fernandes (2001).

<sup>69</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 45

*(...) Em Angola (...) a relação escola-família é praticamente inexistente (...) a colaboração entre a escola e a família situa-se quase exclusivamente no domínio da burocracia e não na aprendizagem dos alunos<sup>70</sup>”.*

A relação dos pais com os filhos permite que estes, no ambiente escolar, tenham uma perspetiva mais ampla do que é e o que representam os estudos na sua vida futura, principalmente a nível profissional. E mais, quando os pais não compreendem e não facilitam o trabalho dos docentes, junto dos seus filhos, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano.

*“(...) existe uma relação estreita entre o sucesso dos alunos e as práticas das famílias. Destas práticas identificou um conjunto de categorias, nomeadamente: (1) o ensino de hábitos de trabalho, (2) a organização equilibrada da rotina familiar, (3) o controlo e gestão do tempo de estudo dos filhos, (4) o estabelecimento de regras de comportamento e (5) o apoio ao trabalho de casa<sup>71</sup>”.*

Esta relação não pode ser analisada apenas do ponto de vista do interesse demonstrado pelos pais no percurso dos seus filhos na escola mas antes partir de uma preocupação chamada “formação cívica”, em que o indivíduo deve ser estimulado a partir dos primeiros anos de vida.

A questão da “educação para a cidadania” é um tema atual e central no estudo aqui apresentado, com o objetivo de demonstrar que a educação é o pilar central da construção de um país, de uma nação, especialmente após um período de interregno como Angola sofreu com os 30 anos de guerra civil que sucederam aos mais de cinco séculos de subjugação e domínio colonial.

O autor<sup>72</sup> cita Beltrão e Nascimento, 2000 para se referir à procura da transmissão de valores através da educação cívica, mostrando no entanto que nada é estático.

*“(...) Os valores têm uma natureza social, não são fixos, pelo contrário, são sujeitos a um processo de mudança, tanto social, como pessoal, ou seja, os valores aprendem-se, modificam-se e variam ao longo da vida de cada um. Esta constatação permite afirmar que [nenhuma forma de educação é neutra ou independente de valores, portanto, desde que não seja através da doutrinação, a escola deve ensinar valores].*

A educação é um passo importante para a cidadania e para a formação do indivíduo enquanto pessoa. Logo a cidadania é parte da integração do indivíduo na sociedade quer política, quer social, quer intelectualmente.

A partir daqui surge uma outra área que deve ser levada em conta no estudo da importância da educação que é na fase adulta da vida dos cidadãos, especificamente dos angolanos.

<sup>70</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 58

<sup>71</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 61

<sup>72</sup> M. Azancot de Menezes

As largas décadas em que Angola esteve mergulhada numa profunda guerra, privaram uma enorme percentagem de pessoas, em idade adulta de prosseguir os seus estudos. As várias condicionantes da vida foram inibindo a continuidade do percurso escolar de homens e mulheres com mais de 18 anos.

Um dos planos da UNESCO, estabelecido na conferência geral de 1964, foi precisamente o processo de desenvolvimento ou reestruturação da educação para adultos como forma de contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

Este afastamento das escolas tem sido mais um fruto também da globalização e da aceleração do crescimento dos países, principalmente devido à crescente necessidade de trabalhar e garantir poder de compra.

Em África, o tema “educação para adultos<sup>73</sup>” tomou forma a partir de 1968, a propósito da Conferência sobre a Educação de Adultos” realizada no Uganda, de onde surgiu a criação da Associação Africana de Educação de Adultos<sup>74</sup>.

*“Devemos, em primeiro lugar, instruir os adultos. As nossas crianças não desempenharão nenhum papel importante no nosso desenvolvimento económico, no decurso dos próximos cinco, dez ou mesmo vinte anos, enquanto que o impacto dos adultos se faz sentir a partir de hoje mesmo<sup>75</sup>”.*

O processo de aceleração do desenvolvimento da sociedade também nos leva a crer que a educação ganha cada vez maior importância em todas as áreas. Como tal, consideramos que a Educação ultrapassa em muito o simples estudo de uma disciplina, de um tema. A educação é ensino nas escolas mas é também uma contínua aprendizagem com as experiências e vivências do ser humano em sociedade. Daí dar-se tanta importância à educação para adultos. Afinal é nesta fase da vida do indivíduo que ele mais acumula conhecimento, sabedoria, experiência profissional, que lhe podem proporcionar um melhor ensinamento aos seus descendentes.

A globalização tem vindo a ser responsável pela mudança da sociedade, de uma forma geral e, a educação também se tem visto envolvida nesta mudança. Esta modificação leva-nos a um outro fenómeno a que as sociedades modernas se vão encaminhando – a exclusão social<sup>76</sup>.

Esta exclusão está um pouco por todo o mundo mas, é em países como Angola, em que as diferenças sociais, políticas, económicas mais se destacam que se torna habitual existir um desfasamento do tecido social e de onde emergem as maiores e mais profundas diferenças entre a população.

Para o autor<sup>77</sup> a problemática da exclusão social não é recente nem está circunscrita a um determinado território. Antes, considera este um fenómeno universal que perturba o bom

<sup>73</sup> Em Angola, a educação para adultos está integrada na Lei de Bases do Sistema Educativo (Artigo 31º Lei.º13/01 de 31 de Dezembro)

<sup>74</sup> Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 131

<sup>75</sup> Julius Nyerere (antigo presidente da Tanzânia e primeiro presidente do conselho internacional para a Educação de adultos) cit. em Reflexões sobre educação, M. Azancot de Menezes, página 132

<sup>76</sup> Grilo, Marçal, Desafios da Sociedade – Educação e sociedade, página 48.

<sup>77</sup> Grilo, Marçal, Desafios da Educação – Educação e Sociedade, página 48

funcionamento da sociedade, em que, grande parte dos indivíduos se sente à margem das condições mínimas de sobrevivência.

E questionamos até que ponto a escola pode ser o pilar de coesão social ou reintegração dos cidadãos, especialmente das camadas mais novas.

É convicção do autor e nossa também de que a escola é o local ideal para cumprir a função de, não só, educar os indivíduos mas também proporcionar a minimização de alguns problemas diários da vida dos cidadãos, tais como desagregação familiar, desemprego, baixa condição económica e social, etc.

*“A escola é, assim, uma estrutura base das sociedades modernas, cuja importância se torna mais evidente quando está inserida e serve comunidades que enfrentam problemas sociais delicados, como os que derivam do desemprego de longa duração, do abuso das drogas, de baixos níveis de rendimento ou de desagregação familiar e social”<sup>78</sup>.*

### 2.5. Recuperação da identidade cultural

Durante vários séculos a identidade cultural angolana foi subjugada ao colonizador português que impôs a sua cultura, os seus valores, a sua língua. Este último ícone mantém-se até hoje como a língua oficial falada em Angola e em todos os países da CPLP.

*“Durante longos séculos, o mundo mais desenvolvido, o mundo dos brancos, tendeu a crer e a fazer crer que os homens de outras raças, entre as quais a negra, só serviam para transportar cargas, que só valiam pelas suas capacidades físicas e não pela sua inteligência ou espiritualidade – tal como, aliás, ainda hoje muitos homens pensam que as mulheres só servem para fazer filhos, lavar roupa e cozinhar. Mas o tempo e a prática vieram demonstrar que a realidade é totalmente diferente, e que tais ideias se baseavam e baseiam apenas em preconceitos, exploração económica e complexos de inferioridade”<sup>79</sup>.*

*“Na atualidade, a África do Sul de Nelson Mandela é um exemplo de que nos podemos orgulhar e que devemos seguir. Depois de longos anos de Apartheid, os negros na África do Sul mostram agora a sua capacidade de governar os destinos do país, assim provando que o potencial do ser humano é um só, apenas os meios, oportunidades e circunstâncias diferem”<sup>80</sup>.*

Um dos assuntos mais pertinentes em toda a reestruturação da educação em Angola é o uso das línguas nacionais oficialmente reconhecidas e que são demonstrativas da capacidade que o país pode e deve ter na recuperação da sua identidade cultural.

*“(…) cada tribo fale a sua língua, ensine nas escolas a sua língua, se potencie desenvolva na sua língua, mas que todos nós falemos também a língua que já nos une como angolanos, ou*

<sup>78</sup> Grilo, Marçal, Desafios da Educação – Educação e Sociedade, página 51

<sup>79</sup> Angola O futuro é possível, Felix Miranda, página 46.

<sup>80</sup> Angola O futuro é possível, Felix Miranda, página 47.

*seja, a língua portuguesa. Isso em nada nos prejudica ou inferioriza, nem nos parece que haja melhor solução<sup>81</sup>”.*

*“A língua é um instrumento cultural por excelência. Cada cultura dispõe na sua língua de meios próprios para pensar e exprimir as categorias da sua experiência, como principal veículo da comunicação e transmissão do saber e das suas potencialidades<sup>82</sup>”*

A falta de identidade e cultura nacionais são motivos mais do que suficientes para que o povo procure restabelecer estes pontos-chave da vida de um país. Ainda hoje, Angola e os angolanos sentem a falta de “pedaços da sua história esmagados” pela história de outros povos desenvolvidas no seu território.

*“Foi o abandono dos princípios culturais de Angola que permitiu a superioridade das armas a favor do colonialismo português, da invasão estrangeira, e até da atual guerra fratricida. O tribalismo e o regionalismo conflituosos não constavam, como já referimos, no dicionário cultural angolano. Foram uma arma reintroduzida e utilizada pelos nossos inimigos, que nos enfraqueceu mais do que a própria pólvora – e isso aconteceu porque nos divorciámos dos nossos próprios princípios culturais, abraçando outros, estranhos e confusos para nós<sup>83</sup>”.*

## 2.6. O papel da família na educação

Quando se fala em educação, não se pode apenas falar do trabalho que é exercido pelas escolas, ou seja, estaríamos a falar de ensino em particular e não de educação em geral.

A educação de um ser humano deve-se, em grande parte aos conhecimentos que adquire ao longo da sua vida escolar, junto de formadores, professores, educadores e material didático.

No entanto, educar representa muito mais do que ensinar conteúdos de um conjunto de disciplinas. Educar é rodear a criança, um jovem, um adulto, de uma quantidade de normas, regras e valores que lhe facilitam a sua convivência em sociedade.

O papel dos professores e educadores é fundamental mas, este só se torna útil quando é devidamente acompanhado pelo papel social que os pais e encarregados de educação devem desempenhar no desenvolvimento dos seus educandos, especialmente em idade escolar e até aos 18 anos, quando atingem a maioridade.

Os autores<sup>84</sup> mostram nos Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família que é possível *“executar formas mais eficazes de integrar as diferentes vivências sócio-culturais”*.

Quer-se com isto mostrar que a família deve ter um papel fundamental na educação dos seus educandos e contribuir para a preparação do ser humano para viver em sociedade.

<sup>81</sup> Angola O futuro é possível, Felix Miranda, página 52

<sup>82</sup> Angola O futuro é possível, Felix Miranda, página 53, Cit. Lévi-Strauss.

<sup>83</sup> Angola O futuro é possível, Felix Miranda, página 54

<sup>84</sup> De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspectiva Sistémica”*, página 7, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>



*“Quando a família dispõe de meios efectivos de participação ativa e regular na vida da escola, gradativamente constroi a consciência de que a escola é um bem público que também é seu”<sup>85</sup>.*

Este contributo passa por envolver as crianças e jovens em projectos, proporcionar-lhes responsabilidades, ajudá-los a resolver situações de conflito, aceitando e aprendendo a conviver com as diferenças sociais, culturais e de capacidade de cada indivíduo<sup>86</sup>.

Estes cadernos<sup>87</sup> mostram como é importante que a escola e a família estejam juntos na educação dos alunos. Só esta relação pode permitir um *“maior sucesso educativo (...) Sendo esta uma abordagem sistémica, a escola, o aluno e a família têm de ser vistos como sistemas abertos sendo que, as trocas entre si e o sucesso das mesmas, dependem irremediavelmente da relação dinâmica que estabelecem”<sup>88</sup>.*

O que pretendemos demonstrar é que o papel dos pais, das famílias é muito importante quer na integração do indivíduo, quer na sua aceitação dos outros em sociedade. É notável, em alguns casos testemunhados pessoalmente que, muitas crianças e jovens não têm o devido acompanhamento a partir de casa e que essa lacuna se reflete na escola, quer no seu comportamento individual, quer na sua conduta perante os outros ou mesmo na aquisição de conhecimentos.

*“A responsabilização, ao contrário da culpabilização, torna os sistemas competentes e vai condicionar a comunicação/informação (...) Na família pontua-se a aprendizagem da gestão afectivo-emocional, enquanto na escola se canaliza o processo no sentido de adquirir competências específicas, com conteúdo intelectualizado (...) estas diferenças de papéis têm de ser respeitadas e as intervenções de cada um dos subsistemas devem ser complementares”<sup>89</sup>.*

Esta relação é denominada, segundo citação dos autores<sup>90</sup> pelo termo *Go-between*<sup>91</sup>, ou seja uma espécie de mediador entre os pais e os professores. Esta é a relação mais saudável para permitir ao aluno um melhor desempenho como pessoa e como estudante.

*“E se a educação é uma tarefa eminentemente social, nela reside também a responsabilidade de criar cidadãos intelectualmente válidos, mas nem por isso acrícticos às noções de justiça social e de respeito pelos valores fundamentais de uma sociedade democrática. Só a aposta e*

85 Aranha, 2004 cit in Alves, Graziela, A construção de uma escola inclusiva, em [www.monografias.com](http://www.monografias.com)

86 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspectiva Sistémica”*, página 11, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

87 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspectiva Sistémica”*, página 21, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

88 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspectiva Sistémica”*, página 21, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

89 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspectiva Sistémica”*, página 25, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

90 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa

91 (...) é o que define o aluno através do qual estes dois sistemas se comunicam (família e escola) In De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, *“02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspetiva Sistémica”*, página 26, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

*o reforço nas capacidades dos indivíduos, nas noções de cooperação e de solidariedade poderão combater as desigualdades*<sup>92</sup>”.

## 2.7. Qual o papel do Estado na educação

O estado tem um papel preponderante no desenvolvimento da educação e da formação dos seus cidadãos, evitando assim altos níveis de analfabetismo e outros problemas sociais que assim se desencadeiam.

Para garantir uma educação eficaz (bem planeada e estruturada) e eficiente (correctamente aproveitada), o Estado deve garantir que outras áreas da sociedade funcionem em conjunto, tais como a manutenção da estabilidade, quer seja esta política ou económica, garantir a segurança alimentar, erradicar níveis de pobreza extrema e, principalmente contar com a colaboração do seu povo. Para isso, este precisa de ser educado a acatar, respeitar e cumprir a Lei.

Para o MED<sup>93</sup>, a promoção da paz e da cidadania pressupõe a “*valorização do fator humano, crescimento rápido de acesso à educação de qualidade para crianças, jovens e adultos*” e que ainda contribui para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento do país. “*É preciso universalizar a educação*”.

O Ministro da Educação em declarações ao Jornal de Angola<sup>94</sup> lembrou que a educação para todos depende da estabilização, consolidação e desenvolvimento do sistema de educação a todos os níveis.

É com base no financiamento que o atual detentor da pasta da educação acredita ser o caminho certo para proporcionar “*uma atitude pró ativa (...) e regulador do processo de mudança social coletiva e individual (...)*”.

Pinda Simão faz referência ao aumento significativo do orçamento destinado à educação, entre 2002 e 2008, considerando que só assim será possível consolidar os esforços até aqui envidados para o desenvolvimento e melhoria das condições educacionais em Angola, especialmente como forma de “*até 2015, dar resposta às necessidades educativas já identificadas, sem negligenciar qualquer dos objetivos da educação para todos*”.

## 2.8. A importância da Media na manutenção da Paz

O poder dos meios de comunicação é notável em todas as áreas e tomadas de decisão da sociedade civil, mais ainda quando se trata de refletir sobre o seu papel e a sua importância na conquista da paz e manutenção da ordem social<sup>95</sup>.

92 De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, “02 *Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspetiva Sistémica*”, página 31, consultado em 12 de Março de 2012, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA>

93 Ministério da Educação de Angola

94 Governo de Angola, Pinda Simão, Ministro da Educação de Angola, “*Estratégia integrada dá rumo à educação*”, In Jornal de Angola, 20 de Abril de 2010, consultado em 30 de Abril de 2010, disponível em <http://www.med.gov.ao/noticiaD.aspx?codigo=9958>

95 Teoria Funcionalista.

Adérito Quizunda<sup>96</sup> referiu-se<sup>97</sup> à “cultura de paz como ferramenta de consolidação de paz e de promoção de valores” em que os meios de comunicação de massas têm uma responsabilidade social que, “quando mal exercida pode matar<sup>98</sup>”.

Considerando que Angola atravessa um “boom” económico, o jornalista e docente universitário acredita que existem grandes expectativas no que diz respeito à abertura do mercado de trabalho para os recém licenciados na área da comunicação social e não só. E acrescenta que “os media são a espinha dorsal na sociedade moderna e que não há desenvolvimento se não houver jornalismo saudável. Quem tem mais poder terá maior capacidade de reproduzir os seus valores”

E são precisamente estes valores a que se pretende chegar nesta dissertação. Comunicar também é ensinar. Pelo que o desempenho e o poder dos *media* na sociedade pode ser fundamental quando bem aplicado, com objetivos definidos no sentido de colaborar no desenvolvimento de uma vida social saudável, aliada à formação adequada dos cidadãos.

Ora, a educação está, mais uma vez no centro das atenções da estrutura base de uma nação. O jornalista deve ser um cidadão preparado, culto de forma a poder ter um papel preponderante na consolidação da paz em Angola. Para isso precisa de passar por todo o processo educativo como qualquer outro cidadão.

A aposta na formação superior dos jornalistas contribui em muito para o seu desempenho como líderes de opinião e emissores de uma mensagem positiva e confiante na estabilização e manutenção da paz no país.

Principalmente, se analisarmos o jornalista como uma peça fundamental num triângulo interativo entre o desenvolvimento, a paz e a democracia, cujo papel é ou deve ser pedagógico, moral e cívico para com os cidadãos e para com a cidadania.

<sup>96</sup> Jornalista do Jornal de Angola e docente universitário do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade Agostinho Neto e Universidade Independente de Angola.

<sup>97</sup> Dia 27 de Agosto de 2010 no Ciclo de palestras da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Independente de Angola.

<sup>98</sup> *idem*

## II PARTE

### A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA PAZ EM ANGOLA

#### Capítulo 1 – Enquadramento histórico e político de Angola

##### *1.1. Angola, terra de contrastes*

A República de Angola<sup>99</sup> situa-se na Costa Ocidental de África. Tem uma extensão de território de aproximadamente 1.246.700km<sup>2</sup>, incluindo Cabinda. Este é limitado pela República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, é um de países mais ricos em recursos naturais deste continente terceiro mundano. A sua capital é Luanda<sup>100</sup>.

Angola viveu durante vários séculos<sup>101</sup> sob o domínio colonial português. Processo esse que remonta o Século XV, e assim permaneceu até Novembro de 1975, altura em que após a queda do regime ditatorial<sup>102</sup>, em Portugal, Angola conquistou a sua independência<sup>103</sup>.

Em 1956, o MPLA nasce da fusão de vários grupos que lutavam contra o colonialismo português, incluindo uma célula do Partido Comunista Português (PCP), que cresceu após o Pacto de Varsóvia, com a angariação de jovens estudantes e figuras do nacionalismo angolano, refugiadas, sobretudo em Portugal.

A principal figura deste Movimento foi o Doutor António Agostinho Neto que, organizou uma luta armada contra o regime colonial de Portugal sobre Angola. Entre outras figuras, Agostinho Neto contou com a ajuda de Viriato da Cruz (secretário Geral do MPLA) e mais tarde Lúcio Lara (também secretário Geral, a partir de 1961).

<sup>99</sup> Tem uma área de aproximadamente 1 246 700 Km<sup>2</sup>, Capital: Luanda, população 19.1 milhões (2010); moeda: Kwanza

<sup>100</sup> Fundada em 1576, pelo Navegador português Paulo Dias de Novaes, São Paulo da Assunção de Luanda, a Capital de Angola, é uma das mais antigas cidades da costa Ocidental de África – mais antiga, aliás, do que a generalidade das grandes urbes norte-americanas in José Eduardo Agualusa, Guerra e Paz em Angola, Kosmopolis. Festa Internacional de La Literatura, del 14 al 19 de Setembro de 2004, Barcelona, CCCB.

<sup>101</sup> Foi em 1482 que, Diogo Cão liderando uma frota de navegadores, entrou em território angolano, a partir do Reino do Congo (atual República Democrática do Congo), já estabelecido (no atual nordeste de Angola). A partir do Século XV, reinou a influência portuguesa que aos poucos foi introduzindo a cristianização e alguns elementos da cultura europeia naquela região africana. A data de 1483 está estabelecida por alguns historiadores como sendo o início do período colonial de Portugal sobre Angola, no entanto, há uma outra versão da história que indica o ano de 1885, como sendo a data da assinatura do acordo de Berlim e aqui sim, data de início do processo de colonização. Até esta data, a intervenção de Portugal em Angola era vista apenas como forma de traficar escravos (situação que seria abolida em 1880, por Portugal). Em 1671, Luanda foi conquistada pelos portugueses e, todos os reinos em redor passaram a ser controlados pelos europeus. Este domínio estendeu-se a Porto Aboim, Benguela, de forma a expandir o tráfico de escravos, um pouco por todo o país e mais tarde para extensão de redes e rotas comerciais. Na sequência de uma Conferência realizada em Berlim, Portugal assumiu as despesas de ocupação de todo o território angolano mas, apenas em 1910, após a implantação da República em Portugal, o colonialismo em África ganhou forças suficientes para dar continuidade ao que já estava a crescer. A partir de 1926, num regime político instaurado por António Oliveira Salazar, uma máquina de controlo e gestão permitiram total domínio sobre esta colónia. Aumento da população imigrante, forte aposta no sector empresarial, agricultura local direccionada para o café, milho e sisal e renegação dos cidadãos angolanos para salários muito baixos, na maioria dos casos insuficientes e sem direito à cidadania. Este domínio começou a sentir algumas resistências a partir da década de cinquenta, fruto do processo de descolonização em toda a Europa despoletado pela II Guerra Mundial, em 1945.

<sup>102</sup> 25 de Abril de 1974

<sup>103</sup> Independência de Angola, 11 de Novembro de 1975 in História de Angola, Wheeler, Douglas e Pélissier, René, P. 381;

Também no início dos anos 60, a FNLA tomou a iniciativa de uma luta armada. Mas ainda que a luta tivesse o mesmo objetivo, a libertação da colonização portuguesa, ambos os movimentos não chegaram a um entendimento, sobretudo pela sua base socialista e os seus vínculos com os Estados Unidos da América e o Zaire. Pelo que surge um terceiro movimento – UNITA, também com conotação socialista e apoiada pela China.

A existência de três movimentos pela libertação de Angola do colonizador Portugal começou a criar conflitos de ideologia entre si. E teve início com o MPLA que, marca o primeiro passo para o desentendimento com a saída de Viriato da Cruz, em 1961.

E, eis que se dá o combate armado entre Portugal e um trio de movimentos que apelavam à libertação de Angola (a partir de 1961). Em 1962, em Portugal surge a “Ala Liberal” que, não só cria a discórdia interna como também tenta revolucionar o desempenho político colonial, sugerindo mudanças nas políticas de governação das colónias, nomeadamente em Angola, na tentativa de conceder mais direitos aos cidadãos e habitantes no próprio país.

Era um modelo novo, multirracial, em que Portugal continuasse a usufruir dos benefícios de Angola. O trio que lutava pela libertação de Angola rejeitou esta possibilidade e decidiu manter-se em luta pelo futuro livre do país. Até 1970, nada se definiu quanto à independência e rumo à liberdade.

É nesse mesmo ano que o MPLA se reparte em três: “A Revolta Ativa”, liderada por Mário de Andrade, “A Revolta do Leste”, liderada por Daniel Chipenda e a “Ala Presidencial”, liderada por Agostinho Neto.

Quatro anos mais tarde (1974), esta divisão estava superada mas com a saída forçada de vários elementos de ambos os lados. Só em 1974, quando se dá a Revolução dos Cravos, no dia 25 de Abril e quando termina a Ditadura em Portugal (com Marcelo Caetano no poder), começam-se a notar movimentações em relação às colónias, nomeadamente com a decisão do General António Spínola (eleito Presidente da República Portuguesa a 15 de Maio de 1974 e demissionário a 30 de Setembro do mesmo ano) e de Costa Gomes (Presidente da República Portuguesa eleito após a saída de António Spínola) em procurar o entendimento imediato para a realização do processo de descolonização.

Um dos grandes intervenientes neste processo foi Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre Maio de 1974 e Março de 1975. Fez parte do movimento contra o Estado Novo e mostrou-se favorável ao processo de descolonização. Processo esse que, ainda hoje é posto em causa, quer na forma como foi realizado, quer nos benefícios que trouxe ou não para Portugal<sup>104</sup>.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, em Portugal, é posto termo à luta pela libertação.

<sup>104</sup> Não se pode dizer que o processo de descolonização de Angola tenha sido um sucesso e que Portugal tenha tirado o maior proveito da colónia que dominou durante mais de cinco séculos, principalmente para os portugueses que ali residiam e trabalhavam e que, na maioria dos casos, se viram obrigados a regressar a Portugal tendo perdido tudo o que conquistaram durante várias décadas. Esta é sem dúvida uma das maiores manchas da política portuguesa durante a transição da Ditadura e, Mário Soares é, ainda hoje revisto como um dos principais responsáveis por este “erro político”.

Os três movimentos proclamam a Independência de Angola e o MPLA sai como vencedor. No entanto, o pacifismo estava muito longe de ser uma realidade. Tanto mais que algumas atitudes políticas da metrópole não foram bem aceites pelos três movimentos pela libertação de Angola, o que levou os mesmos, a procurar, através da luta armada, uma solução para o país.

Desde Abril de 1974 até Novembro de 1975, não existiram quaisquer tréguas até que, é proclamada a Independência, pelo MPLA, em Luanda e pela FNLA e UNITA, no Huambo<sup>105</sup>.

*“Nenhum dos dois combatentes teria mostrado compaixão alguma pelo seu próprio país ou povo<sup>106</sup>”.*

O país viveu um processo muito peculiar, ficando conhecido como um dos mais controversos de toda a sua história. Após a descolonização portuguesa (1975), mergulhou numa guerra civil que durou mais de 30 anos.

Este conflito foi reconhecido internacionalmente como a guerra mais sangrenta e sofisticada de todas as guerras africanas e, ainda que as estatísticas oficiais apenas revelem parte dos números (500 mil mortos), sabe-se que o número de vítimas foi muito superior.

A guerra em Angola deixou muitas marcas, nomeadamente a fome, a nudez, as doenças, subnutrição, etc. Depois de 1993, foi calculado pela ONU que morressem mil pessoas por dia.

Depois da guerra ficou um rasto de morte, destruição, desintegração social, económica, campos minados, cerca de 800 mil mutiladas, 28 mil refugiados, 1, 550 mil deslocados internamente, vários desastres e outras consequências que ainda hoje mostram feridas por sarar<sup>107</sup>.

A guerra civil de Angola foi considerada, por muitos, uma guerra de guerrilha, que durante os anos 90, envolveu todo o território, e cujo balanço foram milhares de mortos e feridos, mutilados e psicologicamente traumatizados, para além da destruição em massa de aldeias, cidades e infraestruturas em todas as áreas<sup>108</sup>.

A juntar a este panorama, deu-se um significativo êxodo rural em direção a Luanda, que hoje sofre as consequências de uma cidade sobrelotada e sem capacidade de resposta para cerca de sete milhões de habitantes.

Onze anos após a consolidação da Paz, Angola continua a ser uma terra de contrates. As suas riquezas continuam a despertar o interesse internacional. Hoje, naturalmente, numa outra condição. No entanto, muitas “pontas soltas ficaram por apanhar” após a primeira década de reconstrução nacional.

<sup>105</sup> Antiga Nova Lisboa

<sup>106</sup> (Marque 2001)

<sup>107</sup> Estatísticas das Nações Unidas, em 2003

<sup>108</sup> Caminho-de-ferro (só transitáveis, novamente a partir de 2010); estradas e pontes

O MPLA é hoje o partido político eleito<sup>109</sup>, desde as primeiras eleições democráticas em 2008 e rege-se pelo presidencialismo, em que José Eduardo dos Santos<sup>110</sup> é Presidente da República, Chefe de Governo e responsável pelo poder legislativo. E, de acordo com o que diz a nova constituição, aprovada em Janeiro de 2010, as eleições presidenciais são substituídas pelas eleições Legislativas que determinam o partido com maior expressão de votos. Os cabeças de lista, respetivamente, passam a ocupar os lugares de presidente e vice-presidente.

Depois de quatro décadas de conflito armado, Angola reergue-se da destruição, muito devido ao rápido crescimento da economia e um desenvolvimento acentuado. Ainda que seja díspar e repleto de desigualdades sociais.

O Governo<sup>111</sup> elaborou uma Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) em 2003 com metas a atingir até 2015, cujos objetivos principais são a reinserção social, a reabilitação, a construção e a estabilização económica; que vai desde o apoio ao regresso e fixação dos cidadãos angolanos refugiados um pouco por todo o Mundo, criação de um ambiente macroeconómico que evite desequilíbrios no mercado nacional em prejuízo das camadas mais desfavorecidas.

A ECP foi criada no âmbito da parceria NEPAD. Em conjunto estabelecem pontos-chave para a redução das disparidades existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao combate e redução do número de pessoas que ainda vivem com um rendimento diário inferior a 1 dólar.

Esta estratégia tem-se mantido presente em todos os programas do governo angolano, onde estão identificadas as dez áreas de intervenção prioritária para o desenvolvimento do país. São elas a reinserção social, a segurança e proteção civil, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, combate do VIH/Sida, educação, saúde, infraestruturas básicas, emprego e formação profissional, governação e gestão macroeconómica.

Apesar de ter sido criada em 2003, a ECP tem como prazo estabelecido o ano de 2015 para reavaliação do trabalho realizado pelo Governo de Angola e, a elaboração desta, como plano de desenvolvimento a médio prazo, pretende converter-se numa estrutura de desenvolvimento a longo prazo, de forma evolutiva.

Esta estratégia tem funcionado como uma fusão entre as prioridades do governo angolano e os objetivos de desenvolvimento do milénio estabelecidos pelas Nações Unidas no ano 2000, que assentam sobretudo na reconstrução nacional, expansão da educação e no provimento de boas condições de vida para toda a população angolana.

Estão estabelecidas como as principais causas da pobreza em Angola, o conflito armado, a pressão demográfica, degradação de infraestruturas, o débil serviço de educação, saúde e proteção social, a contínua falta de bens de primeira necessidade, a desqualificação e desvalorização do capital humano bem como a ineficácia das políticas macroeconómicas.

<sup>109</sup> Entre 5 e 6 de Setembro de 2008, por maioria absoluta

<sup>110</sup> José Eduardo dos Santos está no poder desde 1979, após a data de morte de Agostinho Neto, que governava desde 1975.

<sup>111</sup> Estratégia de Combate à Pobreza, Governo de Angola

Em 2007<sup>112</sup>, a comunidade internacional, com especial evidência para a UNICEF e UNESCO, mostrou-se satisfeita com o esforço protagonizado pelo Governo de Angola no cumprimento dos objetivos do Milénio de combate e erradicação da pobreza no mundo, com particular chamada de atenção para a redução da mortalidade materna, aumento de sobrevivência de crianças com mais de 5 anos de idade, redução da violência e abuso contra menores e prevenção do vírus da Sida.

Um ano depois, (2008), o Governo angolano propôs-se a dar continuidade à ECP elaborada em 2003, procurando centrar o seu plano de desenvolvimento na criação de postos de trabalhos e habitação social apostando numa economia mais diversificada.

Rica em petróleo, diamantes, ferro, sal, ouro, prata, café, cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de coco, amendoim, entre outros, Angola ainda mantém a produção de algodão, tabaco, cerveja, cimento e madeira e tem a capacidade de possuir vários meios de transporte, nomeadamente a via marítima e aérea que facilitam a troca de mercadorias e a entrada de investimento.

Angola tem potencial para ser um dos países mais prósperos no Mundo, porque em África já conquistou o patamar de potência regional<sup>113</sup> e *“está rodeada ou partilha as suas fronteiras com Estados que reconhecem a sua importância na estabilidade fronteiriça e, sobretudo, na cooperação da área da defesa, segurança e energia (...)”*<sup>114</sup>.

Ainda assim, Angola continua a ser uma terra de contrastes, em que muitas das estratégias elaboradas permanecem, sobretudo no papel. Verifica-se que continua a existir uma larga percentagem populacional a viver abaixo do limiar da pobreza, com menos de 1 dólar por dia.

Contrastes estes que são acentuados no que diz respeito às políticas económicas estabelecidas pelo Governo de José Eduardo dos Santos, já que, em termos macroeconómicos, Angola regressa aos poucos aos mercados internacionais com potencial para “abrir as portas” ao mundo no que diz respeito aos seus recursos, o que em alguns casos, já é uma realidade.

No entanto, analisando a economia angolana no seu sentido mais restrito, ou seja, em termos de microeconomia e a procura da estabilidade e desenvolvimento económica da sua população ainda há muito que fazer.

Após 27 anos de guerra civil, a República de Angola está dividida em dezoito províncias<sup>115</sup> e enfrenta outro tipo de problemas que se prendem com a reconstrução social nomeadamente devido às “feridas” de guerra. Sobretudo no que diz respeito às instituições políticas e sociais

<sup>112</sup> Portal Oficial do Governo de Angola, sobre o III Fórum Nacional da Criança, Luanda *“Comunidade internacional destaca esforços do Governo no combate à pobreza”*, publicado in *AngolaPress* de 14 de junho de 2007, consultado em 10 de Setembro de 2011 e disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=353>

<sup>113</sup> Apesar da sua guerra, Angola também reuniu esforços de luta contra o Apartheid (África do Sul) e foi um dos mais influentes na solidariedade com os países da África Austral oprimidos, por isso acabou por ser também alvo da fúria sul-africana, que apoiava o apartheid e que, não só ajudou a destruir o país, como também fomentou o conflito entre os próprios angolanos. Angola contribuiu para a independência da Namíbia, do Zimbábue e para o fim do Apartheid na África do Sul, bem como para a democratização daquele país. A intervenção de Angola na República Democrática do Congo foi determinante para a queda do regime de Mobutu e para a estabilização política daquele país. Estas atitudes políticas tornaram Angola indispensável no que tratava de questões de segurança, na região dos Grandes Lagos e no próprio continente africano.

<sup>114</sup> Van-Dúnem, Belarmino – *“Conflitos na África Austral de 1975 a 2002”*, consultado em 30 de Outubro de 2012, disponível em <http://belarminovandunem.blogspot.pt/2009/05/conflitos-na-africa-austral-de-1975.html>

<sup>115</sup> Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.



e à capacidade de resposta à população, na sua maioria instalada em Luanda que verdadeiramente “rebenta pelas costuras”.

Angola continua a ter uma esperança de vida baixa<sup>116</sup>, na ordem dos 48 anos, e conta com um índice de mortalidade infantil<sup>117</sup> na ordem dos 131.9% e uma taxa de alfabetização<sup>118</sup> de 67,4%, graças à campanha “escola para todos”<sup>119</sup> (ver tabela 1, em anexo).

Desde 2008, após as primeiras eleições democráticas em Angola, o país regressou à normalização democrática, ainda que carregue “*uma pesada herança de violência e conflitos*”<sup>120</sup>.

### 1.2. O processo de Paz

Foi na Capital de Província “Luena” que se chegou à conclusão ser o local mais adequado para recomençar o acordo de Paz há muito desejado pelos angolanos. Como tal, O General Nunda das FAA e o Chefe de Estado-Maior da UNITA, General Abreu Kamorteiro assinaram um “pré-acordo” de cessar-fogo, em Cassamba, a 18 de Março de 2002.

A segunda ronda de negociações recomeçou dois dias depois mas, só a 23 de Março, os comandantes regionais das FAA se juntaram às conversações e, estas foram suspensas a 25 do mesmo mês, para que fossem efetuadas várias consultas.

Por outro lado, a missão no exterior, sugeriu que as negociações continuassem em Luanda, onde os observadores da ONU, da Troika e a comunicação social poderiam mais facilmente ter acesso. Esta opção estava prevista no protocolo de Lusaka.

O cessar-fogo foi imediato e o acordo militar chegaria a ser assinado a 30 de Março de 2002, mas o Memorando de Luena tomava realmente forma a 4 de Abril de 2002, quando passou a visto como o acordo de Paz vigente em Angola, assinado entre a UNITA e o MPLA e todos os intervenientes na guerrilha (data comemorada com Feriado Nacional e um dos dias mais importantes da vida dos angolanos).

Apesar deste acordo, só a 5 de Setembro de 2008 foi possível realizar as primeiras e históricas eleições no pós-guerra, ficando marcadas, pela positiva como sendo um exemplo para toda a África, respondendo à liberdade de expressão e justa manifestação da vontade do povo angolano.

Neste sufrágio, o MPLA venceu com maioria absoluta, com uns expressivos 82% das votações. Desta vez o partido do mítico “Jonas Savimbi”, morto a 22 de Fevereiro de 2002, aceitou pacificamente os resultados.

<sup>116</sup> Ver em anexos, Tabela n.º 1

<sup>117</sup> Ver em anexos, tabela n.º 1

<sup>118</sup> Ver em anexos, tabela n.º 5

<sup>119</sup> Durante a guerra civil de Angola foram registadas mais de 8500 crianças-soldados, que representavam 12% das tropas da UNITA e mais de 3000 pertencentes às FAA.

<sup>120</sup> Didier Péclard, Politique Africaine, Edição de Março de 2008

*“Foram precisos três acordos de Paz e o assassinato de Jonas Savimbi para que as armas de calassem definitivamente em Angola”<sup>121</sup>*

A Paz é um fenómeno amplo e complexo que exige compreensão multidimensional. Para compreender a Paz é preciso compreender a violência, da mesma forma<sup>122</sup>.

A Paz, enquanto um dos valores mais importantes da existência humana, deve ser preservada. A ausência desta afeta todos os níveis da vida e, por isso deve ser estabelecida como forma de garantir o bem-estar e a justiça entre os cidadãos.

Aquilo que para Angola, foi durante largos anos da sua história, uma perspetiva de Paz negativa, em que se lutava apenas pela ausência de conflito, toma hoje outras proporções com um processo de Paz duradoura<sup>123</sup>, sustentado na educação para todos, exploração das atividades de melhor rendimento do país, empregabilidade, reconstrução social e económica e o reerguer das estruturas, cujas funções são manter no ativo, serviços imprescindíveis ao melhoramento das condições de vida dos angolanos.

A Paz é, hoje, em Angola a resposta para a injustiça social, para as necessidades básicas da população, para a inovação, para o crescimento, para a reestruturação social e económica.

### 1.3. A importância das Organizações Internacionais em Angola

A proximidade, sobretudo devido à partilha das mesmas necessidades ou dificuldades, está a reagrupar os povos e cada vez faz mais sentido falar-se em interdependência, universalidade e transnacionalismo, *“ainda que o nosso mundo esteja longe de uma boa vizinhança”<sup>124</sup>*.

#### 1.3.1. A intervenção das Nações Unidas

Criada em 1945, a ONU vem representar a Liga das Nações e o seu desempenho desde 1919. A sua principal função foi a redefinição da política colonialista, levando em consideração o interesse dos povos colonizados, dominados pela Europa desde o século XVI.

Com a intensificação dos combates, após a independência, surge um conjunto de iniciativas (a partir dos anos 80) para tentar controlar a violência imparável no território angolano.

A ONU<sup>125</sup> proporciona a sua primeira operação de Paz – *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM) I<sup>126</sup> estabelecida pela resolução 626<sup>127</sup>, cujo principal objetivo era retirar de Angola, as tropas cubanas, que apoiavam o MPLA.

---

<sup>121</sup> Christine Messiant (2004)

<sup>122</sup> Violência pressupõe um impedimento dos indivíduos de se autorrealizar como seres humanos, seja ela direta ou estrutural.

<sup>123</sup> 4 de Abril de 2002 - Data da assinatura do Memorando de Luena, Acordo de Paz vigente em Angola há dez anos.

<sup>124</sup> Professor Doutor Luís Moita, Aula de Análise de Modelos em Relações Internacionais

<sup>125</sup> Organização das Nações Unidas

<sup>126</sup> Missão de Verificação de Angola das Nações Unidas

<sup>127</sup> 20 de Dezembro de 1988

Esta missão de verificação esteve em Angola entre 1989 e 1991, para dar lugar à UNAVEM II<sup>128</sup>, que surge após a assinatura do Acordo de Paz de Bicesse em que se preparava o cessar-fogo e a desmobilização das tropas, quer da UNITA quer do MPLA.

A UNAVEM II, cujo mandato estava conferido pelo Conselho de Segurança<sup>129</sup>, revelou-se um novo fracasso devido à revolta da UNITA, em 1992, após a divulgação dos resultados das eleições.

O longo e confuso processo de Paz em Angola volta a conhecer novos contornos com a entrada da UNAVEM III<sup>130</sup>, mediada pelo novo representante da missão da ONU em Angola<sup>131</sup>.

A resolução n.º 976<sup>132</sup>, veio no seguimento do protocolo de Lusaka a mostrar maiores capacidades do que a UNAVEM II. E com ela, a ONU pretendeu montar uma das maiores operações de Paz em África.

O seu principal objetivo era manter o diálogo entre o MPLA e a UNITA e, acima de tudo fiscalizar o cessar-fogo, bem como coordenar a ajuda humanitária.

A Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA)<sup>133</sup> foi mais uma tentativa de solucionar a Guerra Civil, uma vez que ambos os lados insistiam em violar os sucessivos acordos assinados<sup>134</sup>.

O Conselho de Segurança da ONU<sup>135</sup> anuncia a sua retirada, depois de dois dos seus aviões serem abatidos em território controlado pela UNITA. Deixam de existir condições para manter a MONUA em Angola. Após a assinatura do Memorando de Luena<sup>136</sup>, é criada a *United Nations Mission for Angola (UNMA)*<sup>137</sup>.

O conceito do desempenho das Nações Unidas em Angola tem vindo a mudar a partir das normas de conduta, regras e proibições, no sentido de travar os conflitos, assistimos agora a uma preocupação crescente na cooperação com as organizações regionais no estabelecimento de regras “positivas” de construção de uma conduta e comportamentos através da educação.

### 1.3.2. União Europeia e a reconstrução angolana

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) foi criada pela União Europeia como forma de participar no projeto de reconstrução de Angola.

<sup>128</sup> United Nations Angola Verification Mission II

<sup>129</sup> (resolução 696 – 30/05/1991)

<sup>130</sup> United Nations Angola Verification Mission III

<sup>131</sup> Alioune Blondin Beye

<sup>132</sup> (1995)

<sup>133</sup> Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

<sup>134</sup> (resolução do CS n.º 1118 (30/06/1997).

<sup>135</sup> Na resolução 1229 (26/02/1999),

<sup>136</sup> (Abril de 2002)

<sup>137</sup> Resolução 1433 do Conselho de Segurança da ONU (Agosto de 2002) com a criação da Missão das Nações Unidas para Angola.

Em 1985, Angola aderiu à convenção de Lomé, em que a União Europeia se tornou o principal doador<sup>138</sup>. A União Europeia (E.U.) marcou a sua posição perante Angola, em Junho de 2002 numa perspetiva de apoio emergente, de reabilitação e desenvolvimento, bem como exploração dos mais diversos sectores, na promoção da Paz e da reconciliação nacional, consolidação da Democracia e desenvolvimento social, com principal indicação para a redução da pobreza<sup>139</sup>.

Como mecanismo de apoio à Paz em África, a União Europeia prevê uma dotação financeira que visa reforçar a capacidade da União Africana para a realização de operações de apoio e de manutenção da Paz.

O papel da ajuda internacional foi imprescindível na resolução da Paz em Angola, sobretudo com o decorrer da Guerra Fria em que, quer a União Soviética, quer os Estados Unidos tinham interesses neste território, acima de tudo devido à sua capacidade de produção de petróleo.

É a aqui que a China assume também um importante papel no crescimento económico angolano ao aceitar fazer parte dos grandes projetos e reconstrução das infraestruturas e rápido crescimento.

A decisão 3/2003 do Conselho de Ministros Unidade Técnica Administrativa para a Cooperação (ACP-CE), estabelecida em Novembro de 2003<sup>140</sup> surge como forma de dar continuidade à Paz, após a criação de um mandato confiado pelo Conselho<sup>141</sup>, de forma a responder a um pedido formulado pela Cimeira da União Africana<sup>142</sup>.

Esse apoio traduziu-se inicialmente em 250 milhões de euros, para um período de 3 anos, a partir da data da cimeira. Valor reforçado em Abril de 2006 (300 milhões de euros) para garantir a continuidade deste apoio entre os anos de 2008 e 2013<sup>143</sup>.

O objetivo deste financiamento é contribuir para que os países africanos possam mobilizar as respetivas forças de manutenção da Paz, sobretudo com o desenvolvimento das capacidades do exército, sem que isso inclua despesas militares ou de armamento.

Este mecanismo realça o apoio financeiro mas com total autonomia de operação por parte dos países africanos, ainda que a União Africana exerça uma função central no processo de decisão, sobre as operações a levar a cabo<sup>144</sup>.

<sup>138</sup> (EU – Angola - Projeto Indicativo Nacional - PIN), 2002-2007, com disponibilização de valores a rondar os 350 milhões de euros, entre os quais atribuídos por Portugal.

<sup>139</sup> Janus2004/Angola: Os desafios da Re (construção) / Carlos Manuel Lopes

<sup>140</sup> Programa integrado no 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento

<sup>141</sup> na sessão de 21 de Julho do mesmo ano

<sup>142</sup> realizada em Maputo, Moçambique, também em Julho de 2003.

<sup>143</sup> Programa integrado no 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento – “EU Strategy For Africa”, consultado em 28 de Fevereiro de 2013, disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacif\\_states/r12529\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacif_states/r12529_pt.htm).

<sup>144</sup> Outras decisões: Decisão 3/2003 do Conselho de Ministros ACP-CE, de 11 de Dezembro de 2003, relativa à utilização dos recursos de dotação do 9º Fundo de Desenvolvimento consignado ao desenvolvimento a longo prazo para a criação de um mecanismo de apoio à Paz em África, Decisão n.º 2007/2 do Conselho de Ministros ACP-CE, de 25 de Maio de 2007, que autoriza contribuições bilaterais adicionais (...) favor do cumprimento dos objetivos do Mecanismo de Apoio à Paz em África [Jornal Oficial L 175 de 05.07.2007]; Regulamento (CE) n.º 617/2007 do Conselho, de 14 de Maio de 2007 (...) 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (...) [Jornal Oficial L 152 de 13.06.2007]144.

### 1.3.3. As organizações regionais e a prevenção de conflitos

A União Africana<sup>145</sup> foi criada com o principal objetivo de procurar resolução para os vários conflitos ativos em África.

Esta organização, como outras, herdou da União Europeia a legitimidade para intervir em assuntos relacionados com a política de segurança, criando para o efeito um conselho de paz e segurança regional composto por 15 membros, cinco dos quais, líderes africanos que têm o poder de decidir sobre a intervenção em processos de paz.

Dentro da União Africana, estão inseridas outras organizações regionais<sup>146</sup>, todas elas responsáveis pela manutenção das relações multilaterais e cooperação que garantem a paz e a segurança.

Esta preocupação da União Europeia deve-se, acima de tudo, ao “poder” que África assume neste início de século quer em desenvolvimento económico quer em novas oportunidades e preservação de recursos naturais.

É visível, o cada vez maior impacto do regionalismo africano e da interligação dos países de África na cooperação para a criação de políticas de paz e segurança.

Em Angola, a própria constituição estabelece objetivos que garantem a defesa do Estado e da integridade do território nacional, da liberdade e da segurança do povo angolano<sup>147</sup>. Esta política visa encontrar formas pacíficas de fortalecer a paz estabelecida em 2002 e garantir que é possível manter a segurança nacional e também regional.

Angola é vista há décadas como um paraíso de ouro negro, em que o petróleo sustentou a guerra que durou mais de 30 anos e que, ainda hoje domina os mercados como sendo um fator essencial para garantia de financiamentos internacionais e pagamento da dívida externa.

Exemplo disso são a participação ativa na *Southern African Development Community* (SADC)<sup>148</sup>, a integração a partir da Cimeira<sup>149</sup> de Agosto, em Luanda e a estreita cooperação que Angola tem realizado com outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

<sup>145</sup> Criada a 23 de Maio de 2002

<sup>146</sup> CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento na África Oriental), SADC (Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral), UMA (União do Magreb Árabe); CPLP (Comissão dos Países Língua Portuguesa); OMC (Organização Mundial do Comércio).

<sup>147</sup> Constituição da República de Angola, Artigo 149º nº 2 e artigo 1º da Lei nº 2/93 de 26 de Março

<sup>148</sup> Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

<sup>149</sup> (...) “O tema principal da cimeira incidirá sobre a necessidade de consolidarem as bases da integração regional, através do desenvolvimento das infraestruturas, de modo a facilitar as trocas comerciais entre os países da região e a liberalização económica (...) Internamente, porque teremos que aumentar o nosso empenho no sentido da normalização do funcionamento das instituições democráticas e da implementação de vários projetos socioeconómicos programados, ou já em curso, com vista ao rápido desenvolvimento do país. Também no plano regional nos esperam desafios de grande complexidade, tendo em conta as assimetrias ainda existentes entre os vários Estados da nossa organização e os efeitos nefastos que sobre eles exerceu a crise económica e financeira mundial (...) Durante a sua próxima presidência, a República de Angola vai redobrar esforços para a consolidação da Paz e da estabilidade, tanto a nível regional como continental, e para tornar operacional o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Plano Diretor das Infraestruturas da nossa organização (...) A próxima Cimeira da SADC permitirá, assim, que reforcemos a nossa cooperação e integração regionais e que concertemos posições sobre assuntos cruciais da atualidade, suscetíveis de afetar a Paz e a estabilidade necessárias para o desenvolvimento sustentável e a consolidação da Democracia” (...) – Mensagem de boas-vindas do presidente da República de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos, por ocasião da realização da 31ª Cimeira da SADC, em Luanda, no dia 14 de Julho de 2011, presidida pelo país anfitrião.

Os 14 Estados que constituem esta comunidade revelam a importância que têm os agrupamentos regionais, sobretudo pelo facto de juntos representarem uma vasta reserva de recursos minerais variados bem como uma rede de infraestruturas em franco desenvolvimento.

O interesse de Angola em desempenhar funções de presidência da SADC é visível pelas boas relações comerciais que mantém com África do Sul, apesar de no passado este ter sido um país de oposição ao MPLA, partido governante em Angola, após a independência como colonizado.

A expansão das trocas comerciais de Angola, ainda que inicialmente com maior expressão no Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Malawi, passam hoje por Cabo Verde ou Moçambique.

Trocas estas que têm permitido a Angola rever a sua estratégia para uma política agrícola reestruturada, bem como procurar nestes países soluções para a reabilitação da sua indústria, quer de manufatura que de reorganização das infraestruturas de transportes, como é o caso da reabertura da linha ferroviária, que quase já atravessa todo o país, novamente.

Existem no entanto, outros recursos e potenciais em Angola que também podem ajudar nesta troca comercial, sobretudo o seu potencial hidrelétrico, devido ao seu posicionamento geográfico em que, cerca de dois terços das reservas hídricas da região da SADC, estão na ocupação do seu território. A procura de água será crescente e, Angola poderá vir a ter a capacidade de fornecer este recurso bem como satisfazer a procura regional deste bem cada vez mais escasso.

A aproximação de Angola com a CPLP está intimamente ligada ao facto do estreitamento de relações comerciais e de cooperação na estratégia de reconstrução deste país.

O autor Carlos Manuel Lopes refere<sup>150</sup> que esta ligação “*pode adquirir maior relevância para a (re) construção da economia angolana no plano político e diplomático (...) no plano comercial (...) no plano de cooperação técnica, científica e económica, as relações com Portugal (...) na recuperação do sistema de transportes (...) domínios da construção civil, da investigação agrícola e da extensão rural*”.

A dependência da economia angolana do petróleo pode e abrirá outros caminhos de desenvolvimento que levarão a receitas, também elas elevadas e essenciais para a reconstrução angolana, quer seja ela económica, política ou social.

Por isso mesmo, o desenvolvimento de um modelo de educação capaz de criar e reformular quadros superiores, técnicos especializados pode marcar a diferença no quadro da produção e consequentemente no crescimento económico e desenvolvimento social de Angola.

Este desenvolvimento não pode descurar qualquer área: “*a afetação das receitas petrolíferas deverá privilegiar o investimento produtivo, a reabilitação de infraestruturas de transportes e comunicação e qualificação do capital humano em detrimento das despesas de consumo e*

<sup>150</sup> Lopes, Carlos Manuel, “*Angola: os desafios da (re) construção*”, consultado em 26 de Setembro de 2012, disponível em [http://www.janusonline.pt/2004/2004/2\\_7.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004/2_7.html)

*das despesas militares, bem como responder a critérios de transparência e responsabilização que permitirão uma gestão mais adequada desses recursos e a sua utilização mais conforme às necessidades da sociedade angolana<sup>151</sup>”.*

Ainda que a paz pareça ser um bem adquirido (10 anos) Carlos Manuel Lopes diz que *“refletir em torno da (re) construção angolana impõe pensar Angola em função de dois eixos analíticos essenciais: a indispensabilidade de romper com a lógica do modelo rendeiro petrolífero e os benefícios que o aprofundamento da integração da economia no quadro da SADC e das relações com os países da CPLP permitirão mobilizar a favor da reconstrução do país”*.

Estes dois eixos referenciados por Carlos Manuel Lopes, são apenas parte da complexidade que está associada à reconstrução de Angola, na medida em que vários outros desafios estão inerentes a este processo após dez anos de paz efetiva, nomeadamente *“o processo de transição para a economia de mercado e da consolidação do regime pluripartidário, a natureza do modelo de governação adotado, as características da estrutura de tomada de decisões em termos de política económica ou as implicações económicas e sociais da deslocação compulsiva das populações”*.

Carlos Manuel Lopes, aponta na sua análise à reconstrução de Angola que um dos desafios mais críticos por que o país terá que passar é o da *“regeneração do tecido social embebido numa cultura de corrupção socialmente despenalizante das práticas desviantes quer se trate de pequena ou grande corrupção<sup>152</sup>”*.

Para muitos, a corrupção ainda é a única forma de sobreviver a um sistema que não garante o bem-estar de todos os cidadãos. Esta forma enraizada como se age na sociedade angolana, pode ser, segundo o autor anteriormente citado, *“um sério obstáculo à reabilitação da economia angolana”* e não só.

Após trinta anos de conflito, Angola alcançou, finalmente quase uma década de Paz.

Foi, efetivamente durante a década de 90, que se assistiu *“a uma das mudanças mais significativas, na área da prevenção, pacificação e resolução de conflitos, ocorrida no continente africano<sup>153</sup>”*.

A mudança a que Belarmino Van-Dúnem se refere tem origem na intervenção das organizações regionais e sub-regionais na prevenção e resolução de conflitos internos e intraestatais.

Com o surgimento da Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial e mais tarde a Organização das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, os conceitos de Guerra e Paz passaram a ter outro sentido, sobretudo no que diz respeito à forma como

<sup>151</sup> Idem (pág. 5)

<sup>152</sup> Idem (pág. 5)

<sup>153</sup> Belarmino Van-Dúnem, Prevenção de Conflitos em África – Da Organização da Unidade Africana à União Africana.

internacionalmente se passou a coordenar esforços, com o apoio da sociedade civil, para o alcance da Paz<sup>154</sup>.

Estas organizações<sup>155</sup> têm vindo a desempenhar, segundo o autor, um papel preponderante em todo o Continente africano, que ultrapassa em muito a sua função política, económica e social.

A proximidade geográfica, linguística, cultural, económica ou mesmo por interesses geoestratégicos, fazem deste continente um espaço comum e fértil no que diz respeito à existência de várias organizações.

Com o processo acelerado de globalização e com a cada vez mais vincada multipolaridade do Mundo, as organizações a nível regional tomam forma e ganham cada vez mais importância no crescimento dos países que representam, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento económico, na procura de estreitar relações entre si, conquistando e mantendo um clima de estabilidade e paz duradouro.

Belarmino Van-Dúnem valoriza, na sua obra, a intervenção da SADC<sup>156</sup> e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na prevenção de conflitos, colocando-as no topo da lista de organizações económicas regionais pioneiras na intervenção de conflitos, considerando-as as mais ativas do continente africano.

O desenvolvimento de Angola, o crescimento da sua economia e o restabelecimento da paz<sup>157</sup> tornaram este país num importante alicerce para a resolução de conflitos noutros países do continente africano.

Membro fundador<sup>158</sup>, Angola fez parte de um projeto cujo objetivo foi criar uma União Aduaneira até 2010 e um mercado comum até 2015.

Esta comunidade existe como contribuição e união de 15 países<sup>159</sup> no sentido de promover e garantir a manutenção da paz e segurança, desenvolver e fazer crescer a economia, reduzir a pobreza, facilitar a integração social dos cidadãos, criando oportunidades de educação e emprego para as populações, gerar riqueza, fazer um aproveitamento adequado dos recursos naturais, explorar e divulgar a cultura africana, entre outros objetivos.

Por ocasião da 31ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, criada em 1992, na Namíbia, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Chicoty fez questão de salientar a importância da presidência de Angola numa altura em que o continente africano sofre profundas alterações, *“marcadas por novos desafios e novas exigências, que estão a criar um novo contexto sociopolítico”*.

<sup>154</sup> Pereira, Mariana. G. (Dezembro de 2006). *“Selected Works”* – From the Selected Works of Mariana Gomes Pereira - Teorias de Conflito e Paz. Disponível em [http://works.bepress.com/mariana\\_pereira/1](http://works.bepress.com/mariana_pereira/1), consultado (on-line) em 23 de Outubro de 2012

<sup>155</sup> Autoridade Inter-governamental sobre a seca e desertificação (IGAD) – no Oriente; Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) – no Ocidente; Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – no Sul; Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) – na Sub-Região Central.

<sup>156</sup> Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community)

<sup>157</sup> 4 de Abril de 2002

<sup>158</sup> Fundada em Julho de 1979 como SADCC e serviu para contestar o Apartheid e mais tarde para se opor à integração da África do Sul; Substituída pela SADC, em Agosto de 1992.

<sup>159</sup> Angola, Botswana, Reino do Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, República da África do Sul, Reino da Suazilândia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Seychelles, Zâmbia, Zimbabué.



A referência à promoção de um ambiente regional de Paz, segurança e estabilidade política marcam um período de políticas de integração quer sejam elas políticas, económicas ou sociais.

O Conselho de Segurança é um dos seis principais órgãos das Nações Unidas e que contribui para o funcionamento do sistema de cooperação internacional.

O conselho de Segurança da ONU para África, entre 1945 e 2010 e tem como principal objetivo ou responsabilidade a manutenção da paz internacional e segurança.

Sendo que África é o único Continente que não tem lugar permanente no conselho de segurança<sup>160</sup>, desde 1945.

Desde 1948, as Nações Unidas já levaram a cabo dezenas de missões, em todo o mundo, sendo que mais de metade foram em África, no entanto têm-se sucedido as duras críticas pela falta de eficácia, como é exemplo o massacre do Ruanda, em 1994.

O processo de reconstrução angolana conjuga uma estratégia baseada na AOD que, desde 1985, data em que Angola aderiu à Convenção de Lomé e que passou a ter a União Europeia como principal fonte de ajuda internacional (49,6%), sendo Portugal um dos principais contribuintes.

Esta estratégia de apoio da União Europeia a Angola ficou assente em vários planos, de emergência, reabilitação e desenvolvimento “*com vista à exploração das sinergias entre os diferentes mecanismos de ajuda e os diversos instrumentos financeiros*”<sup>161</sup>.

Programa Indicativo Nacional (PIN 2002-2007) representa 346 milhões de euros disponibilizados para concretizar o processo de Paz, promover a reconciliação nacional, consolidar os caminhos da Democracia, colaborando na criação de boas práticas governamentais e ainda permitindo o desenvolvimento da sociedade civil e redução da pobreza.

Este programa está centrado em alguns dos problemas mais profundos e longos que assolam o continente africano, de uma forma geral, sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar, à reconstrução social e resolução de outros paradigmas como a desminagem, em Angola.

As organizações regionais têm representado para Angola, não só as importantes e indispensáveis relações multilaterais como também uma forma clara e objetiva de encontrar mecanismos benéficos para o alcance e manutenção da paz, através de meios não violentos.

Angola apresenta neste momento condições para vir a tornar-se uma potência regional no continente africano, a par da África do Sul.

Esta condição de Estado-Diretor<sup>162</sup> faz de Angola um país virado para as grandes intervenções económicas, para o renascimento entre os países mergulhados num processo de guerra civil

<sup>160</sup> Angola foi membro do conselho de segurança da ONU entre 2003 e 2004, logo após o início do seu processo de paz. De resto tem sido sempre membro não permanente.

<sup>161</sup> Lopes, Carlos Manuel, “*Angola: os desafios da (re) construção*”, página 6, consultado em 26 de Setembro de 2012, disponível em [http://www.janusonline.pt/2004/2004/2\\_7.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004/2_7.html)

demasiado longa e que hoje aposta, entre outros desafios, no desenvolvimento da educação como pilar chave para a reestruturação do país, da sociedade civil e da formação humana de forma a alcançar os objetivos a que se propôs no fim do conflito.

#### 1.4. A (re) construção

A Paz positiva, aquela que é autêntica, aquela a que os países devem recorrer e que se opõe, não só à guerra mas também a toda a discriminação, violência, opressão que impede uma vida digna para as pessoas e sua integração em todas as áreas da vida: quer seja na realidade social, quer no espaço educativo, regressou a Angola<sup>163</sup>. Neste memorando<sup>164</sup>, o papel da comunidade internacional foi muito mais secundário e até, de certa forma, apenas simbólico.

Angola conseguiu estabelecer o seu processo de paz mas deparou-se, logo de seguida com um território completamente destruído, sem habitação digna para toda a população, com um sem número de refugiados noutros países, nomeadamente Portugal, Cuba e Brasil.

Os interesses externos no território angolano também representaram algumas culpas não só na forma como foi conduzida a guerra, mas também a forma como se chegou, tardiamente à Paz.

Outro motivo de fracasso foi o facto de a ONU não só ter agido tardiamente, como também ter deixado o seu mandato em Angola, sem Paz e sem ajuda humanitária (uma obrigação, segundo o Direito Internacional Humanitário). Este é um dos motivos de associação das Nações Unidas ao fracasso da sua missão naquele país africano.

A ONU passou a ser vista pelos angolanos e pela comunidade internacional com descrédito e impotência. Ambos os partidos travavam-se de razões e críticas, tais como parcialidade e de não ter feito o suficiente para travar a guerra. Segundo os próprios oficiais da ONU, “a UNITA violava o acordo de dia, e o governo de noite”.

#### 1.5. A luta pelos recursos

Na distribuição global da água, podemos considerar que o Mundo se encontra na terceira fase – o reconhecimento e acesso à água como um Direito Humano e também como um bem escasso e que gera não só conflitos como reposicionamentos geoestratégicos a que Angola não está desenquadrada.

As recentes e cada vez mais intensas aproximações dos Estados Unidos e sobretudo da China, e a própria procura de Angola de aliados africanos, nomeadamente Moçambique mostram este reposicionamento.

A escassez não é a única preocupação, sendo que os projetos para a utilização do mesmo bem também geram conflitos.

162 Potência global ou regional detentora de capacidade de influência da área geográfica em que se encontra, quer na área política, quer económica, militar, ideológica e até organizacional. Podemos também analisar este termo como se de uma potência emergente se tratasse in Angola Potência Regional em Emergência, da Costa Almeida, Eugénio, Edições Colibri, Lisboa, 2011.

163 [http://www.culturadepaz.info/culturadepaz/cencepto\\_de\\_paz.php](http://www.culturadepaz.info/culturadepaz/cencepto_de_paz.php)

164 Memorando de Luena (2002)

No caso de Angola, ainda que tenha capacidade física, ou seja enormes recursos hídricos ainda tem incapacidade económica de fazer chegar a toda a população o bem que é a água, ainda que esta incapacidade seja, acima de tudo uma questão de gestão.

No campo da agricultura, a educação, reeducação e formação é urgente no sentido de garantir a segurança alimentar no futuro.

Isto é, ainda se mantém em Angola, a cultura agrícola familiar em que o que se produz é para o autoconsumo. Ou ainda o drama de todo o controlo da cadeia alimentar por um número reduzido de empresas, quase sempre multinacionais. Estes apresentam preços com os quais os pequenos produtores não podem concorrer, desincentivando-os, perdendo apoios internacionais, degradando infraestruturas e desperdiçando solos férteis.

Entre outras consequências, afeta a oferta e a capacidade de crescimento de um país, aumenta os riscos de instabilidade interna e de insegurança alimentar e aumenta a dependência dos mercados internacionais.

A segurança ou a falta dela pode gerar conflitos internacionais, nomeadamente entre importadores e exportadores, como é o caso do petróleo, por exemplo que sendo um elemento chave do desenvolvimento de Angola, também pode ser um esforço de guerra.

O petróleo apresenta vários modelos no que diz respeito à sua conflitualidade. No caso de Angola trata-se de um Estado que vive, acima de tudo da produção e exportação de petróleo e por isso é eminentemente instável, está no posicionamento geoestratégico em que o controlo deste recurso está presente e ainda é modelo de cobiça externa, nomeadamente por parte das grandes potências emergentes, como é o caso da China, tendo em conta do seu reposicionamento geoestratégico internacional.

## Capítulo 2 - Evolução do Sistema de Educação em Angola

### 2.1. O ensino em Angola

*“Podem existir recursos mas se não houver vontade de os usar, de nada valerão (...) A educação é uma componente de bem-estar social”<sup>165</sup>.*

O MED, propôs-se, após a independência, a criar um novo sistema de educação que permitisse o acesso, do maior número de pessoas, ao ensino. Mas, os sucessivos períodos de guerra civil que se seguiram, durante 30 anos, não permitiram concretizar os objetivos a que, inicialmente, a Lei de Bases do Sistema de Ensino em Angola se propunha.

Com um país para reconstruir, o desenvolvimento humano e a sua educação tornaram-se a chave para a promoção de uma nova consciência nacional.

<sup>165</sup> Véron, Jacques (1996) cit in processo político angolano desde o início da guerra colonial, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

Este sistema de educação foi criado, de forma, a que fosse possível proporcionar uma vida harmoniosa à população, dando-lhe a oportunidade de crescer e contribuir para o desenvolvimento do país, quer fosse este intelectual, político, económico ou mesmo social, usufruindo da paz e da democracia conquistadas.

As principais metas do MED passaram por universalizar a educação e garantir a formação dos cidadãos adaptando-os às exigências do mundo e da globalização.

A educação tem uma influência determinante na evolução de um país, na medida em que o seu desenvolvimento proporciona o “crescimento do bem-estar com outros fenómenos, nomeadamente fatores demográficos, sociais, políticos, entre outros.

A educação é um fenómeno que não se pode observar só pelo sentido de *“fornecer ao indivíduo um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos que lhe permitam ter uma conceção científica (...) integração consciente e ativa da sociedade de que faz parte”*, mas também no sentido lato que diz respeito a todos *“os comportamentos, os hábitos, habilidades, atitudes e conhecimentos de modo geral que a pessoa adquire no meio sociocultural onde está inserido”*<sup>166</sup>.

Um dos principais problemas da reconstrução nacional é precisamente o défice de mão-de-obra qualificada, a falta de competitividade e a crescente taxa de desemprego (ver tabela 18 e gráfico 17, em anexo).

Este cenário é longínquo. Desde o tempo em que Angola era uma colónia portuguesa que a educação foi sempre um ponto frágil, no que diz respeito aos próprios angolanos. A sua formação foi sempre motivo de pouco interesse para o regime colonial.

O resultado desta ausência de interesse fez com que após a guerra deflagrassem os casos de analfabetismo, baixa escolaridades e mesmo alta incapacidade de proporcionar o arranque necessário num país totalmente destruído e fragilizado.

Um dos temas mais relevantes dos anos 2000 é, entre outros a construção de uma sociedade do conhecimento e da informação, o papel da escola e o perfil de formação<sup>167</sup>. É necessária a elaboração de uma agenda, quer na Europa, quer um pouco por todo o mundo, em que a educação seja uma prioridade<sup>168</sup>.

Deve haver promoção da responsabilidade para ultrapassar problemas: *“O saber, o conhecimento e as tecnologias desempenham um papel central, o emprego e a atividade profissional são fatores diferentes das sociedades industriais”*<sup>169</sup>.

Há mudanças no sistema educativo que fazem sentido, tais como a revisão curricular, organização e gestão de escolas, reformulação dos estatutos do corpo docente, apoios

<sup>166</sup> Belarmino Van-Dúnem, “30 anos de Independência a educação como nova paixão”, consultado em 5 de Janeiro de 2011, disponível em <http://belarminovandunem.blogspot.com/2009/10/30-anos-de-independencia-educacao>

<sup>167</sup> “Desafios da Educação” Eduardo Marçal Grilo, nasceu em Castelo Branco, em 1942; é licenciado e doutorado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa; Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2000; Foi ministro da Educação no XIII Governo constitucional, entre 1995 e 1999;

<sup>168</sup> idem

<sup>169</sup> idem

educativos, melhoria dos manuais escolares. Muitas destas medidas devem-se às constantes mudanças estruturais, económicas, políticas e sociais a que os países estão sujeitos<sup>170</sup>.

A educação deve ser um fator de coesão social, tendo em conta que a globalização e o fenómeno decorrente da internacionalização das economias, fenómeno central das sociedades modernas que conduz muitas vezes à exclusão social.

*“A escola é uma estrutura base das sociedades modernas sobretudo nas comunidades em que há problemas sociais graves como o desemprego, uso de drogas, baixo nível de rendimento ou desagregação familiar ou social”<sup>171</sup>.*

Os recursos humanos são de extrema importância no que concerne à formação do desenvolvimento das sociedades modernas, por isso “deve-se insistir no investimento em educação e formação”. Argumentos que estão na origem do crescimento e no desenvolvimento dos indivíduos. *“A valorização das pessoas é um fator decisivo para a consolidação da sociedade”<sup>172</sup>.*

No prefácio do Livro, Filipe Zau<sup>173</sup> faz referência à forma como África, em particular Angola foi sujeita à colonização e refere que muitos autores, nacionais e estrangeiros *“omitem ou escamoteiam os séculos de holocausto provocado pelo tráfico negreiro, racismo, assimilacionismo, segregacionismo e interiorização de um baixo sentido de autoestima nos africanos anteriormente subjugados aos poderes coloniais, o que distorce, em grande parte, as razões que estão por detrás de determinados factos”*

Aquilo a que se assistiu durante o período colonial em que África era uma dependência económica da Europa e mais concretamente Angola por Portugal e que, existia pouca evolução educacional, levou ao atraso no seu desenvolvimento social.

No entanto, quando se fala em estrutura educacional, diz António Burity que se pensa muito no ensino entre a primária e o superior e *“excluiu-se à partida a formação profissional, sobretudo no que diz respeito à formação dos trabalhadores diretamente ligados à produção”<sup>174</sup>* (ver tabela 21 e gráfico 22, em anexo).

O Ensino secundário em Angola, só existiu a partir de 1919, quatro séculos depois da chegada dos portugueses ao reino do Kongo (1482) e mais de três séculos depois após a fundação da cidade de Luanda (1575)<sup>175</sup>.

No seu caderno sobre a evolução da educação entre 2002 e 2008, o MED afirma que *“na Reforma Educativa ainda há muito que se fazer para atingir os objetivos preconizados”*.

<sup>170</sup> idem

<sup>171</sup> Marçal Grilo, Desafios da educação

<sup>172</sup> idem

<sup>173</sup> Professor Doutor Filipe Zau, Mestre em Relações Interculturais e Doutorado em Ciências da Educação; Vice-Reitor para a Área Académica da Universidade Independente de Angola.

<sup>174</sup> idem

<sup>175</sup> idem

A taxa de abandono mantém-se quase inalterável, o que pode demonstrar que existem fatores inerentes ao ensino que também devem ser tidos em conta, nomeadamente a questão do transporte escolar, a merenda escolar, a orientação profissional, saúde escolar, entre outros.

O MED Já manifestava, em 2008, a vontade de estabelecer prioridades como a criação de seminários nas pausas pedagógicas, aulas metodológicas, demonstrativas, ateliê, visitas de assessoria e de inspeção.

O sector da educação tem inscritos na linha de crédito da China com financiamento do Eximbank cerca de 53 projetos, sendo eles repartidos entre Escolas Secundárias (18), Institutos Médios Politécnicos (17), Institutos Médios Agrários (6), Institutos de Administração e Gestão (11), Escola de Magistério Primário (1).

Para as províncias do Bengo, Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Cunene e Kuando Kubango está prevista a instalação de um instituto, onde funcionarão cursos do ramo industrial e administração e gestão de forma a colmatar as necessidades das mesmas, num investimento global de 446.800.984,70 USD.

*“Faz-nos assim entender quais os motivos ideológicos e os interesses políticos, económicos e sociais que movem a educação, bem como os fins e os objetivos que contribuíram para a promoção dos interesses coloniais e os que promovem hoje interesses nacionais<sup>176</sup>”.*

*“Neste momento, é preciso recuperar e adaptar os conteúdos educativos<sup>177</sup>”.* Em sua opinião, só este tipo de desenvolvimento pode permitir alcançar uma autonomia económica, intelectual, técnica e cultural.

A reconstrução de Angola passa por várias linhas do futuro do desenvolvimento sustentável do país: agenda nacional de consenso, de natureza política, estratégia de redução de pobreza, de natureza governativa, de desenvolvimento a longo prazo para Angola (2005), com planos de ação e programas referentes a infraestruturas básicas e sociais, desenvolvimento de vários setores e serviços.

Muito se deve à transição para uma economia de mercado em Angola que, a juntar a fatores socioeconómicos, como as deslocações e êxodo da população, desocupação e destruição do território e infraestruturas, tem gerado assimetrias de várias índoles, a juntar a uma legislação fiscal inadequada e ineficiente herdada do período colonial.

Foi neste sentido que o Ministério da Educação de Angola criou a Lei 13/01<sup>178</sup> em que são elaboradas estruturas básicas para o desenvolvimento e recuperação da educação, no sentido de garantir a formação dos indivíduos, *“com vista à formação de uma sociedade livre, democrática, de Paz e de progresso social<sup>179</sup>”.*

<sup>176</sup> idem

<sup>177</sup> Ex-diretor geral da UNESCO, Professor Doutor Frederico Mayor - Proposta de Programa Especial para África – Plano de acção de Lagos.

<sup>178</sup> Lei de bases do sistema educativo 13/01 de Dezembro de 2001

<sup>179</sup> Reflexões sobre a evolução do sistema de educação de Angola ao longo dos 35 anos de independência

No que diz respeito ao ensino superior, Angola encontra-se neste momento numa fase de crescimento das instituições públicas e privadas, em que aumentam, todos os anos o número de alunos que procuram a formação superior.

O desenvolvimento do país, após a assinatura do tratado de paz, em 2002, tem “mostrado” aos seus cidadãos que é necessário formar quadros para ocupar lugares cimeiros nas empresas nacionais, sejam elas públicas ou não.

*“O desenvolvimento de instituições universitárias de ensino e pesquisa, assume importância estratégica (...) nas sociedades africanas, a universidade será o lugar privilegiado para a produção e difusão do conhecimento, para o aperfeiçoamento da cidadania e para o amadurecimento de um projeto autónomo de sociedade”<sup>180</sup>.*

### 2.1.1. Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>181</sup>

À medida que a consolidação da paz se tornou uma realidade em Angola, a aquisição de requisitos de empregabilidade constituiu um passo chave para o desenvolvimento educacional, para evolução do mercado de trabalho, para a inclusão e para o crescimento da economia.

Um dos objetivos da UNESCO para Milénio é a “Educação para Todos”. É, para isso, necessário aumentar o apoio internacional e fundos para uma educação com qualidade nos países menos desenvolvidos, no que diz respeito às necessidades de cada um.

Angola, caminhando, cada vez mais para a autossuficiência tem demonstrado que é possível estabelecer, através da educação, uma aproximação com todos os sectores da sociedade que passam pela transformação do pós-guerra.

Angola herdou do colonialismo cerca de 85% de analfabetos, cenário que pouco se alterou nos mais de 30 anos de guerra civil que se seguiram.

A dinâmica encontrada pelo governo angolano para chegar à paz foi a criação de um processo rápido de mudança através da livre circulação de pessoas e bens por todo o território.

Em 1978, iniciou-se o processo de implementação do novo sistema educativo que originou uma verdadeira “explosão” em toda a escolaridade e seus sistemas de educação, com especial atenção no papel da escola primária, cuja frequência aumentou cerca de 200%.

Este sistema educativo esteve privado de desenvolvimento durante as décadas de guerra civil que se seguiram, especialmente pela destruição quase total de grande parte das infraestruturas escolares. Facto que contribuiu para o aumento do analfabetismo entre os jovens e adultos (ver tabela 7 e gráfico 1, em anexo).

<sup>180</sup> Alonso, Paulo César Martinez y, A educação superior em Angola e a cooperação universitária internacional, Faculdades Integradas anglo-americano, Revista Educação Skepsis, Rio de Janeiro, Brasil, página 230

<sup>181</sup> 13/01 de Dezembro de 2001

Em sete anos, a taxa de crescimento no número de salas à disposição dos alunos foi de 165,71%. Durante este período foram construídas 31.504 novas salas de aula, o que constitui uma média de 4500 salas de aula, por ano.

Entre 2002 e 2008, a educação foi uma preocupação do Governo, o que gerou a Lei 13/01 – o que se pretendia era a universalização do ensino primário (ver tabela 10 e gráfico 5, em anexo).

A reforma educativa que deu origem à Lei de Bases que rege atualmente o sistema educativo angolano existe desde 1986 aquando da elaboração do relatório diagnóstico do sistema de educação vigente até aquela data.

Após um trabalho intensivo de recolha de informação, debates e opiniões sobre o anteprojeto da Lei Geral de Escolaridade realizado por uma comissão nacional e que percorreu todas as províncias de Angola, o MED estabeleceu um cronograma para a Reforma Educativa, em várias fases: 1ª Fase (preparação 2002/2012); 2ª fase (Experimentação 2004/2010); 3ª fase (avaliação e correção 2005/2010); 4ª fase (Generalização 2006/2011); 5ª fase (Avaliação global a partir de 2012).

Este cronograma serviu e serve para estabelecer as prioridades do ensino em Angola e, principalmente para colmatar as diferenças e dificuldades que este apresenta no panorama nacional da educação, de forma a procurar a melhoria da qualidade da mesma.

O novo sistema de educação, em fase de avaliação global desde o ano passado (2012) abrange os subsistemas de educação pré-escolar, ensino geral, técnico-profissional, formação de professores, educação de adultos e ensino superior e ainda pode ser executado, atualmente nas modalidades de educação extraescolar, educação especial ou à distância (ver tabela 17 e gráfico 16, em anexo).

A formação de professores e ensino técnico profissional, aliados ao ensino superior representa uma fatia de grande responsabilidade na formação de quadros em vários ramos da sociedade, nomeadamente professores e formadores.

Uma das preocupações do MED é que no interior das províncias ainda existem professores com habilitações inferiores à 8ª classe e muitos estudantes universitários dão aulas nas escolas primárias<sup>182</sup>.

As ações de capacitação pedagógica levadas a cabo um pouco por todo o país permitiram agregar até 2006, 22.672 professores e diretores de escolas.

O MED alerta também que houve um aumento significativo de inspeções às escolas e um significativo aumento de produção de manuais escolares, em relação ao sistema vigente. Nos últimos anos, até 2008, foram formados cerca de 151,762 técnicos.

A grande necessidade ainda continua a ser na área de formação de técnicos qualificados para atender à procura de alunos. Desta forma faz parte dos projetos do MED fomentar a criação

<sup>182</sup> Evolução da Educação e Ensino em Angola 2002-2008, Ministério da Educação de Angola, página 31



de um modelo de gestão moderno, dinâmico e eficaz que se adapte ao Decreto-Lei n.º02/07 que aprova o paradigma dos governos provinciais.

## 2.2. A evolução da educação e Ensino em Angola 2002-2008

Publicado em 2008, este documento<sup>183</sup> aborda o novo sistema de educação, em implementação pelo MED, de forma a dotar os estudantes às novas realidades e tecnologias.

Este documento foi criado delimitado no tempo entre 2002 e 2008, como período de pós-conflito, na reconstrução do país. Segundo o MED *“é evidenciada a vontade da população em busca do sistema educacional”*.

O processo de reforma educativa, iniciado em 2004, está a dar origem ao novo sistema de educação. O que o MED pretende é elevar a eficácia e cobertura do ensino no país para responder às expectativas do Governo de Angola, traçando uma trajetória para o alcance de uma sociedade educativa, numa visão de futuro, em busca de uma nova realidade.

Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura da paz, a unidade nacional, preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida<sup>184</sup>.

O período entre 2002 e 2008 é uma época importante no desenvolvimento da história do sistema educativo, uma vez que marca a primeira avaliação do novo sistema de ensino, aplicado após a assinatura do acordo de paz.

A história do sistema educativo inicia-se em 1977 após a realização do I Congresso do MPLA, após a 3ª revisão constitucional. Os 30 anos do sistema educativo são marcados por dois momentos de atuação na formação de Recursos Humanos:

O primeiro, compreende o período entre 1977 e 1991 e é referido como o primeiro sistema de educação e ensino na pós-independência – democratização e gratuidade alargada do ensino e entre 1991 e 1995 na preparação e reformulação do novo sistema educativo.

O segundo período entre 1991 e 2001 é marcado pelo regresso à guerra após o não reconhecimento das eleições realizadas em Setembro de 1992. O mundo observou a destruição total de infraestruturas, instituições, habitações que “deitaram a perder” a grande possibilidade de refazer uma sociedade independente e livre do colonialismo. Ainda assim, entre algumas oscilações, a evolução dos números na educação mantiveram-se, em alguns casos e cresceram noutros.

Com o decréscimo de instituições escolares em todo o país e com o fluxo migratório no sentido Luanda, as escolas atingiram um ponto de sobrelotação, provocando imediatamente

<sup>183</sup> A evolução da educação e Ensino em Angola 2002-2008

<sup>184</sup> Lei de Bases do Sistema de Educação, 2001, artigo 3º sobre objetivos gerais da educação, página 4.

uma redução drástica do orçamento dedicado à educação (ver tabela 10 e gráfico 5, em anexo).

O terceiro inicia-se a partir de 2002, com a promulgação da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de Dezembro), em que está inserida a evolução da educação e ensino em Angola, entre 2002 e 2008.

Antes da aprovação da Lei de Bases, foi aprovado um novo estatuto orgânico para o MED<sup>185</sup> numa estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação e o plano nacional de educação para todos entre 2001 e 2015<sup>186</sup>.

A tabela (ver tabela 23, em anexo) mostra o número de alunos matriculados na classe de iniciação e no ensino de base regular entre desde 1976. É notável, o crescimento até 2001.

Nesta fase, não só aumentaram o número de alunos nas escolas, como também evoluiu o corpo docente (ver gráfico 7, 8, 9, 10 e tabela 12 e 13, em anexo), sendo notável a mobilização de pessoas para colaborar no ensino dos mais novos, mesmo não sendo estes formados na área da educação.

Esta tomada de decisão, que na época foi a solução mais rápida e eficaz tomada pelo governo, veio, mais tarde a traduzir-se em grandes lacunas no ensino, especialmente da língua portuguesa, que ainda hoje se refletem nos alunos que frequentam o ensino superior.

Note-se que em quatro anos, o recrutamento de docentes aumentou em 67.157 docentes efectivos.

O corpo docente e a formação de professores é outra das grandes apostas do Ministério de Educação de Angola que, após um período de adaptação e de necessidade de colocar nas escolas pessoas que pudessem dar aulas após o fim da guerra, esta é a fase ideal para reformular e reciclar conhecimentos dos técnicos. Entre 2002 e 2008, são notáveis os avanços alcançados quanto ao corpo docente disponível e apto para ensinar (ver gráfico 9).

As alterações a nível do salário mínimo são a prova de valorização atribuída pelo MED ao profissional de ensino. O acréscimo atingiu 174,14% entre 2002 e 2008, só desta forma se pode analisar a importância e contributo dos professores para o sucesso do Plano Estratégico da Educação e Ensino em Angola.

A taxa de melhoria entre 2002 e 2007 foi de 150,30% para o primário, 150,31% para o I Ciclo e 174,14% para o II Ciclo; A taxa acumulada entre 2002 e 2007 é de 107,08% para o primário, 107,09% para o I Ciclo e 118,07% para o II Ciclo; o que significa uma média ao ano de 21,42% para o primário, 21,42% para o I Ciclo e 23,61% para o II Ciclo. Para o MED, a evolução do salário médio de docentes representa um investimento direto na valorização do profissional de ensino.

---

<sup>185</sup> Decreto-Lei 6/00 de 9 de Junho

<sup>186</sup> A evolução da educação e Ensino em Angola 2002-2008, Pagina 5

Só através de uma política de valorização dos profissionais de ensino do II Ciclo estabelecida entre 2002-2003, o MED considera possível atrair e manter profissionais com qualificação técnica elevada, tentando ainda estimular e incentivar a procura de aperfeiçoamento profissional, em vários ciclos de ensino.

A Lei 3/2008 de 4 de Março é referente ao estatuto orgânico da carreira dos docentes do ensino primário e secundário, técnicos pedagógicos e especialistas de administração da educação e o sistema de avaliação do desempenho da educação.

Existe um diploma em projeto para atribuição do prémio nacional de ensino. O MED tem procurado enquadrar professores na nova carreira bem como formar gestores escolares e supervisores.

Existe um plano do MED, para realização entre 2008 e 2015, Plano Mestre de Formação de Professores, funciona como um plano diretor de todos os projetos de formação de Recursos Humanos, para ensino primário e secundário, de forma a racionalizar e tornar eficaz os recursos disponíveis.

O MED previu a necessidade de formação contínua para 35.158 professores para elevar o nível académico, 6723 professores para serem capacitados na formação pedagógica, sobretudo no 1º ciclo do ensino secundário (ver tabela 13 e gráfico 11).

As medidas governamentais no sentido de “trazer” a educação para a frente de batalha como sendo a grande chave para a viragem ainda se refletiu na evolução de infraestruturas e equipamentos, readaptação e reconstrução de escolas que pudessem receber os alunos, agora em número muito mais alargado (ver gráfico 2, 24 e tabela 22, em anexo).

Entre 2002 e 2008, a capacidade de admissão de novos alunos passou de 2.558.136 para 5.736.520, o que significa que foram criados 3.178.384 novos lugares na rede escolar do país. O que representa uma taxa acumulada de 111,54%, representando uma taxa média de 18,59% por ano.

Nos dados referenciados no gráfico n.º 24 é possível observar que o investimento pode criar um total de 8518 postos de trabalho, dos quais 6263 para docentes, 141 para direção e 2114 para pessoal administrativo e auxiliar.

Na década que se seguiu, entre 2002 e 2009, Angola veio vivendo uma dos melhores períodos da sua história, após assinar o tratado de Paz que vigora até aos dias de hoje e que, dura há aproximadamente 11 anos.

Logo após o fim anunciado da guerra, em 2002, dá-se um novo “boom” escolar, e o acesso ao ensino atinge um crescimento rápido e, de certa forma, inesperado. O preocupante índice de analfabetismo reduz, e entre 2002 e 2008, os cerca de 321 mil alfabetizados passam para 502 mil<sup>187</sup>. Igualmente o corpo docente e as infraestruturas evoluem positivamente (ver tabela 6, 8, 9, gráfico 3, 4, 20, em anexo).

<sup>187</sup> Fonte: Governo de Angola, GEPE/MED

Na tabela 8 (em anexo) podemos observar que, entre o ensino primário e secundário, entre 2002 e 2008, verificou-se um aumento muito significativo, quer de efectivos discentes quer de docentes, inseridos no sistema de ensino (ver tabela 9 e gráfico 3 e 4).

A tabela 6 (em anexo) mostra uma das preocupações do Ministério da Educação de Angola que se relaciona com a produção nacional de livros e conteúdos programáticos que, ainda se mostra deficitário (ver ainda gráfico 19).

Na nova etapa, a partir de 2010, correspondente à fase de generalização e avaliação global da Lei de Bases do Sistema de Educação, o crescimento de licenciados, docentes com formação superior, um crescimento surpreendente das universidades privadas, escolas do ensino primário, médio e formação profissional tornaram esta década, uma resposta positiva às preocupações da UNESCO para o milénio: Educação para todos.

O sistema de ensino em Angola pode ser dividido em quatro períodos e uma nova etapa<sup>188</sup>:

**1º** Época colonial; **2º** Entre 1975 e 1990; **3º** Entre 1991 e 2001; **4º** entre 2002 e 2009 e **uma nova etapa**: a partir de 2010 (Fase de Generalização e avaliação global).

Durante a época colonial, o acesso à educação era praticamente vedado ao povo angolano, tornando-o um dos piores ensinos em toda a África. E os que tinham acesso recebiam ensinamentos precários e desatualizados em condições impróprias.

Até ao início da década de 70, cerca de 85% da população angolana era analfabeta e a grande mancha de estudantes apenas frequentavam o ensino primário.

A partir de 1975 e até 1990, delimitado como o segundo período de existência do sistema de educação em Angola, a independência torna-se o ponto-chave de viragem de todo o sistema político vigente. A educação passa a ser vista como uma prioridade para reverter o quadro de analfabetismo e de falta de recursos humanos para proceder à reconstrução nacional. Nesta fase a gratuitidade dos estudos é um dos mais importantes passos.

Sob o lema “*Estudar é um dever revolucionário*” (...) “*Quem sabe ensina, quem não sabe aprende*”, o governo angolano conseguiu que uma grande percentagem de população aderisse à escola, conseguindo assim iniciar o seu árduo desafio de combate à alfabetização.

### 2.3. Construção e desenvolvimento de capacidades humanas

De acordo com dados da UNESCO, nos países pouco desenvolvidos<sup>189</sup>, o ensino primário é fraco, em alguns casos está ainda no declínio total, o que leva a ter um impacto negativo na inovação, no crescimento e na capacidade de pesquisa ou investigação, e consequentemente no crescimento económico e social (ver tabela 16 e gráfico 15, em anexo).

<sup>188</sup> Governo de Angola, Reflexões sobre a Evolução do Sistema de Educação de Angola ao longo de 35 anos de Independência

<sup>189</sup> In UNESCO,

A educação secundária, que em muitos casos ainda é apenas para uma minoria, pode promover o desenvolvimento. Enquanto o ensino superior começa a dar agora os primeiros frutos para o mercado de trabalho (ver tabela 2, em anexo).

A educação especial, apesar de ter ainda muitas lacunas a nível de infraestruturas e de técnicos especializados, representa, desde 2004 um processo de expansão qualitativa e quantitativa que enquadra mais de 10 000 alunos, em todo o país, incluindo no ensino superior.

2006 foi o ano de arranque para a inscrição de alunos invisuais no ensino superior, tanto no curso de Direito como no Curso de Ciências da Educação. Muito devido ao investimento feito ao nível de material didático especializado.

Quanto ao ensino privado tem-se revelado um importante aliado no desenvolvimento do ensino em Angola.

Desde 1992, ano em que foi implementado<sup>190</sup>, o ensino privado começou por contar com apenas seis escolas e em 1997, já contava com 46 estabelecimentos.

Entre 2001 e 2007, o quadro evoluiu para 368 estabelecimentos, o que corresponde a 3 000 salas de aula com efetivo de 8223 docentes e 153.940 alunos. É com o apoio que estas escolas dão que, se colmatam algumas falhas ao nível do ensino, um pouco por todo o país.

Para o MED, não são só os parceiros de escolas privadas, mas também igrejas, organizações da sociedade civil, que desenvolvem atividades educativas que contribuem para o número de 713 escolas participantes com 2052 salas e 143.640 alunos para o ensino primário e secundário (Iº e IIº Ciclos). Os alunos têm vindo a aumentar nestas escolas e hoje representam mais de 10% do total dos alunos do ensino primário e secundário.

A tabela 2 representa a percentagem de crianças que frequentam a escola, por nível escolar e por género, em Angola. Verificamos uma diferença grande entre os participantes na escolaridade da pré-primária e primária, em relação aos níveis seguintes.

A construção e desenvolvimento de capacidades humanas de um país não podem ser pensados apenas pela criação de programas que permitam melhorias a nível intelectual. Antes deve ser estabelecido um programa de criação de condições gerais para que tal aconteça. Esse programa deve passar pela organização interna do país, tendo em conta um crescimento que se quer harmonioso e ascendente. Para isso não é possível descurar o desenvolvimento da economia e da sociedade em geral.

Quer em África, quer em qualquer outra parte do mundo, o desenvolvimento deve ser pensado ou analisado de forma sistémica, uma vez que não podemos analisar a escassez ou falta de preparação dos Recursos Humanos como o único fator-entrave ao desenvolvimento.

O sucesso no investimento e desenvolvimento da educação e dos recursos humanos depende, não só dos esforços governativos, da educação técnica e vocacional e do treino (formação),

<sup>190</sup> Decreto 21/91 – Implementação do ensino privado em Angola.

mas também da própria sociedade civil que pode contribuir para a melhoria da qualidade e universalização da educação, sobretudo no que diz respeito à aquisição de requisitos de empregabilidade, adaptabilidade ao mercado de trabalho, inclusão, coesão social e crescimento da economia (ver tabela 4, em anexo).

É convicção da UNESCO que este trabalho não se deve apenas limitar à escola primária, deve-se no entanto ter em conta vocações e técnicos, educação preparatória e secundária e instituições de pesquisa. Aqui tem residido um dos maiores esforços do Governo de Angola, na criação de escolas técnico-profissionais que possam garantir a formação daqueles que se viram privados da via normal de ensino durante o longo período de guerra.

*“O crescimento de um país corresponde ao aumento quantitativo e qualitativo de bens e serviços que, por sua vez, dão lugar a uma evolução estrutural resultante da transformação das proporções e das relações do sistema produtivo. Mas se a política desse país não estiver direcionada para a obtenção de um bem-estar social generalizado, pode-se verificar em crescimento real e estrutural da economia, sem que no entanto, ocorra progresso social”<sup>191</sup>.*

O PNUD<sup>192</sup> defende precisamente aquilo que consideramos essencial para o desenvolvimento da Educação em Angola - fator humano - quando se definem metas para o desenvolvimento de um país. Ou seja, faz parte da Carta Universal dos Direitos do Homem que este tenha acesso à instrução, à cultura, à informação, à saúde, à habitação, à alimentação e ao meio ambiente.

A isto podemos ainda acrescentar um termo que agora aparece nas agendas como sendo prioritário e imprescindível – o desenvolvimento sustentável e a necessidade de encontrar respostas rápidas mas eficazes para um crescimento saudável. E antes de mais nada os recursos humanos têm que estar preparados para fazer da sustentabilidade um novo modo de vida, de forma a preservar o mundo no qual coabitam.

Há imperativos para desenvolver a produtividade, abrir oportunidades de criação de emprego e créditos, promover a coesão social e a inclusão e ainda o desenvolvimento do potencial das crianças e jovens (ver gráfico 6 e tabela 11, em anexo), a tabela apresenta o efetivo de alunos matriculados no período entre 2002 e 2008, com uma média anual de 14,08% e taxa de crescimento de 120,50% no mesmo período.

O ano 2000<sup>193</sup> foi considerado o Ano Internacional da cultura da Paz e o Milénio do desenvolvimento sustentável com a “Educação para Todos” e erradicação da pobreza.

Para Angola, a UNESCO estabeleceu um Programa de Modificação do Sistema de Educação vigente, de forma a proporcionar aptidões, conhecimentos e atitudes necessárias ao desenvolvimento da educação em África.

<sup>191</sup> Zau, Filipe, Educação em Angola “Novos trilhos para o desenvolvimento”, página 3

<sup>192</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<sup>193</sup> in Declaração das Nações Unidas

Um dos pontos mais altos deste programa foi e, continua a ser a erradicação da pobreza e da redução da taxa de analfabetismo, com especial preocupação para a educação e reintegração social de adultos (ver Gráfico 13 e tabela 14, em anexo).

Um desafio da UNESCO e cumprido pelo governo angolano é conseguir erradicar a pobreza e os altos índices de analfabetismo que ainda existem no país. Desde 2002 até 2009 tem-se verificado o esforço feito neste sentido, com preocupação para a educação de adultos (tabela 14 e gráfico 12).

De acordo com os dados do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)/MED, a classe de iniciação registou entre 2002 e 2008, uma população escolar na ordem dos 893,661 alunos, o que representa uma taxa de crescimento médio anual de 25,33%, com uma taxa acumulada de 151,99% e taxa de crescimento de 221,06%, numa média anual de 723,437 alunos atendidos, só no período de iniciação.

No período pós conflito (2002-2008), o ensino primário foi dado como prioritário, daí se justificar os investimentos feitos neste sector, que registaram uma evolução crescente entre os referidos anos letivos.

É de salientar o crescimento absoluto de mais de 2 milhões de alunos em todo o sistema educativo. Sendo que uma das proposta do MED foi e continua a ser a redução das taxas de desigualdade regionais, tendo proporcionado o aumento de alunos nas províncias do interior, que resultou numa frequência de 66,3% no interior e 33,7% no litoral.

Sendo o ensino secundário do Iº Ciclo visto pelo MED como a “ponte” entre o ensino primário e o IIº Ciclo (geral ou técnico), verificaram-se evoluções na ordem dos 220,84%, entre 2002 e 2008, nesta modalidade educacional. De tal forma que a taxa de crescimento acumulado de 130,68%, num total de 1.669.373 alunos atendidos e uma média anual de 238,482 até 2008.

Estas medidas vão ao encontro de um dos objetivos desta dissertação e das sugestões que deixamos no final da mesma, isto é, é estritamente necessário reformular os conteúdos utilizados nas escolas e nos manuais adotados bem como renovar os métodos de ensino, recorrendo às novas tecnologias e adotando, no caso de Angola, as línguas nacionais como alternativa à língua portuguesa, de forma a promover a cultura do país. Que em muitos casos, ainda se trata de uma herança da época colonial.

*A conferência de Harare em 1989, ao debruçar-se sobre problemas de educação em África, evidenciou e recomendou a utilização das línguas africanas no ensino, uma vez que as mesmas constituíam a garantia de estabilidade e coesão da personalidade de base da criança (...) Um princípio universal, informa-nos que o melhor veículo de ensino é sempre a língua do aluno*<sup>194</sup>.

<sup>194</sup> Zau, Filipe, pp 215-216 ...*Cit in* VVAA (de 28 de Junho a 3 de Julho de 1989), DECLARAÇÃO DE HARARE, Conferência de Ministros da Educação e dos Ministros Encarregados da Planificação Económica dos Estados Membros de África (conclusões e Recomendações).

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano<sup>195</sup>, o cumprimento rigoroso de alguns objectivos e metas essenciais podem proporcionar um saldo positivo no desenvolvimento humano: Erradicação da pobreza e da fome, alcance do ensino primário universal, promoção da igualdade, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate às doenças como a HIV/Sida ou malária, promoção de um ambiente sustentável e criação de parcerias para o desenvolvimento.

Um outro relatório igualmente importante da responsabilidade da UNESCO foi elaborado em 2003<sup>196</sup> no sentido de mostrar o desenvolvimento da educação para adultos, em Angola, no período entre 1997 e 2003 que estabelece, de acordo com a metodologia e estrutura estabelecida pela UNESCO, para os seus membros, o desenvolvimento da estrutura e planos, aumento do investimento na educação de adultos, aumento de participação, estudos científicos sobre o tema, a formação e preparação de educadores e conselheiros de adultos, criação de autonomia de estudantes adultos, criação de exemplos de boas práticas e inovações, elaboração de objectivos para 2009 e acções futuras.

A análise deste relatório bem como dos seus conteúdos incluem as actividades desenvolvidas por públicos, privados, associações comunitárias, religiosas e de solidariedade social.

Este estudo abrange a educação para adultos aplicada, não só nas escolas públicas e privadas, mas também nos mercados, unidades militares e para-militares, prisões, centros de educação integrada para mulheres, cooperativas e associações de agro-pecuária, confissões religiosas, residências ou condomínios residenciais, centros de desalojados ou refugiados, centros de terceira idade, centros de treino e educação para adolescentes e jovens.

O documento surge no contexto da adaptação do ensino para adultos em Angola à Declaração de Hamburgo e a agenda para o futuro resultado da Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) que está directamente relacionada com outros encontros<sup>197</sup>.

As exigências sociais presentes na educação passam pela importância do desenvolvimento pessoal e pelo desenvolvimento de um projeto de sociedade mais livre, pacífica e respeitosa, em que 75 milhões de crianças ainda não vão à escola<sup>198</sup>, ainda que haja previsões para que esse número seja reduzido para 29 milhões até 2015.

Tendo em conta a atual crise financeira, *“a tendência é que os investimentos na educação e outras áreas reduzam (...) a alternativa é diversificar as fontes de financiamento da educação através de parcerias”*<sup>199</sup>.

É necessário aumentar o apoio internacional e fundos para uma educação com qualidade nos países menos desenvolvidos, no que diz respeito às necessidades específicas de cada país.

<sup>195</sup> VVAA (2003), Objectivos e metas de desenvolvimento do milénio, Relatório do Desenvolvimento Humano/2003, PNUD, Nova Iorque, pp. 1-4 cit in Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos trilhos para o desenvolvimento”

<sup>196</sup> Conferência Internacional em educação para adultos (CONFINTEA), de 6 a 11 de Setembro de 2003, Banguekok, Tailândia, tema: Relatório Nacional de Desenvolvimento da Educação dos adultos (Julho de 1997/Julho 2003).

<sup>197</sup> Conferência de Pequim para promoção e desenvolvimento da mulher, em 1995; Plano de Ação Dakar, entre 2001 e 2015; Década da Educação para África (1997-2006); Novos parceiros para o desenvolvimento de África; Década Mundial da Alfabetização (2003-2012).

<sup>198</sup> In UNESCO

<sup>199</sup> Governo de Angola, Pinda Simão, Ministro da Educação de Angola – *“Estratégia integrada dá rumo à educação”* in Jornal de Angola, 20 de Abril de 2010, consultado em 30 de Abril de 2010, disponível em [www.med.gov.ao/noticia/9958](http://www.med.gov.ao/noticia/9958)



O Programa da UNESCO de construção de capacidades humanas nos países menos desenvolvidos está apostado em contribuir para a erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável nos países menos desenvolvidos através da educação, das ciências, cultura, comunicação e informação.

Esta “operação” sustenta a educação como sendo um catalisador para a erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável. Deste modo tem reforçado cooperações no sentido de proporcionar a educação e a escola ao maior número de crianças possível, considerando ainda que o índice de crianças fora da escola muito aquém das expectativas desejadas.

Acima de tudo, é vital para o desenvolvimento de soluções efetivas para que os países pobres beneficiem dos seus e saibam gerir os seus recursos naturais, como água potável, energias de sinergias, agricultura, etc. É no avanço da tecnologia que está a chave da redução da pobreza de forma rápida e sustentável bem como o acesso à informação e tecnologias da comunicação que são imperativas para o conhecimento.

*“Requer-se forte liderança e com o aumento da solidariedade internacional, é possível construir um futuro mais humano, inclusive sustentável e pacífico para a população dos países mais pobres”*<sup>200</sup>

“A educação configura-se como uma nova paixão que poderá catapultar o país para os níveis de desenvolvimento desejados de forma integrativa e sustentada”<sup>201</sup>.

### 2.3.1. Plano Mestre de Formação de Professores em Angola (2008-2015)<sup>202</sup>

Este plano serve sobretudo para dar consistência e coordenar a formação de professores para proporcionar o desenvolvimento profissional de professores ao longo da formação inicial, contínua e à distância.

Para António Burity<sup>203</sup> é necessário definir políticas de formação de professores para proporcionar o bom funcionamento do sistema educativo sendo que é preciso ter como base a qualidade e equidade, à qual só as escolas podem proporcionar em profundas mudanças para o sistema educativo.

Este plano tem como base estudos efetuados no próprio sector e consultas às partes interessadas e aproveitar a experiência da última década para fazer corresponder a oferta de professores às necessidades nacionais.

António Burity da Silva fala dos agentes de mudança (técnicos, administradores educativos, inspetores, professores) como profissionais de elevados conhecimentos e competências que se encontram num sector em constante mudança, atualização e aprendizagem (ver tabela 23 e gráfico 21 e 25, em anexo).

<sup>200</sup> Irina Bokova, Directora Geral da Unesco in Building Human Capacities in least developed Countries to promote poverty eradication and sustainable development.

<sup>201</sup> Van-Dúnem, Belarmino, “30 anos de Independência a educação como nova paixão”, consultado em 5 de Janeiro de 2011, disponível em <http://belarminovandunem.blogspot.com/2009/10/30-anos-de-independencia-educacao>

<sup>202</sup> Plano Mestre de Formação de Professores em Angola, encargos financeiros, 2008-2015; Ministério da Educação

<sup>203</sup> António Burity da Silva, Ministro da educação durante 16 anos (1992-2009)

Para o MED, a Reforma do Ensino Técnico Profissional (RETEP) estabelece-se como uma prioridade para adequação dos quadros técnicos ao Mundo atual, de forma a melhorar a sua qualidade e, tornar cada vez mais qualificados os seus operários, pois só dessa forma, será possível fazer crescer o “*desenvolvimento económico, produtivo e social do país*”<sup>204</sup>.

A RETEP integra-se nas componentes pedagógica (Reformulação de metodologias), institucional (Processo de formação de técnicos) e de equipamento (aquisição e manutenção de equipamentos e infraestruturas).

No que diz respeito à qualidade do ensino, são óbvias as melhorias a nível do ensino em Angola, sobretudo devido à introdução do novo sistema de avaliação, novos programas, formação, metodologias, etc.

*“Na perspetiva de construção de uma escola renovada e transformada, opta a responder aos desafios de uma sociedade em permanente mudança, exigindo sempre uma reflexão profunda sobre a formação dos docentes na lógica construtiva tendo como objetivos finais a melhoria de qualidade do ensino e a defesa da identidade profissional do docente”*<sup>205</sup>.

Comparativamente com outros países, o percurso de Angola em relação à formação de docentes ainda está longe do que se pretende, no sentido de desenvolver e atualizar as capacidades dos professores e, conseqüentemente das aulas e conteúdos programáticos.

Na Suíça, por exemplo existem vários sistemas educativos mas, a formação dos professores foi estabelecida ao nível do ensino superior. Ainda na década de 90, esta formação tinha lugar no 2º ciclo do ensino secundário.

Em países africanos, como o Egipto ou a Tunísia, atualmente a formação de professores também atinge o nível do ensino superior, mas durante largas décadas, inclusivamente nos dias que correm, a mesma continua a refletir-se ao nível do 2º ciclo do ensino secundário.

Nos casos do Burundi, Níger, Gabão e Gana, a partir de 1991, para que fosse possível lecionar no 1º ciclo do ensino secundário era necessário ter formação superior<sup>206</sup>.

*“O Plano Mestre de Formação tem um papel estratégico na vida nacional cuja configuração e forma de implementação definirão uma política global de formação de profissionais de educação que possam contribuir para que o sistema educativo angolano acompanhe a transformação acelerada do Mundo”*<sup>207</sup>.

A Lei de Bases do Sistema de Educação em Angola (Lei 13/01), nos pontos 1 e 2 do artigo 26º prevê que a formação de professores se realize após a 9ª classe. Esta formação tem a duração de 4 anos com continuidade nas escolas de ensino superior ou universidades<sup>208</sup>.

<sup>204</sup> Evolução da educação e ensino em Angola 2002-2008, Ministério da Educação de Angola, página 32

<sup>205</sup> Idem - Este plano é um estudo financeiro que pode permitir aos responsáveis pela educação avaliar os meios financeiros necessários e obter informação sobre custos aproximados para a implementação deste PMFP. Só assim será possível tomar decisões.

<sup>206</sup> Artigo do Jornal de Angola, “Competências e candidatos à docência”, por Filipe Zau, consultado no dia 31/10/2011

<sup>207</sup> idem

<sup>208</sup> idem

### 2.3.2. Manuais e conteúdos programáticos

É na recriação e atualização de conteúdos que podemos encontrar e definir a estratégia de desenvolvimento da educação a nível mundial. Uma das grandes questões, também levantada pelo plano da UNESCO, “Educação para todos”, é precisamente aquilo que sugerimos, isto é uma correta contextualização da história e da cultura africana, mais propriamente angolana nos conteúdos programáticos, livros e manuais utilizados nas escolas, dos vários níveis de ensino.

Não nos parece viável atingir níveis de aprendizagem sem que os alunos, em idade escolar, ou não, compreendam qual o percurso político, económico e social por que passou o seu país, para chegar até à data de hoje.

*“Que os textos sejam preparados o mais próximo possível do próprio contexto cultural que vão servir e que, desde a sua origem, estejam imbuídos da realidade que define esse contexto”<sup>209</sup>”.*

Um dos pontos fundamentais referenciados pelo MED é a introdução de disciplinas que possam produzir frutos no desenvolvimento, quer da educação, em geral, quer do próprio intelecto dos estudantes.

A disciplina de empreendedorismo é um dos exemplos em que o MED pretende continuar a apostar, especialmente no ensino secundário, a ser aplicada inicialmente em nove províncias. *“A disciplina (...) tem como propósito promover atitudes positivas entre os jovens em relação ao trabalho”<sup>210</sup>”.*

O sector da economia e do comércio angolanos precisam, claramente de uma aposta forte e, o MED pretende continuar a envidar esforços no sentido de suscitar curiosidade e interesse dos estudantes por um futuro ligado ao sector empresarial, à criação de postos de trabalho e, como fez referência o ministro Pinda Simão, *“(...) que permitam o desenvolvimento de um sector privado angolano sustentável (...) centrados em (...) atitude perante o trabalho, identificação e oportunidade e gestão de negócios”*.

Para além da reestruturação das disciplinas, dos manuais e dos próprios conteúdos programáticos, todas as mudanças no sistema educativo angolano podem ser benéficas para o desenvolvimento do país, com especial incidência para a redução do analfabetismo nas regiões mais irregulares, onde persiste a falta de quadros efetivos e expressivos números de pessoas que abandonaram o primeiro ciclo do ensino secundário.

<sup>209</sup> Mayor, Frederico, *cit in* Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos Trilhos pra o desenvolvimento”, pag. 75

<sup>210</sup> Simão, Pinda, Ministro da Educação de Angola, em declarações, <http://www.med.gov.ao/NoticiaD.aspx?Codigo=9546> In Angonotícias, 7 de Abril de 2010

## Capítulo 3 – Disposições Finais

### 3.1. Conclusão

Com o fim da Guerra Fria, o mundo que era dominado pela bipolaridade passou a ser visto de forma multipolar. As relações internacionais, durante mais de quarenta anos foram determinadas por tensões políticas, diplomáticas e militares entre as ideologias capitalistas (EUA) e comunista (URSS). Duas ideologias antagónicas sobre como organizar as sociedades.

O ano de 1989<sup>211</sup> marcou uma mudança e procuraram-se respostas para o funcionamento do sistema internacional. Até 2001, questionou-se a possibilidade dos Estados Unidos dominarem o mundo no entanto, após os atentados do 11 de Setembro, as capacidades da superpotência foram postas em causa.

Foi visível que a estratégia americana não iria ser capaz de impor os seus critérios nem exercer uma liderança mundial isoladamente.

O facto do poder internacional estar cada vez menos centralizado, revela-o mais global ou mesmo regionalizado e, em vez da unipolaridade hegemónica, o Mundo está a tornar-se multipolar.

Existem atualmente vários centros de poder económico, financeiro, industrial, comercial, cultural e militar, que denunciam cada vez mais o declive dos Estados Unidos. A recuperação da Rússia, por exemplo ou, os vários acordos que tem assinado com a Índia, China ou Irão (novas potências emergentes), são notáveis numa política de descentralização da hegemonia americana.

O Brasil tem vindo a revelar-se capaz de uma potencialidade industrial e comercial a ganhar terreno. A própria Indonésia, África do Sul, Turquia ou Japão, têm vindo a demonstrar uma forte capacidade de influenciar a economia ou o comércio internacional, sem depender diretamente dos Estados Unidos.

Ainda assim, este multilateralismo leva-nos a questionar quais são os novos desafios impostos à Paz ou à segurança mundial? Sim, no sentido em que o incentivo a estas novas potências emergentes fortalecem as relações com algumas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, de forma a proteger os países mais pobres.

Muitos dos desafios atuais, tais como ameaças económicas e sociais, pobreza, desigualdades, infraestruturas sanitárias preventivas, inexistência de eficazes sistemas educativos, crises do meio ambiental ou alterações climáticas, conflitos entre Estados ou intraestatais, proliferação de armas de destruição maciça, crimes contra a Humanidade, entre outros, acontecem em simultâneo, numa nova configuração do mundo pós-colonial, em que o crescimento desigual fruto da globalização se acentua bem como a redução do papel do Estado como ator regulador.

---

<sup>211</sup> Queda do Muro de Berlim

Uma crise de Estado pode ser significativa na medida em que os assuntos transnacionais demonstram problemas graves e desafios para o sistema internacional e que deviam ser geridos pelos Estados e pelas organizações internacionais que estão formadas por estes, como as Nações Unidas, União Europeia ou União Africana.

Parte destes problemas são um paradoxo pelo facto de serem despertados pelos atores políticos ou pela falta de ação destes. Assim sendo, há uma mudança de paradigma e de responsabilidade de proteger em que a desconfiança pode desencadear um determinado acontecimento.

A incapacidade de proteger é sobreposta aos interesses pessoais de cada Estado. Sendo que a responsabilidade de proteger é dele próprio. No caso, deste faltar, caberá à comunidade internacional assumir esse papel, o que algumas vezes também não o faz da maneira mais eficaz.

O fim do conflito em Angola, que durou mais de trinta anos, deixou marcas irreversíveis em várias gerações de angolanos que ainda hoje assistem ao arrastar de danos provocados na área administrativa, económica e social. Uma nova epopeia teve início na estratégia de reconstrução num país onde ficou quase tudo por fazer.

Depois de alcançar a paz, Angola tem vivido, de há dez anos para cá, um crescimento, sobretudo económico e de produção, nomeadamente na área petrolífera, o que desperta cada vez mais o investimento estrangeiro, ainda que mantenha um pluralismo étnico que caracteriza grande parte da sociedade africana.

O processo de democratização iniciado no princípio dos anos 90 vai agora continuar porque se não *“estiverem garantidos os direitos e liberdades indispensáveis ao Homem para alcançar a sua realização enquanto pessoa – educação, saúde, emprego, habitação -, o universo democrático está incompleto”*<sup>212</sup>.

Após o terceiro processo eleitoral (1992, 2008 e 2012), Angola vive uma nova vida – renasceu das cinzas – hoje é um país de oportunidades, no entanto ainda são visíveis questões de fundo para resolver, num território de 16,6 milhões de habitantes, onde a esperança média de vida é de 41,7 anos e onde persistem 32,6% de analfabetos<sup>213</sup>.

Uma das principais preocupações para o futuro tem a ver com a reestruturação dos quadros angolanos, não só dos que ficaram como os que pretendem regressar à sua terra natal.

O atrativo económico que tem sido Angola na última década, tem “obrigado” a uma reconstrução acelerada, em que o desenvolvimento social e humano não pode ser esquecido, sobretudo no sentido de reduzir incessantemente a pobreza e as desigualdades sociais, em que a educação deve ser a base deste desenvolvimento “como meio de massificação” e de qualidade para a consolidação de uma cidadania plena”<sup>214</sup>.

<sup>212</sup> Silveira, 2005, página. 153 cit. in processo político angolano desde o início da guerra colonial, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

<sup>213</sup> Dados recolhidos em [www.med.gov.ao](http://www.med.gov.ao), em 20 de Outubro de 2011

<sup>214</sup> Van-Dúnem, 2008, página 7 cit in Processo político angolano desde o início da guerra colonial, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

Mas a educação não é só o ensino mas também a implementação de uma cultura política para fazer do cidadão um elemento ativo da sociedade e não apenas um mero objeto estatístico.

Desta forma cresce a consciência cívica e política, de forma a criar bases e condições de inclusão no processo de reconstrução nacional. Até porque o projeto de Angola é transversal a toda a sociedade, tendo em conta a atual conjuntura económica mundial e em particular para evitar que Angola “seja um Estado exíguo”<sup>215</sup>

Graças a vários acordos estabelecidos, Angola apresenta elevados índices de formação profissional e valorização dos seus recursos humanos, redução de assimetrias regionais, fomentação de postos de trabalho e incentivo à alfabetização, promoção de condições sociais e de saúde, apoio na consolidação das instituições, promoção de parcerias de cooperação económica e comercial, reforço do sector privado, saneamento básico, vias de comunicação, etc.

Hoje, “Angola está inserida nas dinâmicas da região dos Grandes Lagos, na Organização do Atlântico Sul, faz parte do grupo dos países não-alinhados, participa ativamente na Organização PALOP, integra a União Africana e as Nações Unidas”<sup>216</sup>.

A educação é um vetor estratégico quer de combate à pobreza quer de combate ao analfabetismo, promoção da saúde, redução de desigualdades sociais, recuperação socioeconómica, consolidação da democracia e direito de preservação da Paz.

*“A paz não é um produto acabado (...) é, pois, um produto em elaboração, um bem precioso (...) a paz constrói-se. Constrói-se através do conhecimento, da sabedoria e do respeito pelos valores éticos e morais em que assentam as relações de convivência pacífica. Constrói-se através da educação (...) Só através de uma educação sadia, rigorosa e objetiva é possível erigir os alicerces de uma verdadeira paz mundial”<sup>217</sup>.*

Concluimos nesta dissertação que a educação é uma peça chave fundamental quer para a paz quer para o desenvolvimento de qualquer país. Este desenvolvimento não é só intelectual mas também a outros níveis, especialmente económico e social. Garantir uma população educada e conhecedora dos bens mais preciosos da sua vida e dos seus semelhantes, garantir uma população que respeita regras, normas e valores de uma sociedade, garantir uma população que conheça os seus limites e as suas liberdades, é construir uma nação pacificadora que tem consciência do melhor caminho a seguir. Desde que esta construção utilize os alicerces mais adequados.

*“Cabe agora aos angolanos, através de uma cultura de Paz, promover o sentido de angolanidade com vista ao seu bem-estar social, uma tarefa que tem na educação e na formação o seu papel fundamental (...) A criação de um novo modelo do sistema educativo, capaz de preparar e formar, em escolas técnicas de eleição, os recursos humanos que Angola*

<sup>215</sup> Expressão utilizada pelo Professor Adriano Moreira, no sentido de explicar que os estados exíguos são os mais vulneráveis aos novos poderes emergentes ao longo dos tempos, e ficam dependentes destes poderes.

<sup>216</sup> Van-Dúnem, Belarmino, “*Geopolítica e Geoestratégia angolana*”, consultado em 5 de Janeiro de 2011, disponível em <http://berlaminovandunem.blogspot.com/2010/09/geopolitica-e-geoestrategia>

<sup>217</sup> Fernandes, António José, Conflitos e Paz Mundial: a importância da ONU, página 196.

*necessita, é o caminho mais adequado para o crescimento económico e para o desenvolvimento sustentado que o país necessita. Se, em época de mundialização da economia, a maior riqueza de um país e de um povo é a aquisição do conhecimento, Angola, que é rica em matérias-primas e tem uma população maioritariamente jovem, tem em África, a estrada do sucesso económico e do bem-estar social já ao seu dispor*<sup>218</sup>”.

A “recolonização” do continente como uma necessidade urgente é palavra-chave do século XXI e “pode ser a maior esperança para África”. A diferença em relação à anterior colonização residiria no facto, deste processo, ser conduzido pela própria África<sup>219</sup>.

O atual detentor da pasta da educação em Angola, Ministro Pinda Simão mostrou<sup>220</sup> a sua satisfação quanto às reformas a que o sistema de educação se tem submetido para melhorar a qualidade do mesmo. Refere mesmo que desde 2002, os êxitos têm surgido ao longo de um processo de desenvolvimento que ainda tem um longo caminho a percorrer.

E é precisamente num dos pontos a que esta dissertação se refere – a reformulação de conteúdos – bem como a mudança de estruturas quer do ensino quer do programa educativo que o governante reforça como *“fatores base para o sucesso já conseguido (...) Com a implementação da reforma, conseguimos diminuir o nível de reprovação e do abandono escolar, o que para nós constituem indicadores fundamentais*<sup>221</sup>”.

*“A autodeterminação de uma nação passa, necessariamente, pela boa educação de seu povo, por ser esse o mais eficaz instrumento, se não o único, de transformação social e económico*<sup>222</sup>”.

Retomando os objetivos a que nos propusemos, bem como a formulação do problema em estudo, leva-nos a concluir que é essencial uma boa educação para garantir um crescimento saudável e pacífico de um país, pois esta é a chave para a manutenção da paz e para a rota do desenvolvimento sustentável.

*“No contexto mundial, África será a fonte de recursos naturais e, do ponto de vista demográfico, o continente é uma das poucas partes do mundo que é maioritariamente jovem... A China, os Estados Unidos e a Europa estão a envelhecer, e nesse aspeto o continente tem duas componentes: de desafio e de oportunidade. O desafio é educar esta gente jovem e empregá-la; e de oportunidade porque, potencialmente, é a parte mais dinâmica do mundo...”*<sup>223</sup>

<sup>218</sup> Uma Revolução silenciosa em Angola – O Ensino Técnico-profissional antes e depois da independência, António Burity da Silva Neto.

<sup>219</sup> Mazrui, Ali, Prof. Universitário do Quênia, cit in Zau, Filipe, Educação em Angola, Novos Trilhos para o Desenvolvimento, pp. 59-60

<sup>220</sup> Simão, Pinda, Ministro da Educação de Angola – “*Ministério da Educação produz mais de 40 milhões de manuais*”, em declarações à Rádio Nacional, In Angola Press, 24 de Fevereiro de 2010, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9545>, consultado em 25 de Fevereiro de 2010.

<sup>221</sup> Simão, Pinda, Ministro da Educação de Angola – “*Ministério da Educação produz mais de 40 milhões de manuais*”, em declarações à Rádio Nacional, In Angola Press, 24 de Fevereiro de 2010, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9545>, consultado em 25 de Fevereiro de 2010.

<sup>222</sup> Silveira, M.A. Cooperação e Inovação tecnológica: Integração de organizações de ensino – pesquisa com organizações empresariais. São Paulo: Editora Universidade São Marcos, 2001. 21 p. Cit in Alonso, Paulo César Martinez y, A educação superior em Angola e a cooperação universitária internacional, Faculdades Integradas anglo-americano, Revista Educação Skepsis, Rio de Janeiro, Brasil, página 231

<sup>223</sup> Joseph Stiglitz, economista norte-americano, in revista estratégica cit revista economia e negócios, outubro 2011, ano 13, n.º 85, página 8.



Para além das sugestões que aqui deixamos, como resultado da nossa pesquisa e compreensão sobre o tema, demonstramos em anexo, com dados oficiais em várias instituições, organizações e documentos oficiais, tais como provenientes do Ministério da Educação de Angola que, o percurso que a educação em Angola tem vindo a desenvolver, desde que alcançou a paz, em Abril de 2002, é notável e, demonstrativo de uma evolução positiva como ferramenta essencial para a manutenção da paz.

A apreciação feita dos dados do MED entre 2002 e 2008 revela que o esforço do Estado angolano tem vindo a mostrar resultados significativos e que, se verifica, acima de tudo um aumento do número de crianças, jovens e adultos no sistema formal de ensino.

No referido período apresenta-se uma taxa de crescimento acumulado de 91,07%, com taxa média de crescimento por ano de 15,18%. A média de alunos atendidos é de 439.439 até 2008.

Quanto aos docentes, a taxa de crescimento acumulado é de 84,55%, entre 2002 e 2008. Verifica-se um crescimento de 115,22% no aumento dos efetivos docentes que significa uma taxa média de crescimento de 14,54% ao ano.

O salário mínimo dos docentes entre 2002 e 2007 teve acréscimo de 150,30% e o salário médio teve aumento de 133,62%.

Também o investimento em infraestruturas demonstra o esforço do MED, com uma taxa de crescimento de 111,54%. Comparando os anos de 2002 e 2008, o aumento está na ordem dos 165,71%, no número de salas de aula com taxa média de crescimento anual de 18,59% que significam 4500 salas de aula por ano até 2008.

Apesar de tudo isto, o MED pretende dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento da educação e ensino em Angola, sendo prioritário continuar a acelerar o processo da reforma educativa, reabilitar, construir e apetrechar o país de escolas e melhorar a qualidade do ensino, a todos os níveis, acelerar o processo de formação de professores, reforçar a capacidade institucional nos diferentes níveis de administração educacional, fortalecer a capacidade de gestão das instituições escolares.

Faz ainda parte do programa de reforma educativa do MED expandir os programas de alfabetização e recuperação do atraso escolar, aumentando a oferta de turmas na iniciação escolar, bem como apoiar os alunos a melhorar o seu aproveitamento<sup>224</sup>.

*“A matéria-prima mais importante de uma sociedade é o seu povo, afinal, investir na educação é atuar diretamente no desenvolvimento nacional”*<sup>225</sup>.

Recentemente o MED publicou na sua página oficial na Internet dados referentes à educação a partir de 2009. No entanto, os mesmos não foram atualizados devido ao cumprimento dos prazos de entrega desta dissertação.

<sup>224</sup> Dados sobre educação em Angola, Dados UNESCO atualizados em 2009, Educação na África Subsaariana, disponível em [http://status.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=198&IF\\_Language=eng](http://status.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=198&IF_Language=eng), consultado em 10 de Março de 2011

<sup>225</sup> Evolução da Educação e Ensino em Angola, 2002-2008, Página 41



Ainda assim, de uma análise efetuada por observação, foi possível acrescentar a este anexo que a melhoria das condições de acesso ao ensino é cada vez mais notável e que, a taxa de analfabetismo é cada vez mais reduzida, com o aumento também dos alunos que procuram seguir os seus estudos para o ensino superior, para obtenção do grau de licenciados, mestres e doutores.

Pudemos também concluir que, apesar dos progressos visíveis no que diz respeito à educação e à implementação de medidas que podem funcionar como pilar principal da manutenção da paz, consideramos que este não é um trabalho acabado.

O tema que aqui desenvolvemos é fruto de um estudo, de uma pesquisa que pode e deve ser retomado, no sentido de procurar outras respostas quanto ao sucesso do atual sistema de educação aplicado em Angola, bem como a sua repercussão no futuro, quer seja a nível de recursos humanos, como principalmente no combate à pobreza e à fome.

Esta dissertação poderá servir como pista para reflexões de outros temas, também eles relacionados com a educação, tais como a qualidade do ensino que existe em Angola ou mesmo o reflexo que a educação está a produzir na população.

### 3.2. Sugestões

Esta dissertação pretende ser a apresentação de um documento de investigação que leve a conclusões concretas sobre a importância da Educação na manutenção da paz e reconstrução de Angola.

Até 2010, a população em África teve um crescimento na ordem dos 2,3%<sup>226</sup>, dados que triplicaram ao longo das últimas três décadas. No entanto, a fertilidade tem sofrido um decréscimo e, a esperança média de vida continua perto dos 50 anos.

Com uma população maioritariamente jovem, prevê-se que, até 2050, uma em cada quatro pessoas no mundo estejam a viver no continente africano. Aliás, a atual crise financeira mundial já “empurra” centenas de pessoas para África.

Todos os anos e, com o aumento da população jovem em idade escolar, aumentam as necessidades de alargamento das infraestruturas, salas de aula, contratação de docentes, alargamento do sistema de cuidados de saúde e outros serviços.

No que diz respeito ao desenvolvimento humano, cujo atual índice ainda remete África para os últimos lugares da tabela, continua a proporcionar o acesso ao ensino primário, o que tem sido revelador da redução drástica do número de analfabetos. É a educação e a alfabetização que compõem o índice de desenvolvimento humano, tal como a esperança de vida e o crescimento da população. A educação é um importante condutor da performance da economia dos países e é ela que potencia o seu crescimento.

---

<sup>226</sup> Cillieres, Jakkie; Barry, Hughes; Moyer, Jonathan, Pardee Center, African Futures 2050, ISS Institut D'études de Sécurité – Monograph 175, pp: 11-20.

Desta forma, entendemos sugerir o seguinte:

1. Da mesma forma que se considera a educação primária essencial, é necessário contemplar mesma qualidade e acessibilidade para os níveis seguintes de escolaridade, de forma a preparar estratégias que levem ao sucesso da sociedade, da sua produção e da sua autossustentação.
2. Melhorar a qualidade da formação dos professores e dotá-los de preparação especial para compreender, analisar e contribuir positivamente para a resolução de problemas económicos e sociais provenientes do foro familiar dos alunos.
3. Preparar reuniões periódicas que possam servir de avaliadoras da situação dos alunos na escola e no seu comportamento individual e em grupo.
4. Estabelecer contacto com as universidades para contratação de docentes, proporcionando-lhe estágios em escolas logo a partir do 2 ano de curso.
5. Formação contínua e reciclagem dos conhecimentos dos professores, não só comportamental como também metodológica.
6. Criar condições atrativas para a deslocação, quer de discentes, quer de docentes para as províncias, de modo a desmobilizar o excesso de população concentrada na capital Luanda e contribuir para o repovoamento das províncias, bem como contribuir para o seu desenvolvimento nas áreas mais carenciadas.
7. Estabelecer planos de apoio social e psicológico aos alunos, proporcionando livros e refeições gratuitas em todo o ensino público.
8. Contribuir para a construção de uma escola inclusiva que reduza as diferenças sociais e económicas na comunidade escolar:

*“A inclusão causa uma mudança de perspetiva educacional, pois não se limita a ajudar somente alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral<sup>227</sup> (...) Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados<sup>228</sup>”.*

9. A inclusão dos alunos nas escolas só será possível quando estes forem compreendidos de acordo com as suas vivências, os seus problemas sociais e quando esta diversidade

<sup>227</sup> Aranha, 2004 cit in Alves, Graziela, “A construção de uma escola inclusiva”, disponível em <http://www.profala.com/arteducesp103.htm>, consultado em 30 de Outubro de 2011.

<sup>228</sup> Mantoan apud Gil, 1997 cit in Alves, Graziela, “A construção de uma escola inclusiva” in Mayor, Frederico, cit in Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos Trilhos para o desenvolvimento”, página 75.

comportamental for reconhecida e respeitada tendo em conta as potencialidades e as necessidades de cada um.

10. Proporcionar aos estudantes um acesso privilegiado a bibliotecas, recursos de informação, material informático, material didático de forma a contribuir para o desenvolvimento das suas capacidades e do seu contacto com as novas tecnologias de informação.
11. Questões enraizadas como a falta de cumprimentos de calendários escolares, horários de aulas, falta de planos de estudo, ausência de sistemas de avaliação, organização e planificação, podem e devem ser criados planos individuais para que estes itens sejam observados de forma disciplinar e sejam considerados como pontos-chave para uma educação mais eficaz.
12. Se for caso disso, substituir disciplinas “pouco uteis” por outras capazes de proporcionar melhores ensinamentos.
13. Criar hábitos de leitura nos estudantes, por exemplo através do aumento da produção de livros nacionais, escritos por autores nacionais, incluídos num plano nacional de leitura, já existente noutros países.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Aguilusa, José Eduardo - *“Guerra e Paz em Angola”*, Kosmopolis. Festa Internacional de La Literatura, del 14 al 19 de Setembro de 2004, Barcelona, CCCB.

Aguirre, Mariano, *“Seminário de Questões Militares”*, Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, edição 2010/2012. UAL

Alonso, Paulo César Martinez y – *“A Educação Superior em Angola e a Cooperação Universitária Internacional”*, Faculdades Integradas anglo-americano, Revista Educação Skepsis, Rio de Janeiro, Brasil, Univercidade Editora (2002) p. 230-231

Bertalanffy, L. V. (2008) – *“Teoria Geral dos Sistemas”*. Rio de Janeiro: Vozes.

BIEF. Infq (2007) *«Formar Professores Hoje»*, versão preliminar, United Nations Peacekeeping, 2007

Brito, Brígida Rocha - *“Sociologia da Paz e dos Conflitos”*, Ficha de apoio n.º 7, Universidade de Évora, ano letivo 2011/2012 — Educação para a paz/cultura da paz.

Burity, António – *“A evolução da educação e Ensino em Angola 2002-2008”*, Ministério da Educação de Angola, Luanda, 2008

Burity, António, *“O Sentido Amplo da Educação”*, página 54

Campos, Bártolo Paiva (2005) *«Estratégia para o desenvolvimento profissional de professores do ensino primário em Angola»*, Projeto n.º 7, ACP Ang. 083 União Europeia.

Campos, Juliana; Correia, Theresa, *“A Educação Para a Paz e Para os Direitos Humanos: Contribuições Internacionais à Compreensão do Direito À Educação na Ordem Constitucional Brasileira”*, pp. 3987-3999 (Trabalho publicado nos anais do XVII Congresso Nacional do COMPEDI, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 20, 21 e 22 de Novembro de 2008).

Carneiro, Roberto (1989/1990), Introdução. In. Matos. Artur Teodoro: Medeiros, Carlos Laranjo – Dir. (1989/990). *“Povos e Culturas, Educação em África”*. Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pág. 20 *Cit in* Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos trilhos para o desenvolvimento”, página 7.

Cilliers, Jakkie, Hughes, Barry e Moyer, Jonathan, Africa and the UN Security Council, 1945-2010: A Critical Appraisal, Isaaka K Souaré. (s.d.). African Futures 2050, ISS Monograph N.º 175, pp:11-20, ISBN 978-1-920422-29-5. (s.d.).

Clausewitz, Carl Von, Princípios da Guerra, Edições Sílabo, 2003, ISBN 9789726183044.

Conferência de Pequim para Promoção e Desenvolvimento da Mulher, em 1995; Plano de Ação Dakar, entre 2001 e 2015; Década da Educação para África (1997-2006); *“Novos Parceiros para o Desenvolvimento de África”*; Década Mundial da Alfabetização (2003-2012).

Conferência Internacional em Educação para Adultos (CONFINTEA), de 6 a 11 de Setembro de 2003, Banguekoc, Tailândia, tema: Relatório Nacional de Desenvolvimento da Educação dos adultos (Julho de 1997/Julho 2003).

Coning, Cedric de, *African Security Review* 20.1 March 2011, pp. 83-94 (s.d.); pp. 116-121, UNISA – University of South Africa Press: ***“Moving Beyond The Technical: Facing up to peacebuilding’s ineherent contradictions” – O desafio da intervenção do Peacebuilding.***

Conselho de Ministros (2001) ***«Estratégia Integrada para a melhoria do Sistema de Educação», 2001-2015.***

Costa, Almeida, Eugénio da, in ***“Angola Potência Regional em Emergência”***, Edições Colibri, Lisboa, 2011.

Costa, I. D. (2010). ***“O Processo Político Angolano desde o início da Guerra Colonial”***. Luanda: Praxis, Sonangol, Holding.

da Cruz, Domingos, ***“Para onde vai Angola?”***, Edições Novembro, Luanda, página 145

De Ketele, Jean-Marie (1993) ***«Guide du formateur»***, Pédagogies en Development, De Boek

Desenvolvimento comunitário, Universidade Aberta Lisboa; *Cit in*, Carmo, Hermano (2000), ***“Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra”***; In VVAA (2000), Estudos em Memória do Prof. Doutor Luís Sá, Revista Discursos, Universidade Aberta, Lisboa, pp.126-127.

Eugénio, A. (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por António Eugénio, disciplina de Evolução do Pensamento Estratégico. Lisboa: Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. Edição 2010/2012. UAL

Fátima, Maria, (Professor-adjunto – UERJ, professor assistente Doutor UNIGRANRIO), ***“Impacto da Formação e Cooperação ao Nível do Ensino Superior nas Dinâmicas Africanas Contemporâneas”*** (7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa 2010)

Fernandes, António José, ***“Conflitos e Paz Mundial: a importância da ONU”***, Editora Quid Juris, 2011, ISBN 9789727245536, página 196;

Ferreira, Eduardo de Sousa; Lopes, Carlos M.; Mortágua, Maria João, ***“A Diáspora Angolana em Portugal”***, Caminhos de Retorno, Editora Principia.

Ferreira, M.E.(2002), ***“Angola: Potência Regional?”*** Disponível em [http://www.janusonline.pt/2002/2002\\_1\\_1\\_13.html](http://www.janusonline.pt/2002/2002_1_1_13.html), consultado (on-line) em 12 de Janeiro de 2013.

Governo de Angola, ***“Reflexões sobre a Evolução do Sistema de Educação de Angola ao longo de 35 anos de Independência”***, 2008.

Grilo, Marçal, **“Desafios da Educação – Educação e Sociedade – Ideias Para Uma Política Educativa no Século XXI”**, Oficina do Livro, 2002. pp. 48-51.

Harris, Geoff, (professor de economia e Diretor do programa para a Paz e Resolução de conflitos da Universidade de KwaZulu-Natal) UNISA, University of South Africa, press; African Security review 20.1 March 2011, 122-133,: **“Ministries of Peacebuilding in Sub-Saharan Africa: Rationale, Functions and Establishment”**.

Kandengue, Boletim Informativo sobre o III Fórum Nacional sobre a Criança, Agosto de 2007

Kant, Immanuel, **“A Paz Perpétua e outros Opúsculos”**, Edições 70, página 11

Kowalsky, Mateus. (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por Mateus Kowalsky, disciplina de Guerra Justa: Dos direitos das gentes ao Direito Internacional Contemporâneo. Lisboa. Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. Edição 2010/2012. UAL

Lévy, B.-H. (2001). **“Reflexões sobre a Guerra, o Mal e o Fim da História: Os diamantes negros de Angola”**. (c. S. tempos, Ed.) Notícias.

Mantoan apud Gil, 1997 cit in Alves, Graziela, **“A construção de uma escola inclusiva”** in Mayor, Frederico, cit in Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos Trilhos para o desenvolvimento”, pag. 75

Martinelli, D. P. (2006). **“Visão Sistémica e Administração”**. São Paulo: Saraiva.

Mazrui, Ali, Prof. Universitário do Quênia, cit in Zau, Filipe, **“Educação em Angola, Novos Trilhos para o Desenvolvimento”**, pp. 59-60

Menezes, M. Azancot, **“Reflexões sobre educação”**, Mayamba Editora, Luanda 2010 – ISBN 978-989-8370-48-8pp. 36; 37; 38; 45; 58; 61; 131;

Menhin-Hauser, Congresso promovido pela UNESCO, em Novembro de 1979 – Debate sobre a Paz, cit in Fernandes, António José, “Conflitos e Paz Mundial: A importância da ONU”, Direito e Ciências Políticas, Coleção Erasmus, Ensaios e Dissertações, Quid Juris, Sociedade Editora.

Miranda, Felix, **“Angola O futuro é possível”**, página 46; 47; 52; 53 (Cit. Lévi-Strauss); 54;

Moita, Luís. (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por Luís Moita, disciplina de Análise de Modelos em Relações Internacionais. Lisboa. Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. Edição 2010/2012. UAL

Mourão, Fernando Augusto Albuquerque, Conferência Nacional de Política Internacional. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006 na sessão de 21 de Julho do mesmo ano realizada em Maputo, Moçambique, também em Julho de 2003

Nação e Defesa, Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz, Instituto de Defesa Nacional N.º 95/96, Outono/Inverno 2000; 2ª Série; ISSN 0870-757X, Odivelas

Neto, António Burity da Silva – ***“Uma Revolução silenciosa em Angola – O Ensino Técnico-profissional antes e depois da independência”***, Ministério da Educação de Angola, Luanda, Novembro de 2007

Neves, Miguel Santos (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por Miguel Santos Neves, disciplina de Guerra e Paz nas Relações Internacionais. Lisboa: Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. 2010/2012. UAL

Neves, Miguel Santos - (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por Miguel Santos Neves e Doutor Bruno Cardoso Reis, disciplina de Economia, Recursos e Conflitualidade Internacional. Lisboa: Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. 2010/2012. UAL

Nguluve, Alberto Kapitango, ***“Educação angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educativo”***, Biscalchin Editor

Nyerere, Julius cit. em ***“Reflexões sobre Educação”***, Menezes, M. Azancot de, página 132

Péclard, C. D. (2008). ***“Angola na Paz”*** - Edição especial da Revista Politique Africaine . Revista Politique Africaine.

Quizunda, Adérito, Jornalista do Jornal de Angola e docente universitário do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade Agostinho Neto e Universidade Independente de Angola. Citação retirada da participação na Conferência “ Importância dos Media angolanos no processo de paz”, realizada em Luanda, Universidade Independente de Angola, em 10 de Julho de 2011.

Roegiers, Xavier (2004), ***“Uma pedagogia de integração”***, 2ª edição, Art Med, São Paulo

Santos, José Eduardo dos, Presidente da República de Angola, Mensagem de boas-vindas, por ocasião da realização da 31ª Cimeira da SADC, em Luanda, no dia 14 de Julho de 2011

Scanteam (2003) ***«Assessment of Basic education in Angola, Final Report»***

Silveira, 2005, página. 153 cit. in ***“processo político angolano desde o início da guerra colonial”***, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

Silveira, M.A. – ***“Cooperação e Inovação tecnológica: Integração de organizações de ensino – pesquisa com organizações empresariais”***. São Paulo: Editora Universidade São Marcos, 2001. 21 p. Cit in Alonso, Paulo César Martinez y,

Smith, Ruppert, ***“A Utilidade da Força, A Arte da Guerra do Mundo Moderno”***, Edições 70, 2008, ISBN 9-789-724-414-102

SOL, Jornal. (24 de 9 de 2010); (20 de 8 de 2010), (3 de 9 de 2010)

Soromenho-Marques, Viriato, **“Conflitos pela Paz: Ética, Relações Internacionais e Cooperação Compulsiva”**, Universidade dos Açores, 20.11.2010, Viriato Soromenho-Marques, Universidade de Lisboa

Stiglitz, Joseph, economista norte-americano, *in* revista estratégica *cit in* Revista Economia e Negócios, outubro 2011, ano 13, n.º 85, página 8.

Tomé, Luís. (2010/2011). Anotações das aulas leccionadas por Luís Tomé, Disciplina de Geoestratégia das Grandes Potências e Regiões Instáveis. Lisboa. Mestrado Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. 2010/2012. UAL

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para todos, 1993, Dia 27 de Agosto de 2010 no Ciclo de palestras da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Independente de Angola.

Van-Dúnem, Belarmino 2008, página 7 *cit in* **“Processo político angolano desde o início da guerra colonial”**, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

Véron, Jacques (1996) *cit in* **“Processo Político Angolano desde o início da guerra colonial”**, Ilonka Dilvânio de Assis e Costa, 2010

VVAA (2003), **“Objetivos e metas de desenvolvimento do milénio, Relatório do Desenvolvimento Humano/2003, PNUD”**, Nova Iorque, pp. 1-4 *cit in* Zau, Filipe, Educação em Angola, “Novos trilhos para o desenvolvimento”

Wheeler, Douglas e Pélissier, René, **“Independência de Angola, 11 de Novembro de 1975”** *in* História de Angola, P. 381;

Wiberg, Håkan, **“Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro”** *In* Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, Junho 2005: 21-42

Zau, Filipe - **“Competências e Candidatos à Docência”** - Artigo do Jornal de Angola, consultado (on-line) 30 de Outubro de 2011

Zau, Filipe, pp 215-216 *Cit in* VVAA (de 28 de Junho a 3 de Julho de 1989), DECLARAÇÃO DE HARARE, Conferência de Ministros da Educação e dos Ministros Encarregados da Planificação Económica dos Estudos Membros de África (conclusões e Recomendações).

## LEGISLAÇÃO

Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008).

Luanda: Maio de 2008 [Consult. 05.11.2009].

Disponível em <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=587>

Ministério da Educação de Angola - **Lei de Bases do Sistema de Educação**, Lei 13/01, de 31 de Dezembro – Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008).

Luanda: Maio de 2008 [Consult. 05.11.2009].

Disponível em <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=587>



Ministério da Educação, Decreto Executivo n.º 133/06, de 10 de Novembro, Regulamento Interno da Direção Nacional para o Ensino Técnico Profissional (decreto\_executivo\_133-06.doc/PPG (projeto portal do governo), consultado (on-line) em Dezembro de 2012

Ministério da Educação de Angola - Lei de Bases do Sistema de Educação, 2001, artigo 3º sobre objetivos gerais da educação, página 4, Decreto-Lei 6/00 de 9 de Junho

Ombudsman - **DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura**. Excerto da Carta das Nações Unidas (traduzida para português).

Natal, Brasil. [Consult. 10.10.2012].

Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>

#### SITES DE INTERNET

Aranha, 2004 *cit in* Alves, Graziela – “*A Construção de Uma Escola Inclusiva*”, em <http://www.profala.com/arteducesp103.htm>, consultado (on-line) em 30 de Outubro de 2011

Burity, António, “*Evolução da Educação e Ensino em Angola 2002-2008*”, Ministério da Educação de Angola *In* Jornal de Angola, de 20 de Abril de 2010, Disponível em <http://www.med.gov.ao>, consultado (on-line) em 10 de Maio de 2010

Chic Dambach, president & CEO, Allaince for Peacebuilding disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Peace\\_building](http://en.wikipedia.org/wiki/Peace_building), consultado em 30 de Outubro de 2012

Cristine, Kelley, Gonçalves Dias, Gasque – “*Educação no Japão – Panorama atual*”, Disponível em <http://www.slideshare.net/kelleycristine/sistema-educacional-do-japo>, consultado (on-line) em 10 de Janeiro de 2011

De Jesus, Helena e Neves, Ana Luísa, “*02 Cadernos de Apoio à Formação, Relação Escola-Aluno-Família, Educação Intercultural uma Perspetiva Sistémica*”, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/73507225/RELACAO-ESCOLA-ALUNO-FAMILIA-EDUCACAO-INTERCULTURAL-%E2%80%93-UMA-PERSPECTIVA-SISTEMICA> Consultado (on-line) a 12 de Março de 2012

Estatísticas, <http://www.bportugal.pt>, consultado (on-line) em 10 de Abril de 2010

Europa, União Europeia – “*EU Strategy for Africa*”

Disponível em

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r12540\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12540_en.htm), consultado (on-line) em 11 de Abril de 2010

Página modificada pela última vez em 19.05.2008

Governo de Angola, Pinda Simão, Ministro da Educação de Angola – “*Estratégia integrada dá rumo à educação*” *in* Jornal de Angola, de 20 de Abril de 2010, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9958>, consultado (on-line) em 30 de Abril de 2010

Governo de Angola - **“Comunidade Internacional destaca Esforços do Governo no combate à pobreza”**

Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=353>,

Consultado (on-line) em 11 de Março de 2012

Governo de Angola - **“2º Colóquio do Ministério da Educação”** (Governo-MED), artigo 8.º, in Angola Press de 22 de Março de 2010

Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9724>,

consultado em 23 de Março de 2010

Governo de Angola - **“Estratégia integrada dá rumo à Educação”** (Governo), In Jornal de Angola, 20 de Abril de 2010, declarações de Pinda Simão, Ministro da Educação,

Disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9958>,

consultado (on-line) em 22 de Abril de 2010

Governo de Angola, sobre o III Fórum Nacional da Criança, Luanda **“Comunidade internacional destaca esforços do Governo no combate à pobreza”**, publicado in AngolaPress de 14 de junho de 2007, consultado em 10 de Setembro de 2011 e disponível em <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=353>

[http://www.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/Caderno\\_Formacao2.pdf](http://www.acidi.gov.pt/docs/Publicacoes/Caderno_Formacao2.pdf), pp. 7, 11, 21, 25, 26, 31, consultado (on-line) em 11 de Janeiro de 2011

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, **Estratégia de Combate à Pobreza**, em Angola, Documento elaborado pelo Ministério do Planeamento. Edição Revista 2005.

Consultado (on-line) em 1 de Fevereiro de 2013.

Disponível em <http://mirror.undp.org/angola/linkrtf/ecp-angola2005.pdf>,

Hegre, Håvard; Nygård, Håvard Mogleiv; Strand, Håvard; Urdal, Henrik; & Karlsen, Joakim (2013) **“Predicting Armed Conflict 2010-2050”**, *International Studies Quarterly* 55(2): 1–21. [Forthcoming], 21 de Novembro de 2011,

disponível em <http://www.prio.org/Publications/Publication/?x=5152>,

consultado (on-line) 20 de Fevereiro de 2013

Helena de Jesus, A. L – **“África é o continente mais afectado por conflitos do mundo em 2007”** (s.d.). www.entreculturas.pt. (C. d. formação, Ed.)

Disponível em

<http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2009/04/africa-e-o-continente-mais-afectada-por.html>, consultado (on-line) em 6 de Outubro de 2009

Hermer, Bruce Warren - **“The Democratization of Peacebuilding: The Political Engagement of Democratizing Societies”**, Peacebuilding Ngosin University of California, Irvine, 2009,

Disponível em <http://gradworks.umi.com/33/86/3386413.html>,

consultado (on-line) em 20 de Abril de 2010

International Relations and Security Network (ISN),

**“No Peace, no Security, no Justice – No long-term impact”**,

consultado (on-line) em 30 de Janeiro de 2011, disponível em

<http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?id=135329&lng=en>,

Lages, Rita (2004) – “*As relações bi-laterais luso-angolanas*” disponível em [http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_6.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_6.html), consultado (on-line) em 24 de Outubro de 2010.

Lopes, Carlos Manuel – (2004) “*Angola: os desafios da (re) construção*”, disponível em [http://www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_7.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_7.html) Consultado (on-line) em 26 de Setembro de 2012

Lores, C. Manuel Frometa – “*Guerra Civil em Angola (1976-1991) Efeitos e Considerações*”. Consultado (on-line) em 10 de Abril de 2010.  
Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/guerra-civil-angola/guerra-civil-angola3.shtml>

Madalena Moita, L. e.-F.-g. (2005). “*Portugal nas Operações de Apoio à Paz em Angola*”, disponível em [http://janusonline.pt/portugal\\_mundo/port\\_2005\\_4\\_3\\_6\\_g.html](http://janusonline.pt/portugal_mundo/port_2005_4_3_6_g.html), Consultado em 26 de Setembro de 2012

Meijer, Guus – “*From militar peace to social justice: The angolan peace process*” – issue 15/2004 Conciliation resources Accord, An International review of peace initiatives Disponível em <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola>, consultado (on-line) em 5 de Setembro de 2010

Nation Master.com, Estatísticas, “*World development indicators database UNESCO, Angola*”, Disponível em <http://search.nationmaster.com/cgi-bin/search.cgi?query=angola+out-of-school+children>, consultado (on-line) em 2 de Setembro de 2011

Nitze, Paul, H., Trabalho do programa de Gestão de Conflitos da Escola de Estudos Internacionais avançados, realizado para a aliança de Peacebuilding – “*Conflict Management Toolkit/Approaches/Peacebuilding*” - Academics, [www.sais-jhu.edu/cmtoolkit](http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit), The John Hopkins university school of advanced international studies (SAIS) conflict management toolkit, consultado (on-line) em 9 de Setembro de 2010

Ndura, Elavie, Amster, Randall – “*Building Cultures of Peace: Transdisciplinary Voice of Hope and Action*”, Editora: Newcastle: Cambridge Scholars, 2009, ISBN 9781443819442, disponível em [www.worldcat.org/title/building-cultures-of-peace-transdisciplinary-voices-of-hope-and-action](http://www.worldcat.org/title/building-cultures-of-peace-transdisciplinary-voices-of-hope-and-action), consultado (on-line) em 10 de Setembro de 2010.

Ortiz, Maria Elena, SODEPAZ, “*Cultura de Paz*”, Ayuntamiento de Pamplona, Iruñeko Udala, disponível em <http://www.culturadepaz.info/culturadepaz/index.php>, consultado (on-line) em 5 de Setembro de 2012

Pereira, Mariana. G. (Dezembro de 2006). “*Selected Works*” – From the Selected Works of Mariana Gomes Pereira - Teorias de Conflito e Paz.  
Disponível em [http://works.bepress.com/mariana\\_pereira/1](http://works.bepress.com/mariana_pereira/1), consultado (on-line) em 23 de Outubro de 2012

Programa integrado no 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento – “*EU Strategy For Africa*”, Disponível em

[http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r12540\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12540_en.htm), Consultado (on-line) em 28 de Fevereiro de 2013

Sampaio, Jorge – Instituto Português de Relações Internacionais, 2007 – in “*Debate sobre o futuro da Europa: A questão da reforma inconstitucional*”,

Disponível em <http://jorgesampaio.pt/jorgesampaio/pt/blogue/2007/03/12/instituto-portugues-de-relacoes-internacionais-12-de-marco-de-2007/>, consultado (on-line) em 5 de Janeiro de 2011.

Simão, Pinda, Ministro da Educação de Angola – “*Ministério da Educação produz mais de 40 milhões de manuais*”, em declarações à Rádio Nacional, In Angola Press, 24 de Fevereiro de 2010

Disponível em <http://www.med.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=9545>, consultado (on-line) em 25 de Fevereiro de 2010

UNESCO, “*Building Human Capacities in Least Development Countries to promote poverty eradication and sustainable development 2011*”

Disponível em <http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/PovEr.pdf>, consultado (on-line) em 30 de Março de 2011

UNESCO; “*Efficiency and Equity in Schools around the World*” by Eric A. Hanushek and Javier A. Luque, April 2002; United Nations Human Development Programme; OECD Education at a Glance: OECD Indicators 2003; The Geography Zone; OECD; UNESCO Institute for Statistics; OECD; UNESCO Institute of Statistics

<http://www.nationmaster.com/country/ja-japan/edu-education>, consultado (on-line) em 10 de Março de 2011

UNESCO - <http://www.uis.unesco.org/Library/Pages/default.aspx>, consultado (on-line) em 10 de Janeiro de 2011

UNESCO – Institute for statistics – “*out-of-school children*”,

disponível em <http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/out-of-school-children.aspx>, consultado (on-line) em 21 de Setembro de 2011

United Nations Peacebuilding Commission,

disponível em [www.un.org/peace/peacebuilding](http://www.un.org/peace/peacebuilding), consultado (on-line) em 10 de Novembro de 2010

United Nations Rule of Law: Peacebuilding, disponível em [www.unrol.org](http://www.unrol.org), consultado (on-line) em 10 de Novembro de 2010

University of Peace Global Network for Upeacebuilders,

disponível em [www.upeacebuilders.org](http://www.upeacebuilders.org), consultado (on-line) em 10 de Novembro de 2010

Van-Dúnem, Belarmino – “*Conflitos na África Austral de 1975 a 2002*”,

disponível em <http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2009/05/conflitos-na-africa-austral-de-1975.html>, Consultado (on-line) em 30 de Outubro de 2012

Van-Dúnem, Belarmino – *“30 Anos de Independência A Educação como Nova Paixão”*, Disponível em <http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2009/10/30-anos-de-independencia-educacao-como.html>, consultado (on-line) em 5 de Janeiro de 2011.

Van-Dúnem, Belarmino - *“Geopolítica e Geoestratégia angolana”*, Disponível em <http://berlarminovandunem.blogspot.pt/2010/09/geopolitica-e-geoestrategia-angolana.html>, consultado (on-line) em 5 de Janeiro de 2011.

[www.allianceforpeacebuilding.org/](http://www.allianceforpeacebuilding.org/), consultado (on-line) em 5 de Abril de 2010

[www.tudosobremonografias.com](http://www.tudosobremonografias.com), Jr, M. A. (s.d.), consultado (on-line) em 14 de Outubro de 2011

[www.allianceforpeacebuilding.org](http://www.allianceforpeacebuilding.org), consultado (on-line) em 10 de Junho de 2010

[www.concentra.co.ao](http://www.concentra.co.ao), consultado (on-line) em 15 de Janeiro de 2011

[www.informworld.com](http://www.informworld.com), consultado (on-line) em 10 de Setembro de 2011

[www.wholesystemspeacebuilding.com](http://www.wholesystemspeacebuilding.com), consultado (on-line) em 10 de Setembro de 2010

## ANEXOS

## TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Tabela comparativa de Dados sobre Angola, Portugal, Brasil e Japão

Dados	Angola	Portugal	Brasil	Japão
População total <sup>229</sup>	18.498 M*	10 707 M	191 491 M	2.077 M
Crescimento populacional anual	2.6%	0.1%	1.1%	0.7%
População dos 0-14 anos %	41%	25%	27%	20%
População rural %	42%	50%	21%	55%
Fertilidade total (nascimentos por mulher) %	5.6%	2.5%	2.2%	1.9%
Mortalidade infantil 0/00	98	3	19	21
Esperança de vida ao nascimento (anos)	48 anos	79 anos	74 anos	72 anos
Portadores de HIV em adultos (15-49)	2.0	-	-	-
Pobreza (% de população com menos de \$2 por dia)	70%	-	-	-
Crianças em idade primária que não vão à escola %	48%	67.159	2 928	8283

Fonte:<sup>230</sup>

Tabela 2 – Percentagem de crianças que frequentam a escola em Angola (1991/2009)

Ano	Género	Pré-Primária	Primária	Secundária	Superior
1991	MF <sup>231</sup>	14%	76%	12%	1%
	M <sup>232</sup>	19%	79%	---	---
	F <sup>233</sup>	10%	72%	---	---
1999	MF	27%	---	12%	1%
	M	32%	---	14%	1
	F	21%	---	11%	---
2002	MF	--- <sup>234</sup>	---	17%	1%
	M	---	---	19%	1%
	F	---	---	16%	1%
2009	MF	---	---	---	---
	M	---	---	---	---
	F	---	---	---	---

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

Tabela 3 - Progressão e conclusão da educação [em percentagens] 2009

Expectativas de vida escolar (1-6 anos)	9.1%
Repetentes na primária (%)	36%
Alunos que chegam ao 5º ano	---
Alunos que completam a escola primária	33%
Transições da primária para a secundária	43%

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

Tabela 4 - Recursos para a educação (2009)

Alunos e professores	42%
Gastos públicos na educação (total de despesas governamentais)	4.4%
<b>Distribuição da despesa pública por nível (até 2006)</b>	
Pré-primária	18%
Primária	28%
Secundário	43%
Superior	8%
Outros	3%

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>229</sup> Milhões de habitantes<sup>230</sup> UNESCO; "Efficiency and Equity in Schools around the World" by Eric A. Hanushek and Javier A. Luque, April 2002; United Nations Human Development Programme; OECD Education at a Glance: OECD Indicators 2003; The Geography Zone; OECD; UNESCO Institute for Statistics<http://www.nationmaster.com/country/ja-japan/edu-education>, consultado (on-line) em 10 de Março de 2011<sup>231</sup> Masculino e Feminino (Total)<sup>232</sup> Masculino<sup>233</sup> Feminino<sup>234</sup> Não existem dados referentes a estes indicadores

**Tabela 5 - Taxa de alfabetização em percentagens (2009)**

Categoria	Género	1990	2009
Adultos (+15)	MF	-	70%
	M	-	82.9%
	F	-	57.6%
Jovens (15-24)	MF	-	73.1%
	M	-	80.8%
	F	-	65.5%

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 6 - Outras estatísticas (em percentagem)**

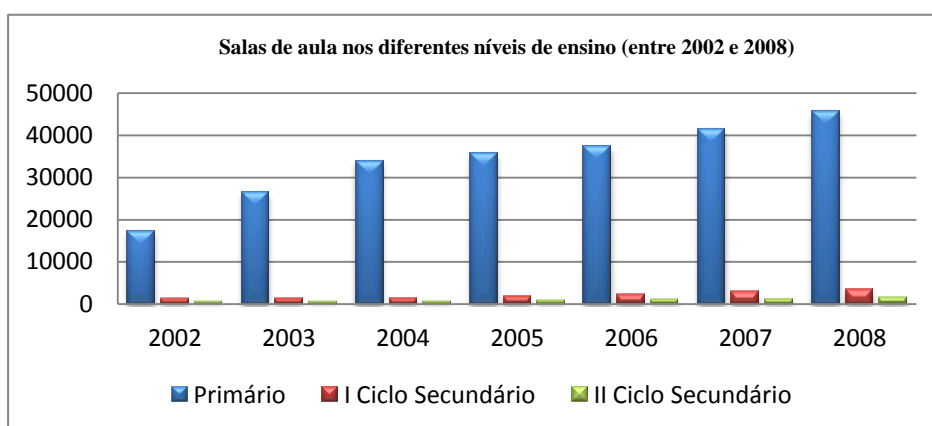
Estatística	Ano	Percentagem
Produção de livros	(1995)	22%
Circulação diária de jornais	(2006)	2.24%

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

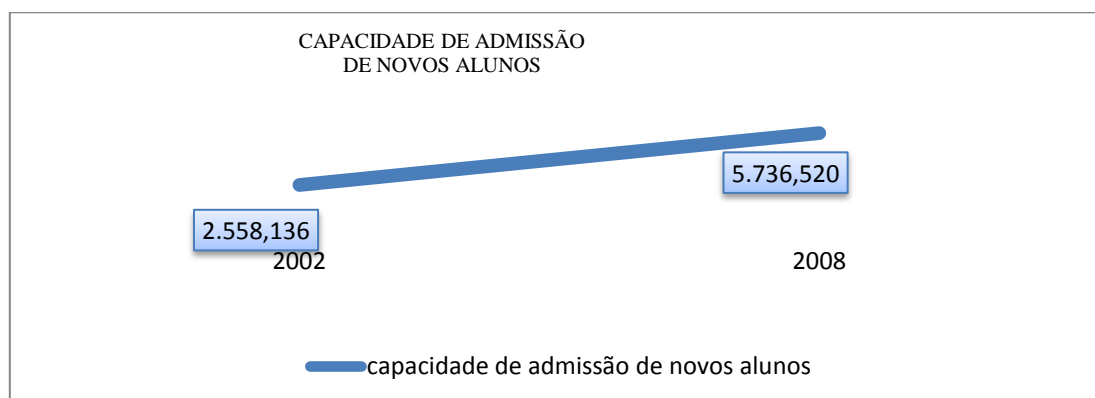
**Tabela 7 – N.º de salas de aula, nos diferentes níveis de ensino (2002/2008)**

Níveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Primário	17.236	26.436	33.950	35.665	37.380	41.343	45.608
Iº Ciclo Secundário	1.225	1.269	1.421	1.809	2.197	2.796	3.467
IIº Ciclo Secundário	551	571	640	814	995	1.194	1.441
Total	19.012	28.276	36.011	38.288	40.572	45.333	50.516

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 1 - Salas de aula nos diferentes níveis de ensino (entre 2002 e 2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 2 - Capacidade de admissão de novos alunos (2002/2008)**

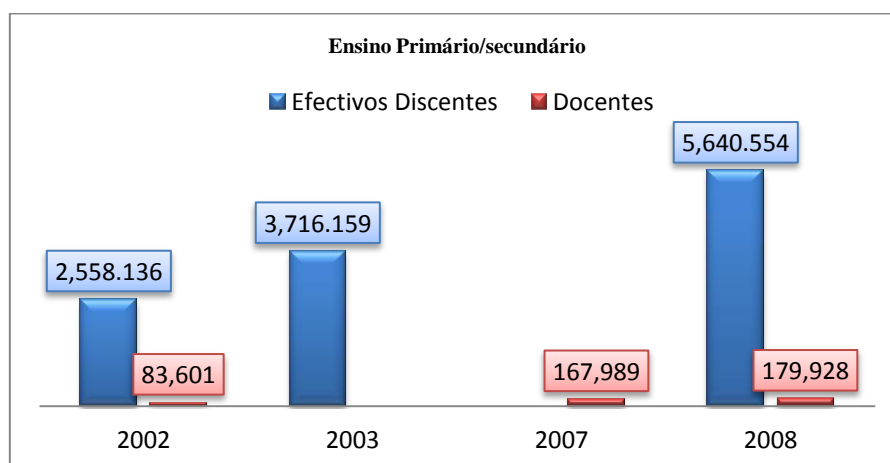
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)



**Tabela 8 - Evolução do sistema de educação e ensino (2002/2008)**

Ensino Primário/secundário	2002	2003	2007	2008
Efetivos Discentes	2,558.136	3,716.159	-	5,640.554
Efetivos Docentes	83,601	-	167,989	179,928*

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

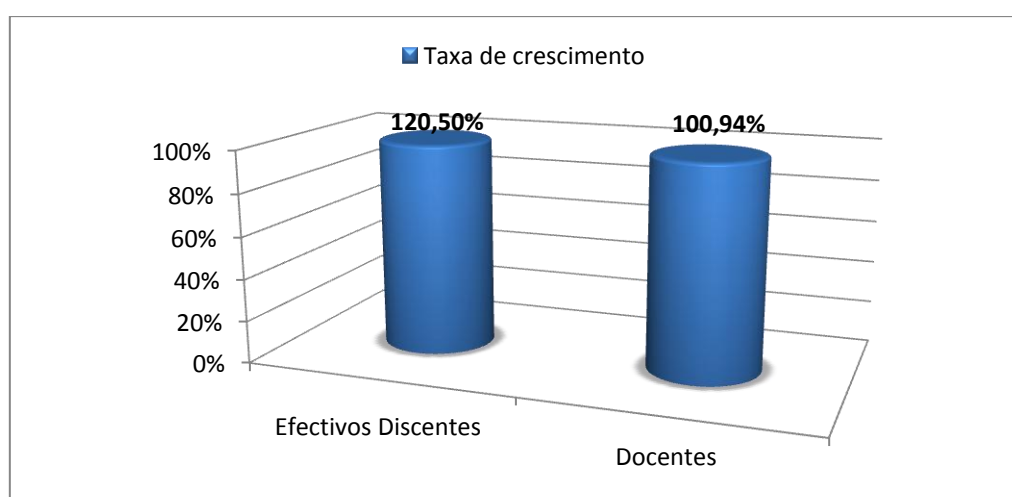
**Gráfico 3 - Número de Efetivos Discentes e Docentes no Ensino Primário e Secundário (2002/2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 9 – Taxa de Crescimento de Efetivos Discentes e Docentes no Ensino primário e Secundário (2002/2008)**

Ensino Primário/secundário	Taxa de crescimento (%)
Efectivos discentes	120.5% (2002-2008)
Docentes	100.94% (2002-2007)

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Económico, [efetivos discentes e docentes] (2002/2008)**

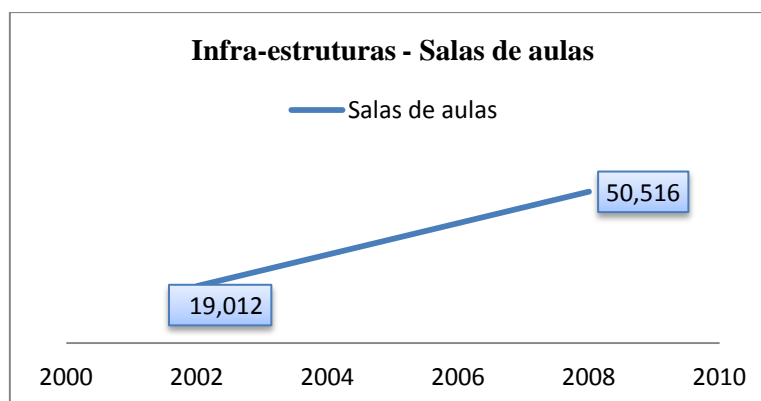
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)



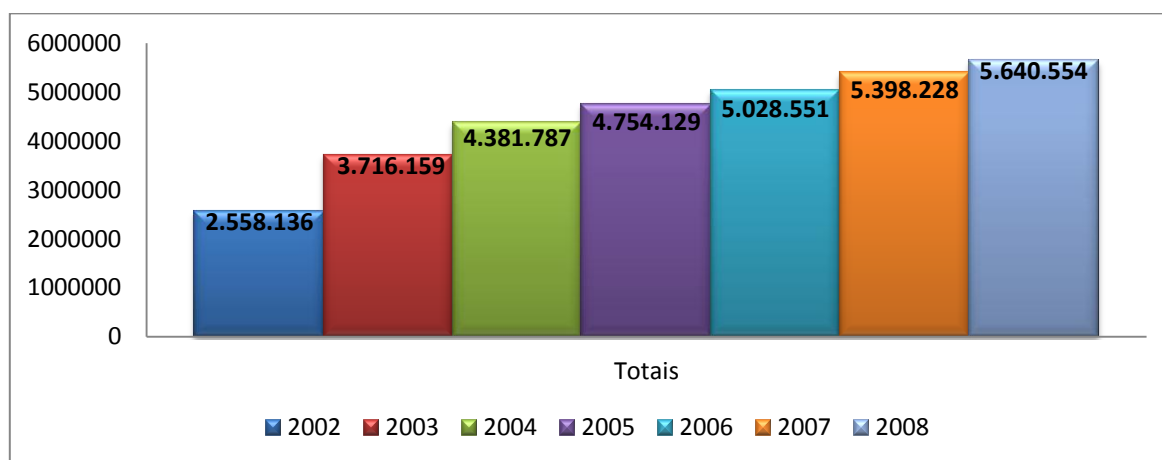
**Tabela 10 – Dados sobre aumento de infraestruturas (2002/2008)**

Infra-Estruturas	2002	2008
Salas de aula	19.012	50.516
<b>Total</b>	Aumento de 165,71%	

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 5 – Dados sobre aumento de infraestruturas [salas de aula] (2002/2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

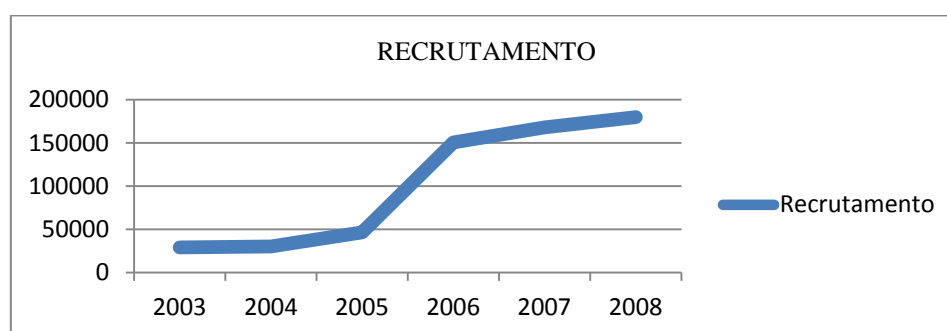
**Gráfico 6 - Evolução do número de alunos inseridos no sistema educativo (2002-2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

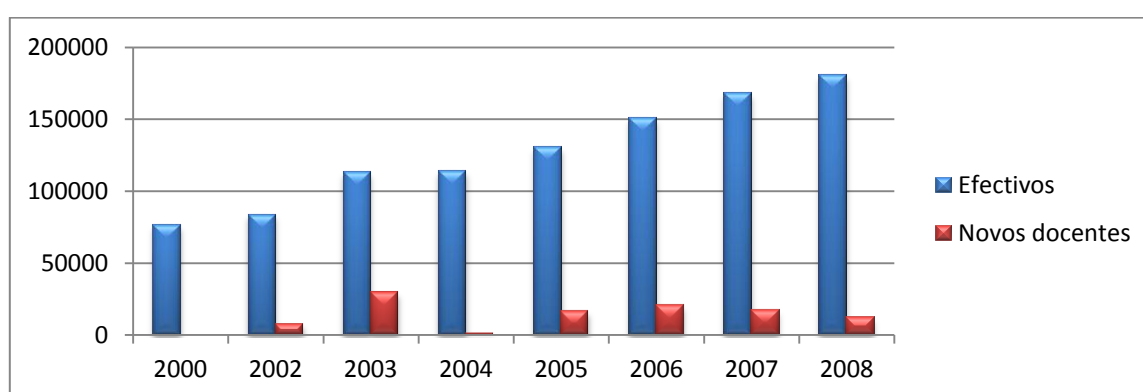
**Tabela 11 - Índice de alunos por subsistema de ensino (2002-2008)**

Níveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alfabetização	321.003	404.000	323.470	334.220	366.200	389.637	502.350
Iniciação	278.347	537.378	678.780	895.145	842.361	938.389	711.025
Primário	1.733.549	2.492.274	3.022.461	3.119.184	3.370.079	3.558.605	3.851.622
I Ciclo Secundário	115.475	164.654	197.735	233.698	270.662	316.664	363.210
II Ciclo Secundário	109.762	117.853	159.341	171.862	179.249	194.933	212.347
Geral	24.283	26.030	30.397	34.442	37.676	41.945	46.698
Técnico Profissional	53.018	56.833	67.328	74.235	76.363	85.903	96.635
Formação profissional	32.461	34.990	61.616	63.185	65.210	67.085	69.014

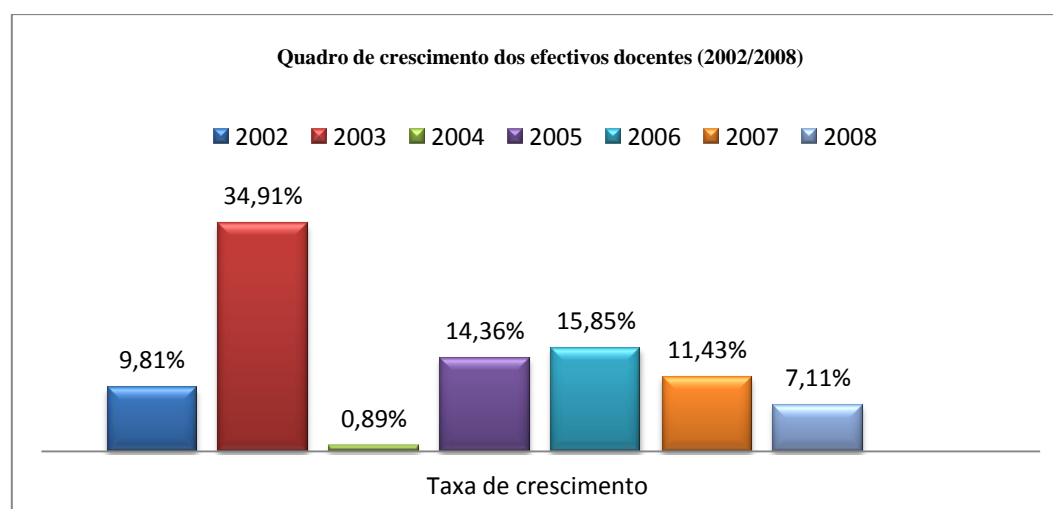
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 7 - Recrutamento de professores em todo o país**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 8 - Evolução do Corpo Docente (2002-2008)<sup>235</sup>**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 9 - Quadro de crescimento dos efectivos docentes (2002-2008)**

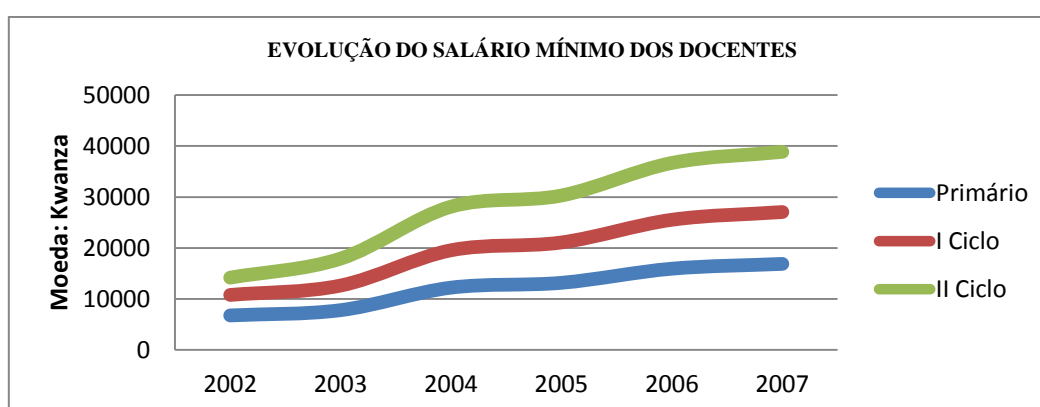
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>235</sup> Uma média de 32 alunos por cada professor

**Tabela 12 - Evolução do salário mínimo dos docentes**

	Primário	I Ciclo	II Ciclo
2002	6.750	10.800	14.175
2003	7.790	12.642	17.915
2004	12.219	19.550	28.104
2005	13.173	21.077	30.298
2006	15.950	25.520	36.685
2007	16.895	27.033	38.860

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

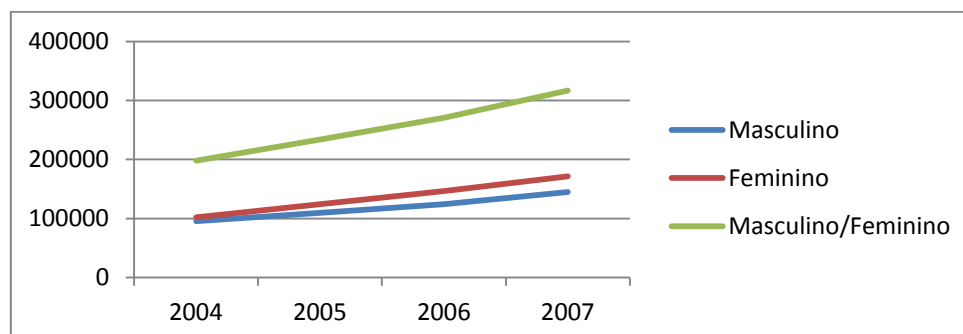
**Gráfico 10 – Evolução do Salário mínimo dos docentes**

Fonte: Dados disponibilizados pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística de Angola/Direção Nacional de Recursos Humanos/Ministério da Educação de Angola (GEPE/DNRH/MED)<sup>236</sup>

**Tabela 13 - Evolução do salário médio dos docentes**

2002	2003	2004	2005	2006	2007
10.125,00	11.648,00	18.329,00	19.760,00	22.330,00	23.654,00
14.513,00	18.694,00	28.826,00	31.615,00	31.900,00	33.791,00
27.000,00	65.472,00	65.376,00	70.223,00	81.100,00	85.908,00

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 11 - Participação no Ensino Secundário do Iº Ciclo por género**

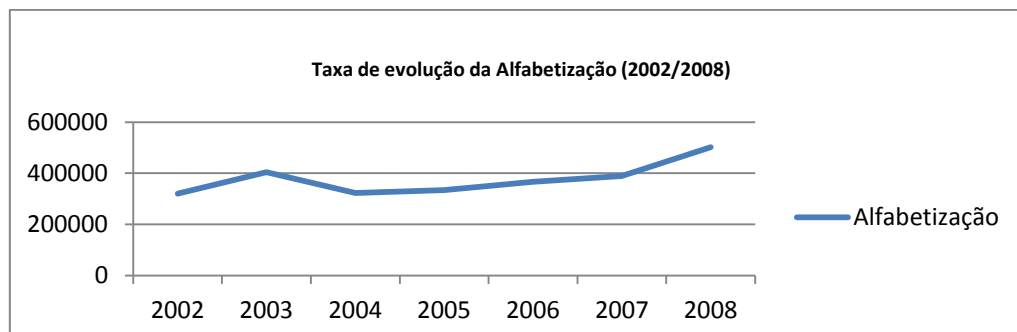
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>236</sup> Referências dos valores nominais, não estando a ser avaliadas as taxas de inflação no referido período.

**Tabela 14 - Taxa de Alfabetização**

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Alfabetização</b>	321,003	404,000	323,470	334,220	366,200	386,637	502,350

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

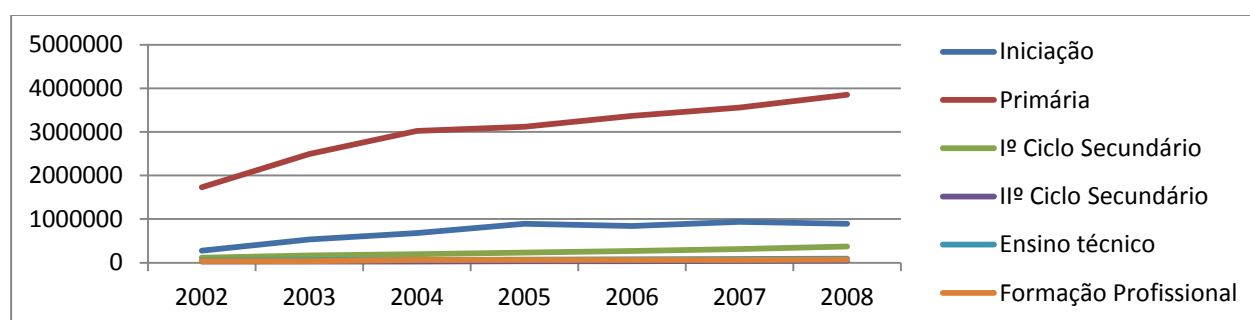
**Gráfico 12 – Taxa de Evolução da alfabetização (2002/2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)<sup>237</sup>

**Tabela 15 - População Escolar**

Anos	Iniciação	Primária	Iº Ciclo Secundário	IIº Ciclo Secundário	Ensino técnico	Formação Profissional
<b>2002</b>	278347	1733549	115475	24283	53018	32461
<b>2003</b>	537378	2492274	164654	26030	56833	34990
<b>2004</b>	678780	3022461	197735	30397	67328	61616
<b>2005</b>	895145	3119184	233698	34442	74235	63185
<b>2006</b>	842361	3370079	270662	37676	76363	65210
<b>2007</b>	938389	3558605	316664	41945	85903	67085
<b>2008</b>	893661	3851622	370485	46698	96635	69014

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 13 – População Escolar, por nível de ensino (2002/2008)**

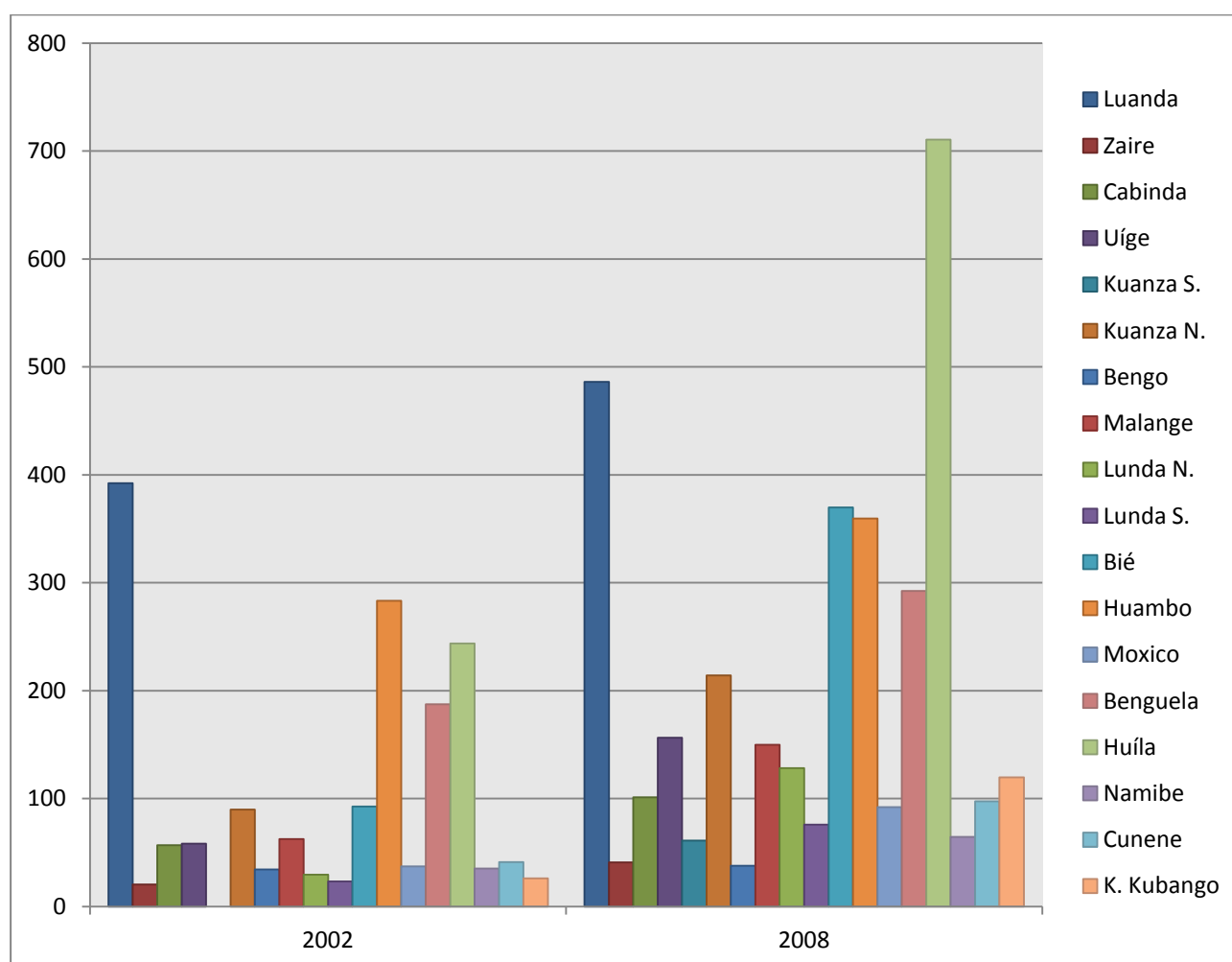
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>237</sup> No período em estudo (2002-2008) a média de alunos atendidos por ano foi de 377,269.

**Tabela 16 - Evolução dos alunos no ensino primário, por província (2002-2008)**

Ano/Província	Luanda	Zaire	Cabinda	Uíge	K. Sul	K. Norte	Bengo	Malange	L. Norte
2002	392,3	20,5	57,0	58,4	37,9	90,0	34,5	62,5	29,7
2008	486,2	40,9	101,3	156,4	61,1	214,3	37,9	150,0	128,3
Ano/Província	L. Sul	Bié	Huambo	Moxico	Benguela	Huíla	Namibe	Cunene	K. Kubango
2002	23,4	92,6	283,3	37,3	187,4	243,9	35,4	41,2	26,2
2008	75,9	369,9	259,5	92,2	292,5	710,5	64,5	97,6	119,7

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 14 - Evolução dos alunos no ensino primário, por província (2002-2008)**

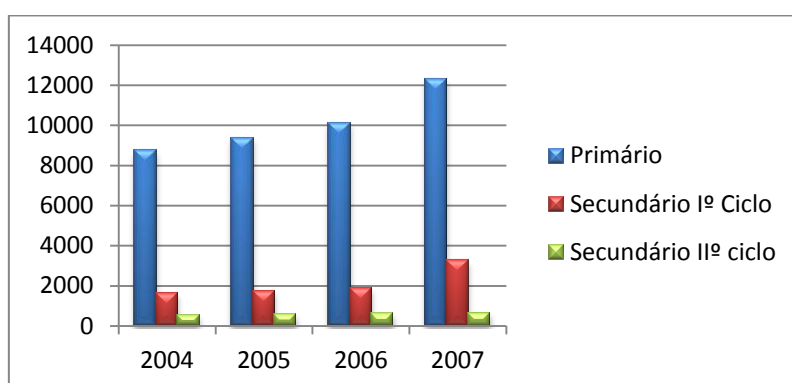
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)<sup>238</sup>

**Tabela 17 – Evolução do número de alunos inseridos no Ensino Especial (2004/2007)**

Anos	Primário	Secundário Iº Ciclo	Secundário IIº ciclo
2004	8751	1641	547
2005	9368	1756	585
2006	10128	1899	634
2007	12310	3248	655

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>238</sup> Dados, por milhares de alunos

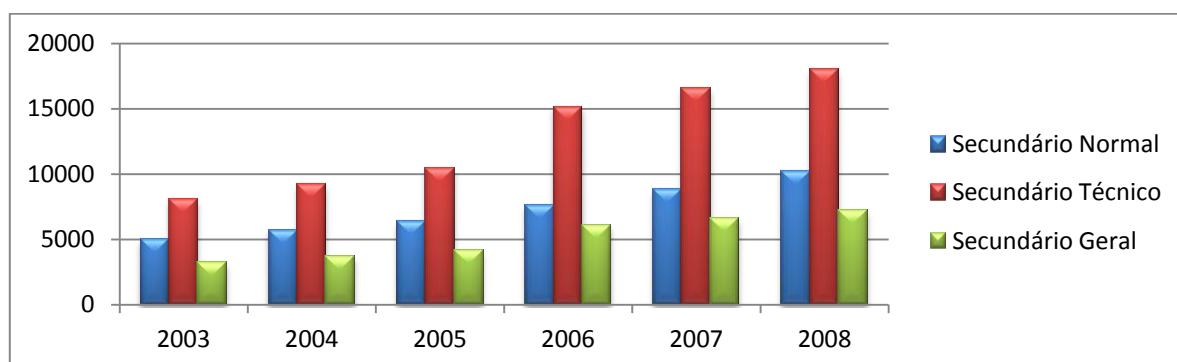
**Gráfico 15 - Evolução do número de alunos inseridos no Ensino Especial (2004/2007)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 18 - Técnicos formados (2003/2008)**

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008 <sup>239</sup>
Secundário Normal	4968	5646	6392	7595	8810	10220
Secundário Técnico	8047	9144	10391	15163	16506	17987
Secundário Geral	3218	3657	4156	6065	6602	7195

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 16 - Técnicos formados (2003/2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

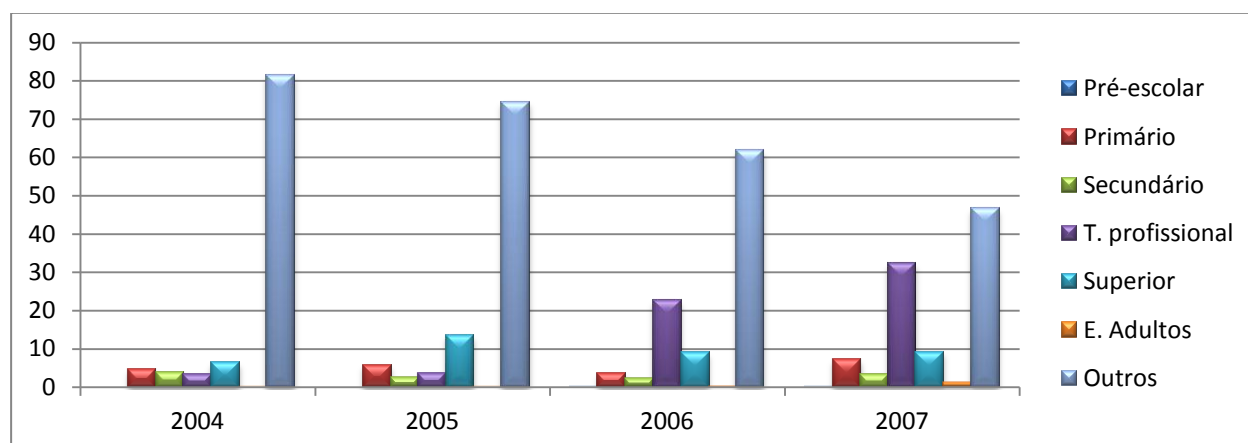
**Tabela 19 - Despesas com a educação <sup>240</sup> (2004-2007)**

	OGE	Pré-escolar	Primário	Secundário	T. Profissional	Superior	E. Adultos	Outros
2004	69.637.027.360	-	4,69%	3,98%	3,45%	6,5%	0,01%	81,37%
2005	55.561.821.774	-	5,77%	2,62%	3,75%	13,34%	0,03%	74,49%
2006	85.523.557.267	0,01%	3,75%	2,38%	22,66%	9,08%	0,28%	61,83%
2007	140.394.653.720	0,06%	7,22%	3,52%	32,16%	9,2%	1,15%	46,69%
2008	200.620.366.399	0,03%	18,05%	29,82%	0,28%	9,17%	0,65%	42,01%

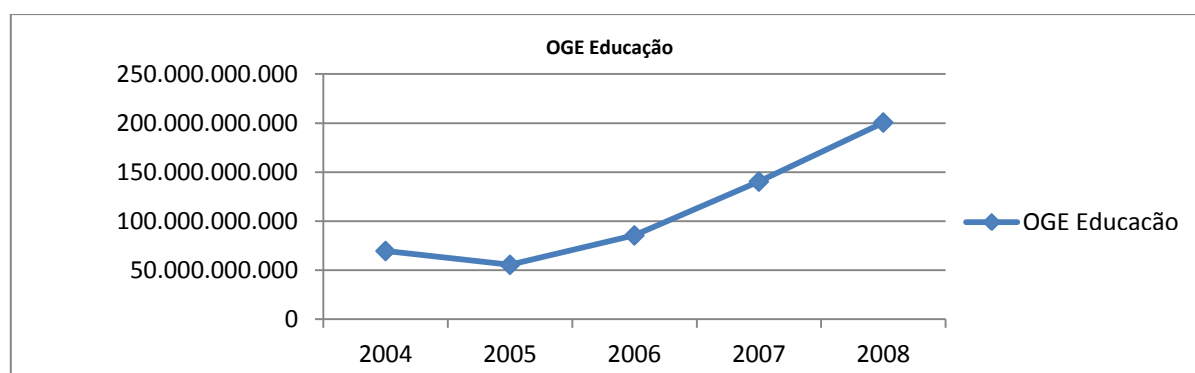
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>239</sup> Previsão

<sup>240</sup> em kwanzas

**Gráfico 17 - Despesas com a educação (2004/2007)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças de Angola (MINFIN)<sup>241</sup>

**Gráfico 18 - Gráfico do orçamento de Estado para a Educação<sup>242</sup> (2002-2008)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças de Angola

**Tabela 20 - Etapas da reforma educativa em Angola<sup>243</sup>**

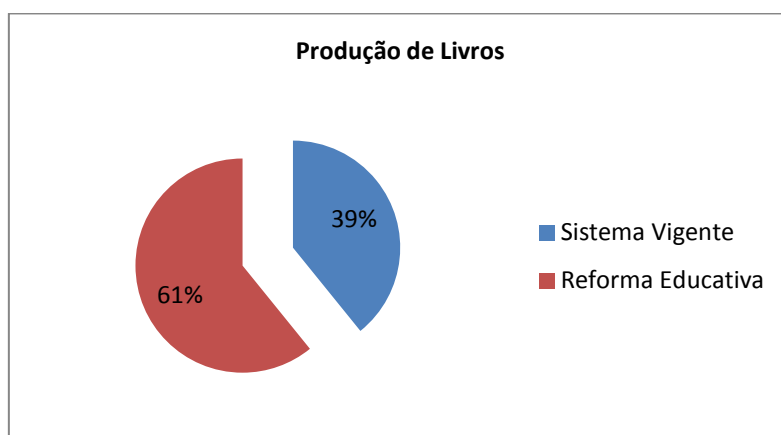
Etapa/Fase	Data	Objetivo
Etapa de Diagnóstico	Março/Junho 1986	Diagnóstico do antigo Sistema de Educação
Etapa de Conceção	1986-2001	Concepção do novo Sistema de Educação
Etapa de Implementação	2002-2012	Implementação do novo Sistema de Educação
Fase de Preparação	2002-2012	Elaboração de novos currículos; Formação; Apetrechamento de material
Fase de Experimentação	2004-2010	Aplicação em regime experimental
Fase de Avaliação/Correção	2005-2010	Recolha de sugestões e ideias
Fase de Generalização	2006-2011	Aplicação em todo o território nacional
Fase de avaliação global	A partir de 2012	Avaliar o novo Sistema de Educação

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>241</sup> Em percentagem

<sup>242</sup> em kuanzas

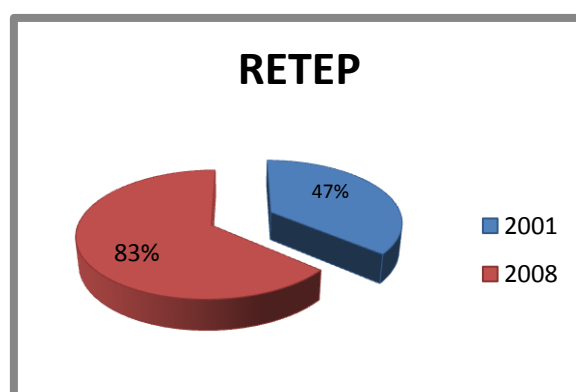
<sup>243</sup> Evolução da Educação e Ensino em Angola 2002-2008, Ministério da Educação de Angola, página 26

**Gráfico 19 - Aumento de produção de livros<sup>244</sup> (títulos por classe)**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 20 - Gráfico de efetivos escolares (2006-2007)**

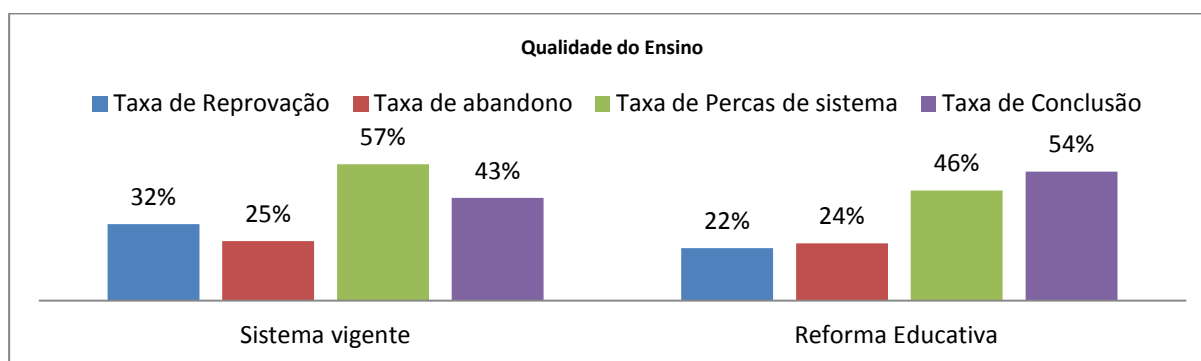
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 21 - RETEP – Reforma do Ensino Técnico Profissional**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)<sup>245</sup>

<sup>244</sup> A acompanhar esta evolução, o MED implementou a distribuição gratuita de manuais no ensino obrigatório e a liberalização da produção do livro escolar do segundo ciclo para as editoras.



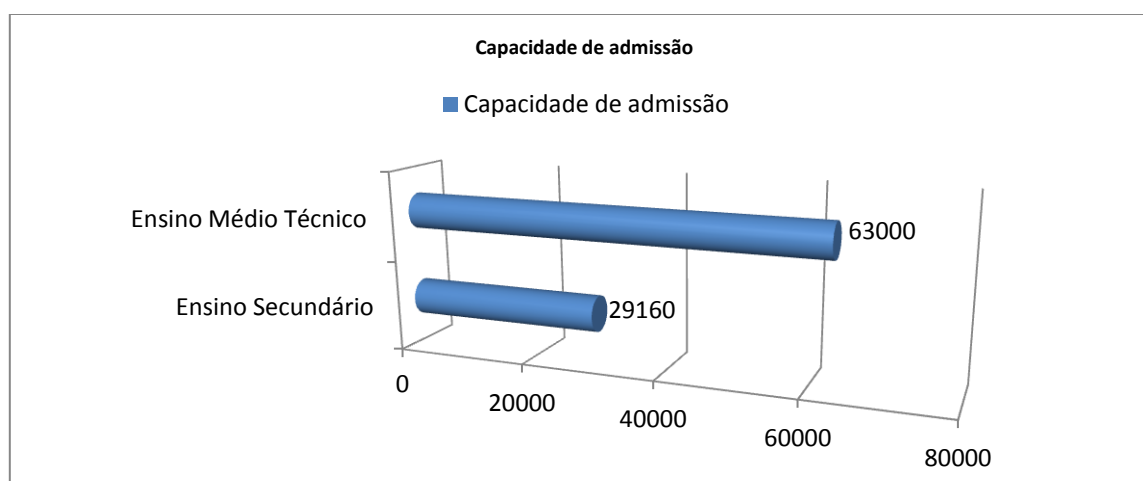
**Gráfico 22 – Qualidade do Ensino**

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 21 – Capacidade de admissão de alunos**

Nível de Ensino	Capacidade de admissão
Ensino Secundário	29,160 alunos
Ensino Médio Técnico	63,000 alunos

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Gráfico 23 – Capacidade de admissão de alunos**

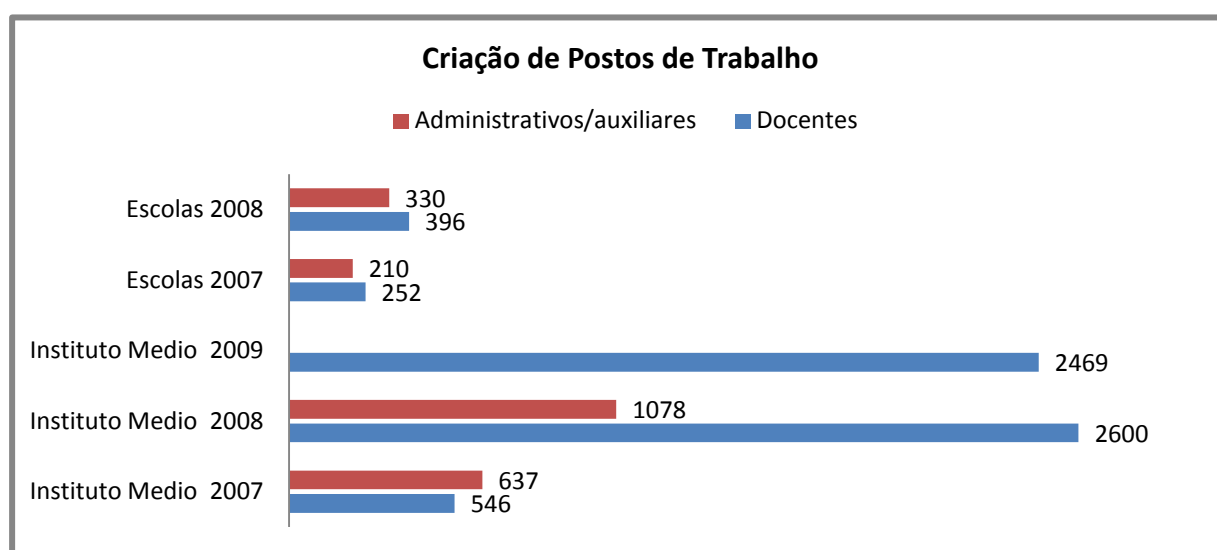
Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 22 - Criação de postos de trabalho**

Instituto	Instituto Medio 2007	Instituto Medio 2008	Instituto Medio 2009	Escolas 2007	Escolas 2008
Docentes	546	2600	2469	252	396
Administrativos/auxiliares	637	1078	-	210	330

Fonte: Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

<sup>245</sup> (Número de instituições destinadas ao ensino técnico profissional)

**Gráfico 24 – Criação de Postos de Trabalho**

**Fonte:** Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

**Tabela 23 - Evolução do número de alunos nas escolas**

Ano	Iniciação	I Nível	II Nível	III Nível	Médio	PUNIV	Total
1976	361446	592450	70933	8025	-	-	1032854
1977	416937	958676	94317	19010	-	-	1488940
1978	746328	1420739	113884	24663	-	-	2305614
1979	664500	1714817	176687	40272	-	-	2596276
1980	404255	1332297	160204	36433	-	-	1923189
1981	342316	1258861	111191	18025	-	-	1720393
1982	292429	1171430	105673	15640	-	-	1585172
1983	254136	1065025	132284	27971	-	-	1479416
1984	208459	870410	112054	29287	-	-	1220210
1985	227654	970698	130749	34745	-	-	1363246
1986	222161	1012303	127486	38302	-	-	1400252
1987	212733	1031314	109260	31702	-	-	1385009
1988	209171	1067906	123528	38513	-	-	1439118
1989	141882	1038126	112670	36167	-	-	1328840
1990	164146	990155	124873	34626	-	-	1313800
1996	-	835760	129879	63002	35993	11025	1.075.659
2001	-	1.372.666	229.483	115.475	73.695	20.472	440.497.666

**Fonte:** Dados disponibilizados pelo MED (Ministério da Educação de Angola)

## DOCUMENTOS

### Carta das Nações Unidas<sup>246</sup>

#### “Preâmbulo

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS. Em vista disso, nossos respetivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

#### CAPÍTULO I

##### PROPÓSITOS E PRINCÍPIOS

##### ARTIGO 1

Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

##### ARTIGO 2

A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros.
2. Todos os Membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta.
3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.
4. Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.
5. Todos os Membros darão às Nações toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta e se absterão de dar auxílio a qual Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.
6. A Organização fará com que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais.
7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.

#### CAPÍTULO II

<sup>246</sup> Excerto da Carta das Nações Unidas, traduzida em português, “DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura”, disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, consultado em 10 de Outubro de 2012.

**DOS MEMBROS****ARTIGO 3**

*Os Membros originais das Nações Unidas serão os Estados que, tendo participado da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, realizada em São Francisco, ou, tendo assinado previamente a Declaração das Nações Unidas, de 1 de janeiro de 1942, assinarem a presente Carta, e a ratificarem, de acordo com o Artigo 110.*

**ARTIGO 4**

*1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.*

*2. A admissão de qualquer desses Estados como Membros das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.*

**ARTIGO 5**

*O Membro das Nações Unidas, contra o qual for levada a efeito ação preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de Membro pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo conselho de Segurança.*

**ARTIGO 6**

*O Membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os Princípios contidos na presente Carta, poderá ser expulso da Organização pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.*

**CAPÍTULO III****ÓRGÃOS****ARTIGO 7**

*1. Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado.*

*2. Serão estabelecidos, de acordo com a presente Carta, os órgãos subsidiários considerados de necessidade.*

**ARTIGO 8**

*As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários.*

**CAPÍTULO IV****ASSEMBLÉIA GERAL****COMPOSIÇÃO****ARTIGO 9**

*1. A Assembleia Geral será constituída por todos os Membros das Nações Unidas.*

*2. Cada Membro não deverá ter mais de cinco representantes na Assembleia Geral.*

**FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES****ARTIGO 10**

*A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos e, com exceção do que fica estipulado no Artigo 12, poderá fazer recomendações aos Membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles, conjuntamente, com referência a qualquer daquelas questões ou assuntos.*

**ARTIGO 11**

*1. A Assembleia Geral poderá considerar os princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais, inclusive os princípios que disponham sobre o desarmamento e a regulamentação dos armamentos, e poderá fazer recomendações relativas a tais princípios aos Membros ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles conjuntamente.*

*2. A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, que a ela forem submetidas por qualquer Membro das Nações Unidas, ou pelo Conselho de Segurança, ou por um Estado que não seja Membro das Nações Unidas, de acordo com o Artigo 35, parágrafo 2, e, com exceção do que fica estipulado no Artigo 12, poderá fazer recomendações relativas a quaisquer destas questões ao Estado ou Estados interessados, ou ao Conselho de Segurança ou a ambos. Qualquer destas questões, para cuja solução for necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão.*

3. A Assembleia Geral poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança para situações que possam constituir ameaça à paz e à segurança internacionais. As atribuições da Assembleia Geral enumeradas neste Artigo não limitarão a finalidade geral do Artigo 10.

#### **ARTIGO 12**

1. Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite.

2. O Secretário-Geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem sendo tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral, ou aos Membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos.

#### **ARTIGO 13**

1. A Assembleia Geral iniciará estudos e fará recomendações, destinados a:

a) Promover cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação;

b) Promover cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

2. As demais responsabilidades, funções e atribuições da Assembleia Geral, em relação aos assuntos mencionados no parágrafo 1(b) acima, estão enumeradas nos Capítulos IX e X.

**ARTIGO 14** - A Assembleia Geral, sujeita aos dispositivos do Artigo 12, poderá recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação, qualquer que seja sua origem, que lhe pareça prejudicial ao bem-estar geral ou às relações amistosas entre as nações, inclusive em situações que resultem da violação dos dispositivos da presente Carta que estabelecem os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

#### **ARTIGO 15**

1. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios anuais e especiais do Conselho de Segurança. Esses relatórios incluirão uma relação das medidas que o Conselho de Segurança tenha adotado ou aplicado a fim de manter a paz e a segurança internacionais.

2. A Assembleia Geral receberá e examinará os relatórios dos outros órgãos das Nações Unidas.

#### **ARTIGO 16**

A Assembleia Geral desempenhará, com relação ao sistema internacional de tutela, as funções a ela atribuídas nos Capítulos XII e XIII, inclusive a aprovação de acordos de tutela referentes às zonas não designadas como estratégias.

#### **ARTIGO 17**

1. A Assembleia Geral considerará e aprovará o orçamento da organização.

2. As despesas da Organização serão custeadas pelos Membros, segundo cotas fixadas pela Assembleia Geral.

3. A Assembleia Geral considerará e aprovará quaisquer ajustes financeiros e orçamentários com as entidades especializadas, a que se refere o Artigo 57 e examinará os orçamentos administrativos de tais instituições especializadas com o fim de lhes fazer recomendações.

#### **VOTAÇÃO**

#### **ARTIGO 18**

1. Cada Membro da Assembleia Geral terá um voto.

2. As decisões da Assembleia Geral, em questões importantes, serão tomadas por maioria de dois terços dos Membros presentes e votantes. Essas questões compreenderão: recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais; à eleição dos Membros não permanentes do Conselho de Segurança; à eleição dos Membros do Conselho Econômico e Social; à eleição dos Membros do Conselho de Tutela, de acordo como parágrafo 1 (c) do Artigo 86; à admissão de novos Membros das Nações Unidas; à suspensão dos direitos e privilégios de Membros; à expulsão dos Membros; questões referentes ao funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentárias.

3. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de categoria adicionais de assuntos a serem debatidos por uma maioria dos membros presentes e que votem.

#### **ARTIGO 19**

O Membro das Nações Unidas que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembleia Geral, se o total de suas contribuições atrasadas igualar ou exceder a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos. A Assembleia Geral poderá entretanto, permitir que o referido Membro vote, se ficar provado que a falta de pagamento é devida a condições independentes de sua vontade.

#### **PROCESSO**

**ARTIGO 20**

A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões anuais regulares e em sessões especiais exigidas pelas circunstâncias. As sessões especiais serão convocadas pelo Secretário- Geral, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos Membros das Nações Unidas.

**ARTIGO 21**

A Assembleia Geral adotará suas regras de processo e elegerá seu presidente para cada sessão.

**ARTIGO 22**

A Assembleia Geral poderá estabelecer os órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho de suas funções.

**CAPITULO V****CONSELHO DE SEGURANÇA****COMPOSIÇÃO****ARTIGO 23**

1. O Conselho de Segurança será composto de quinze Membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos Membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização e também a distribuição geográfica equitativa.

2. Os membros não permanentes do Conselho de Segurança serão eleitos por um período de dois anos. Na primeira eleição dos Membros não permanentes do Conselho de Segurança, que se celebre depois de haver-se aumentado de onze para quinze o número de membros do Conselho de Segurança, dois dos quatro membros novos serão eleitos por um período de um ano. Nenhum membro que termine seu mandato poderá ser reeleito para o período imediato.

3. Cada Membro do Conselho de Segurança terá um representante.

**FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES****ARTIGO 24**

1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles.

2. No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas. As atribuições específicas do Conselho de Segurança para o cumprimento desses deveres estão enumeradas nos Capítulos VI, VII, VIII e XII.

3. O Conselho de Segurança submeterá relatórios anuais e, quando necessário, especiais à Assembleia-Geral para sua consideração.

**ARTIGO 25**

Os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.

**ARTIGO 26**

A fim de promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais, desviando para armamentos o menos possível dos recursos humanos e econômicos do mundo, o Conselho de Segurança terá o encargo de formular, com a assistência da Comissão de Estado-Maior, a que se refere o Artigo 47, os planos a serem submetidos aos Membros das Nações Unidas, para o estabelecimento de um sistema de regulamentação dos armamentos.

**VOTAÇÃO****ARTIGO 27**

1. Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.

2. As decisões do conselho de Segurança, em questões processuais, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove Membros.

3. As decisões do Conselho de Segurança, em todos os outros assuntos, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove membros, inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes, ficando estabelecido que, nas decisões previstas no Capítulo VI e no parágrafo 3 do Artigo 52, aquele que for parte em uma controvérsia se absterá de votar.

**PROCESSO****ARTIGO 28**

*1. O Conselho de Segurança será organizado de maneira que possa funcionar continuamente. Cada membro do Conselho de Segurança será, para tal fim, em todos os momentos, representado na sede da Organização.*

*2. O Conselho de Segurança terá reuniões periódicas, nas quais cada um de seus membros poderá, se assim o desejar, ser representado por um membro do governo ou por outro representante especialmente designado.*

*3. O Conselho de Segurança poderá reunir-se em outros lugares, fora da sede da Organização, e que, a seu juízo, possam facilitar o seu trabalho.*

#### **ARTIGO 29**

*O Conselho de Segurança poderá estabelecer órgãos subsidiários que julgar necessários para o desempenho de suas funções.*

#### **ARTIGO 30**

*O Conselho de Segurança adotará seu próprio regulamento interno, que incluirá o método de escolha de seu Presidente.*

#### **ARTIGO 31**

*Qualquer membro das Nações Unidas, que não for membro do Conselho de Segurança, ou qualquer Estado que não for Membro das Nações Unidas será convidado, desde que seja parte em uma controvérsia submetida ao Conselho de Segurança a participar, sem voto, na discussão dessa controvérsia. O Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas para a participação de um Estado que não for Membro das Nações Unidas.*

#### **ARTIGO 32**

*Qualquer Membro das Nações Unidas que não for Membro do Conselho de Segurança, ou qualquer Estado que não for Membro das Nações Unidas será convidado, desde que seja parte em uma controvérsia submetida ao Conselho de Segurança, a participar, sem voto, na discussão dessa controvérsia. O Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas para a participação de um Estado que não for Membro das Nações Unidas.*

### **CAPÍTULO VI**

#### **SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS**

#### **ARTIGO 33**

*1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.*

*2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias.*

#### **ARTIGO 34**

*O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.*

#### **ARTIGO 35**

*1. Qualquer Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia, ou qualquer situação, da natureza das que se acham previstas no Artigo 34.*

*2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a essa controvérsia, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta.*

*3. Os atos da Assembleia Geral, a respeito dos assuntos submetidos à sua atenção, de acordo com este Artigo, serão sujeitos aos dispositivos dos Artigos 11 e 12.*

#### **ARTIGO 36**

*1. O conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados.*

*2. O Conselho de Segurança deverá tomar em consideração quaisquer procedimentos para a solução de uma controvérsia que já tenham sido adotados pelas partes.*

*3. Ao fazer recomendações, de acordo com este Artigo, o Conselho de Segurança deverá tomar em consideração que as controvérsias de caráter jurídico devem, em regra geral, ser submetidas pelas partes à Corte Internacional de Justiça, de acordo com os dispositivos do Estatuto da Corte.*

#### **ARTIGO 37**

1. No caso em que as partes em controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 não conseguirem resolver a mesma pelos meios indicados no mesmo Artigo, deverão submetê-la ao Conselho de Segurança.

2. O Conselho de Segurança, caso julgue que a continuação dessa controvérsia poderá realmente constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais, decidirá sobre a conveniência de agir de acordo com o Artigo 36 ou recomendar as condições que lhe parecerem apropriadas à sua solução.

#### **ARTIGO 38**

Sem prejuízo dos dispositivos dos Artigos 33 a 37, o Conselho de Segurança poderá, se todas as partes em uma controvérsia assim o solicitarem, fazer recomendações às partes, tendo em vista uma solução pacífica da controvérsia.

### **CAPÍTULO VII**

#### **AÇÃO RELATIVA A AMEAÇAS À PAZ, RUPTURA DA PAZ E ATOS DE AGRESSÃO**

#### **ARTIGO 39**

O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

#### **ARTIGO 40**

A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões, nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.

#### **ARTIGO 41**

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

#### **ARTIGO 42**

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

#### **ARTIGO 43**

1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.

2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, seu grau de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas.

3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, de conformidade com seus respectivos processos constitucionais.

#### **ARTIGO 44**

Quando o Conselho de Segurança decidir o emprego de força, deverá, antes de solicitar a um Membro nele não representado o fornecimento de forças armadas em cumprimento das obrigações assumidas em virtude do Artigo 43, convidar o referido Membro, se este assim o desejar, a participar das decisões do Conselho de Segurança relativas ao emprego de contingentes das forças armadas do dito Membro.

#### **ARTIGO 45**

A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os Membros das Nações Unidas deverão manter, imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional. A potência e o grau de preparação desses contingentes, como os planos de ação combinada, serão determinados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado-Maior, dentro dos limites estabelecidos no acordo ou acordos especiais a que se refere o Artigo 43.

#### **ARTIGO 46**

O Conselho de Segurança, com a assistência da Comissão de Estado-Maior, fará planos para a aplicação das forças armadas.

#### **ARTIGO 47**



*1. Será estabelecida uma Comissão de Estado-Maior destinada a orientar e assistir o Conselho de Segurança, em todas as questões relativas às exigências militares do mesmo Conselho, para manutenção da paz e da segurança internacionais, utilização e comando das forças colocadas à sua disposição, regulamentação de armamentos e possível desarmamento.*

*2. A Comissão de Estado-Maior será composta dos Chefes de Estado-Maior dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança ou de seus representantes. Todo Membro das Nações Unidas que não estiver permanentemente representado na Comissão será por esta convidado a tomar parte nos seus trabalhos, sempre que a sua participação for necessária ao eficiente cumprimento das responsabilidades da Comissão.*

*3. A Comissão de Estado-Maior será responsável, sob a autoridade do Conselho de Segurança, pela direção estratégica de todas as forças armadas postas à disposição do dito Conselho. As questões relativas ao comando dessas forças serão resolvidas ulteriormente.*

*4. A Comissão de Estado-Maior, com autorização do Conselho de Segurança e depois de consultar os organismos regionais adequados, poderá estabelecer subcomissões regionais.*

#### **ARTIGO 48**

*1. A ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os Membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança.*

*2. Essas decisões serão executadas pelos Membros das Nações Unidas diretamente e, por seu intermédio, nos organismos internacionais apropriados de que façam parte.*

#### **ARTIGO 49**

*Os Membros das Nações Unidas prestar-se-ão assistência mútua para a execução das medidas determinadas pelo Conselho de Segurança.*

#### **ARTIGO 50**

*No caso de serem tomadas medidas preventivas ou coercitivas contra um Estado pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado, Membro ou não das Nações Unidas, que se sinta em presença de problemas especiais de natureza econômica, resultantes da execução daquelas medidas, terá o direito de consultar o Conselho de Segurança a respeito da solução de tais problemas.*

#### **ARTIGO 51**

*Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.*

### **CAPÍTULO VIII ACORDOS REGIONAIS**

#### **ARTIGO 52**

*1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.*

*2. Os Membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todo os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança.*

*3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio conselho de Segurança.*

*4. Este Artigo não prejudica, de modo algum, a aplicação dos Artigos 34 e 35.*

#### **ARTIGO 53**

*1. O Conselho de Segurança utilizará, quando for o caso, tais acordos e entidades regionais para uma ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito de conformidade com acordos ou entidades regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com exceção das medidas contra um Estado inimigo como está definido no parágrafo 2 deste Artigo, que forem determinadas em consequência do Artigo 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até o momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir toda nova agressão por parte de tal Estado.*

*2. O termo Estado inimigo, usado no parágrafo 1 deste Artigo, aplica-se a qualquer Estado que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi inimigo de qualquer signatário da presente Carta.*

#### **ARTIGO 54**

*O Conselho de Segurança será sempre informado de toda ação empreendida ou projetada de conformidade com os acordos ou entidades regionais para manutenção da paz e da segurança internacionais.*

## **CAPÍTULO IX COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ECONÔMICA E SOCIAL**

### **ARTIGO 55**

*Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:*

*a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;*

*b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional;*

*c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.*

### **ARTIGO 56**

*Para a realização dos propósitos enumerados no Artigo 55, todos os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente.*

### **ARTIGO 57**

*1. As várias entidades especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos, nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas, de conformidade com as disposições do Artigo 63.*

*2. Tais entidades assim vinculadas às Nações Unidas serão designadas, daqui por diante, como entidades especializadas.*

### **ARTIGO 58**

*A Organização fará recomendação para coordenação dos programas e atividades das entidades especializadas.*

### **ARTIGO 59**

*A Organização, quando julgar conveniente, iniciará negociações entre os Estados interessados para a criação de novas entidades especializadas que forem necessárias ao cumprimento dos propósitos enumerados no Artigo 55.*

### **ARTIGO 60**

*A Assembleia Geral e, sob sua autoridade, o Conselho Econômico e Social, que dispões, para esse efeito, da competência que lhe é atribuída no Capítulo X, são incumbidos de exercer as funções da Organização estipuladas no presente Capítulo.*

## **CAPÍTULO X CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL COMPOSIÇÃO**

### **ARTIGO 61**

*1. O Conselho Econômico e Social será composto de cinquenta e quatro Membros das Nações Unidas eleitos pela Assembleia Geral.*

*2. De acordo com os dispositivos do parágrafo 3, dezoito Membros do Conselho Econômico e Social serão eleitos cada ano para um período de três anos, podendo, ao terminar esse prazo, ser reeleitos para o período seguinte.*

*3. Na primeira eleição a realizar-se depois de elevado de vinte e sete para cinquenta e quatro o número de Membros do Conselho Econômico e Social, além dos Membros que forem eleitos para substituir os nove Membros, cujo mandato expira no fim desse ano, serão eleitos outros vinte e sete Membros. O mandato de nove destes vinte e sete Membros suplementares assim eleitos expirará no fim de um ano e o de nove outros no fim de dois anos, de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral.*

*4. Cada Membro do Conselho Econômico e social terá nele um representante.*

## **FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES**

### **ARTIGO 62**

*1. O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas.*

*2. Poderá, igualmente, fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos.*

3. Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência.

4. Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência.

#### **ARTIGO 63**

1. O Conselho Econômico e Social poderá estabelecer acordos com qualquer das entidades a que se refere o Artigo 57, a fim de determinar as condições em que a entidade interessada será vinculada às Nações Unidas. Tais acordos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

2. Poderá coordenar as atividades das entidades especializadas, por meio de consultas e recomendações às mesmas e de recomendações à Assembleia Geral e aos Membros das Nações Unidas.

#### **ARTIGO 64**

1. O Conselho Econômico e Social poderá tomar as medidas adequadas a fim de obter relatórios regulares das entidades especializadas. Poderá entrar em entendimentos com os Membros das Nações Unidas e com as entidades especializadas, a fim de obter relatórios sobre as medidas tomadas para cumprimento de suas próprias recomendações e das que forem feitas pela Assembleia-Geral sobre assuntos da competência do Conselho.

2. Poderá comunicar à Assembleia Geral suas observações a respeito desses relatórios.

#### **ARTIGO 65**

O Conselho Econômico e Social poderá fornecer informações ao Conselho de Segurança e, a pedido deste, prestar-lhe assistência.

#### **ARTIGO 66**

1. O Conselho Econômico e Social desempenhará as funções que forem de sua competência em relação ao cumprimento das recomendações da Assembleia Geral.

2. Poderá mediante aprovação da Assembleia Geral, prestar os serviços que lhe forem solicitados pelos Membros das Nações Unidas e pelas entidades especializadas.

3. Desempenhará as demais funções específicas em outras partes da presente Carta ou as que forem atribuídas pela Assembleia Geral.

#### **VOTAÇÃO**

#### **ARTIGO 67**

1. Cada Membro do Conselho Econômico e Social terá um voto.

2. As decisões do Conselho Econômico e Social serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

#### **PROCESSO**

#### **ARTIGO 68**

O Conselho Econômico e Social criará comissões para os assuntos econômicos e sociais e a proteção dos direitos humanos assim como outras comissões que forem necessárias para o desempenho de suas funções.

#### **ARTIGO 69**

O Conselho Econômico e Social poderá convidar qualquer Membro das Nações Unidas a tomar parte, sem voto, em suas deliberações sobre qualquer assunto que interesse particularmente a esse Membro.

#### **ARTIGO 70**

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos para que representantes das entidades especializadas tomem parte, sem voto, em suas deliberações e nas das comissões por ele criadas, e para que os seus próprios representantes tomem parte nas deliberações das entidades especializadas.

#### **ARTIGO 71**

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso.

#### **ARTIGO 72**

1. O Conselho Econômico e Social adotará seu próprio regulamento, que incluirá o método de escolha de seu Presidente.

2. O Conselho Econômico e Social reunir-se-á quando for necessário, de acordo com o seu regulamento, o qual deverá incluir disposições referentes à convocação de reuniões a pedido da maioria dos Membros.

## **CAPÍTULO XI**

### **DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS SEM GOVERNO PRÓPRIO**

#### **ARTIGO 73**

Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a:

a) Assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso;

b) Desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;

c) Consolidar a paz e a segurança internacionais;

d) Promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for o caso, com entidades internacionais especializadas, com vistas à realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica, enumerados neste Artigo;

e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respetivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta.

#### **ARTIGO 74**

Os Membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política com relação aos territórios a que se aplica o presente Capítulo deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem-estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, econômicas e comerciais.

## **CAPÍTULO XII**

### **SISTEMA INTERNACIONAL DE TUTELA**

#### **ARTIGO 75**

As nações Unidas estabelecerão sob sua autoridade um sistema internacional de tutela para a administração e fiscalização dos territórios que possam ser colocados sob tal sistema em consequência de futuros acordos individuais. Esses territórios serão, daqui em diante, mencionados como territórios tutelados.

**ARTIGO 76** - Os objetivos básicos do sistema de tutela, de acordo com os Propósitos das Nações Unidas enumerados no Artigo 1 da presente Carta serão:

a) Favorecer a paz e a segurança internacionais;

b) Fomentar o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e de seus habitantes e aos desejos livremente expressos dos povos interessados e como for previsto nos termos de cada acordo de tutela;

c) Estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo língua ou religião e favorecer o reconhecimento da interdependência de todos os povos;

d) Assegurar igualdade de tratamento nos domínios social, econômico e comercial para todos os Membros das nações Unidas e seus nacionais e, para estes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objetivos acima expostos e sob reserva das disposições do Artigo 80.

#### **ARTIGO 77**

1. O sistema de tutela será aplicado aos territórios das categorias seguintes, que venham a ser colocados sob tal sistema por meio de acordos de tutela:

a) Territórios atualmente sob mandato;

b) Territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da Segunda Guerra Mundial;

c) Territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por Estados responsáveis pela sua administração.

2. Será objeto de acordo ulterior a determinação dos territórios das categorias acima mencionadas a serem colocados sob o sistema de tutela e das condições em que o serão.

#### **ARTIGO 78**

*O sistema de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado Membros das Nações Unidas, cujas relações mútuas deverão basear-se no respeito ao princípio da igualdade soberana.*

#### **ARTIGO 79**

*As condições de tutela em que cada território será colocado sob este sistema, bem como qualquer alteração ou emenda, serão determinadas por acordo entre os Estados diretamente interessados, inclusive a potência mandatária no caso de território sob mandato de um Membro das Nações Unidas e serão aprovadas de conformidade com as disposições dos Artigos 83 e 85.*

#### **ARTIGO 80**

*1. Salvo o que for estabelecido em acordos individuais de tutela, feitos de conformidade com os Artigos 77, 79 e 81, pelos quais se coloque cada território sob este sistema e até que tais acordos tenham sido concluídos, nada neste Capítulo será interpretado como alteração de qualquer espécie nos direitos de qualquer Estado ou povo ou dos termos dos atos internacionais vigentes em que os Membros das Nações Unidas forem partes.*

*2. O parágrafo 1 deste Artigo não será interpretado como motivo para demora ou adiamento da negociação e conclusão de acordos destinados a colocar territórios dentro do sistema de tutela, conforme as disposições do Artigo 77.*

#### **ARTIGO 81**

*O acordo de tutela deverá, em cada caso, incluir as condições sob as quais o território tutelado será administrado e designar a autoridade que exercerá essa administração. Tal autoridade, daqui por diante chamada a autoridade administradora, poderá ser um ou mais Estados ou a própria Organização.*

#### **ARTIGO 82**

*Poderão designar-se, em qualquer acordo de tutela, uma ou várias zonas estratégicas, que compreendam parte ou a totalidade do território tutelado a que o mesmo se aplique, sem prejuízo de qualquer acordo ou acordos especiais feitos de conformidade com o Artigo 43.*

#### **ARTIGO 83**

*1. Todas as funções atribuídas às Nações Unidas relativamente às zonas estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela, assim como de sua alteração ou emendas, serão exercidas pelo Conselho de Segurança.*

*2. Os objetivos básicos enumerados no Artigo 76 serão aplicáveis aos habitantes de cada zona estratégica.*

*3. O Conselho de Segurança, ressalvadas as disposições dos acordos de tutela e sem prejuízo das exigências de segurança, poderá valer-se da assistência do Conselho de Tutela para desempenhar as funções que cabem às Nações Unidas pelo sistema de tutela, relativamente a matérias políticas, econômicas, sociais ou educacionais dentro das zonas estratégicas.*

#### **ARTIGO 84**

*A autoridade administradora terá o dever de assegurar que o território tutelado preste sua colaboração à manutenção da paz e da segurança internacionais. Para tal fim, a autoridade administradora poderá fazer uso de forças voluntárias, de facilidades e da ajuda do território tutelado para o desempenho das obrigações por ele assumidas a este respeito perante o Conselho de Segurança, assim como para a defesa local e para a manutenção da lei e da ordem dentro do território tutelado.*

#### **ARTIGO 85**

*1. As funções das Nações Unidas relativas a acordos de tutela para todas as zonas não designadas como estratégias, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela e de sua alteração ou emenda, serão exercidas pela Assembleia Geral.*

*2. O Conselho de Tutela, que funcionará sob a autoridade da Assembleia Geral, auxiliará esta no desempenho dessas atribuições.*

### **CAPÍTULO XIII**

#### **CONSELHO DE TUTELA**

#### **COMPOSIÇÃO**

#### **ARTIGO 86**

*1. O Conselho de Tutela será composto dos seguintes Membros das Nações Unidas:*

- a) Os Membros que administrem territórios tutelados;*
- b) Aqueles dentre os Membros mencionados nominalmente no Artigo 23, que não estiverem administrando territórios tutelados; e*
- c) Quantos outros Membros eleitos por um período de três anos, pela Assembleia Geral, sejam necessários para assegurar que o número total de Membros do Conselho de Tutela fique igualmente dividido entre os Membros das Nações Unidas que administrem territórios tutelados e aqueles que o não fazem.*

*2. Cada Membro do Conselho de Tutela designará uma pessoa especialmente qualificada para representá-lo perante o Conselho.*

**FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES****ARTIGO 87**

A Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho de Tutela, no desempenho de suas funções, poderão:

- a) Examinar os relatórios que lhes tenham sido submetidos pela autoridade administradora;
- b) Aceitar petições e examiná-las, em consulta com a autoridade administradora;
- c) Providenciar sobre visitas periódicas aos territórios tutelados em épocas fixadas de acordo com a autoridade administradora;
- d) Tomar estas e outras medidas de conformidade com os termos dos acordos de tutela.

**ARTIGO 88**

O Conselho de Tutela formulará um questionário sobre o adiantamento político, econômico, social e educacional dos habitantes de cada território tutelado e a autoridade administradora de cada um destes territórios, dentro da competência da Assembleia Geral, fará um relatório anual à Assembleia, baseado no referido questionário.

**VOTAÇÃO****ARTIGO 89**

1. Cada Membro do Conselho de Tutela terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Tutela serão tomadas por uma maioria dos membros presentes e votantes.

**PROCESSO****ARTIGO 90**

1. O Conselho de Tutela adotará seu próprio regulamento que incluirá o método de escolha de seu Presidente.
2. O Conselho de Tutela reunir-se-á quando for necessário, de acordo com o seu regulamento, que incluirá uma disposição referente à convocação de reuniões a pedido da maioria dos seus membros.

**ARTIGO 91**

O Conselho de Tutela valer-se-á, quando for necessário, da colaboração do Conselho Econômico e Social e das entidades especializadas, a respeito das matérias em que estas e aquele sejam respetivamente interessados.

**CAPÍTULO XIV****CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA****ARTIGO 92**

A Corte Internacional de Justiça será o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Funcionará de acordo com o Estatuto anexo, que é baseado no Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional e faz parte integrante da presente Carta.

**ARTIGO 93**

1. Todos os Membros das Nações Unidas são de facto partes do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá tornar-se parte no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, em condições que serão determinadas, em cada caso, pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

**ARTIGO 94**

1. Cada Membro das Nações Unidas se compromete a conformar-se com a decisão da Corte Internacional de Justiça em qualquer caso em que for parte.
2. Se uma das partes num caso deixar de cumprir as obrigações que lhe incumbem em virtude de sentença proferida pela Corte, a outra terá direito de recorrer ao Conselho de Segurança que poderá, se julgar necessário, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença.

**ARTIGO 95**

Nada na presente Carta impedirá os Membros das Nações Unidas de confiarem a solução de suas divergências a outros tribunais, em virtude de acordos já vigentes ou que possam ser concluídos no futuro.

**ARTIGO 96**

1. A Assembleia Geral ou o Conselho de Segurança poderá solicitar parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, sobre qualquer questão de ordem jurídica.
2. Outros órgãos das Nações Unidas e entidades especializadas, que forem em qualquer época devidamente autorizados pela Assembleia Geral, poderão também solicitar pareceres consultivos da Corte sobre questões jurídicas surgidas dentro da esfera de suas atividades.

**CAPÍTULO XV****O SECRETARIADO****ARTIGO 97**

*O Secretariado será composto de um Secretário-Geral e do pessoal exigido pela Organização. o Secretário-Geral será indicado pela Assembleia Geral mediante a recomendação do Conselho de Segurança. Será o principal funcionário administrativo da Organização.*

**ARTIGO 98**

*O Secretário-Geral atuará neste caráter em todas as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Tutela e desempenhará outras funções que lhe forem atribuídas por estes órgãos. O Secretário-Geral fará um relatório anual à Assembleia Geral sobre os trabalhos da Organização.*

**ARTIGO 99**

*O Secretário-Geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais.*

**ARTIGO 100**

*1.No desempenho de seus deveres, o Secretário-Geral e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem receberão instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à organização. Abster-se-ão de qualquer ação que seja incompatível com a sua posição de funcionários internacionais responsáveis somente perante a Organização.*

*2.Cada Membro das Nações Unidas se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral e do pessoal do Secretariado e não procurará exercer qualquer influência sobre eles, no desempenho de suas funções.*

**ARTIGO 101**

*1. O pessoal do Secretariado será nomeado pelo Secretário-Geral, de acordo com regras estabelecidas pela Assembleia Geral.*

*2. Será também nomeado, em caráter permanente, o pessoal adequado para o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela e, quando for necessário, para outros órgãos das Nações Unidas. Esses funcionários farão parte do Secretariado.*

*3. A consideração principal que prevalecerá na escolha do pessoal e na determinação das condições de serviço será a da necessidade de assegurar o mais alto grau de eficiência, competência e integridade. Deverá ser levada na devida conta a importância de ser a escolha do pessoal, feita dentro do mais amplo critério geográfico possível.*

**CAPÍTULO XVI****DISPOSIÇÕES DIVERSAS****ARTIGO 102**

*1. Todo tratado e todo acordo internacional, concluídos por qualquer Membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta, deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registrados e publicados pelo Secretariado.*

*2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registrado de conformidade com as disposições do parágrafo 1 deste Artigo poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas.*

**ARTIGO 103**

*No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta.*

**ARTIGO 104**

*A Organização gozará, no território de cada um de seus Membros, da capacidade jurídica necessária ao exercício de suas funções e à realização de seus propósitos.*

**ARTIGO 105**

*1. A Organização gozará, no território de cada um de seus Membros, dos privilégios e imunidades necessários à realização de seus propósitos.*

*2. Os representantes dos Membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessários ao exercício independente de suas funções relacionadas com a Organização.*

*3. A Assembleia Geral poderá fazer recomendações com o fim de determinar os pormenores da aplicação dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo ou poderá propor aos Membros das Nações Unidas convenções nesse sentido.*

**CAPÍTULO XVII****DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS SOBRE SEGURANÇA**

**ARTIGO 106**

*Antes da entrada em vigor dos acordos especiais a que se refere o Artigo 43, que, a juízo do Conselho de Segurança, o habilitem ao exercício de suas funções previstas no Artigo 42, as partes na Declaração das Quatro Nações, assinada em Moscou, a 30 de outubro de 1943, e a França, deverão, de acordo com as disposições do parágrafo 5 daquela Declaração, consultar-se entre si e, sempre que a ocasião o exija, com outros Membros das Nações Unidas a fim de ser levada a efeito, em nome da Organização, qualquer ação conjunta que se torne necessária à manutenção da paz e da segurança internacionais.*

**ARTIGO 107**

*Nada na presente Carta invalidará ou impedirá qualquer ação que, em relação a um Estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a Segunda Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência da dita guerra, pelos governos responsáveis por tal ação.*

**CAPÍTULO XVIII****EMENDAS****ARTIGO 108**

*As emendas à presente Carta entrarão em vigor para todos os Membros das Nações Unidas, quando forem adotadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificada de acordo com os seus respetivos métodos constitucionais por dois terços dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.*

**ARTIGO 109**

*1. Uma Conferência Geral dos Membros das Nações Unidas, destinada a rever a presente Carta, poderá reunir-se em data e lugar a serem fixados pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Geral e de nove membros quaisquer do Conselho de Segurança. Cada Membro das Nações Unidas terá voto nessa Conferência.*

*2. Qualquer modificação à presente Carta, que for recomendada por dois terços dos votos da Conferência, terá efeito depois de ratificada, de acordo com os respetivos métodos constitucionais, por dois terços dos Membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.*

*3. Se essa Conferência não for celebrada antes da décima sessão anual da Assembleia Geral que se seguir à entrada em vigor da presente Carta, a proposta de sua convocação deverá figurar na agenda da referida sessão da Assembleia Geral, e a Conferência será realizada, se assim for decidido por maioria de votos dos membros da Assembleia Geral, e pelo voto de sete membros quaisquer do Conselho de Segurança.*

**CAPÍTULO XIX****RATIFICAÇÃO E ASSINATURA****ARTIGO 110**

*1. A presente Carta deverá ser ratificada pelos Estados signatários, de acordo com os respetivos métodos constitucionais.*

*2. As ratificações serão depositadas junto ao Governo dos Estados Unidos da América, que notificará de cada depósito todos os Estados signatários, assim como o Secretário-Geral da Organização depois que este for escolhido.*

*3. A presente Carta entrará em vigor depois do depósito de ratificações pela República da China, França, união das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América e ela maioria dos outros Estados signatários. O Governo dos Estados Unidos da América organizará, em seguida, um protocolo das ratificações depositadas, o qual será comunicado, por meio de cópias, aos Estados signatários.*

*4. Os Estados signatários da presente Carta, que a ratificarem depois de sua entrada em vigor tornar-se-ão membros fundadores das Nações Unidas, na data do depósito de suas respetivas ratificações.*

**ARTIGO 111**

*A presente Carta, cujos textos em chinês, francês, russo, inglês, e espanhol fazem igualmente fé, ficará depositada nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. Cópias da mesma, devidamente autenticadas, serão transmitidas por este último Governo aos dos outros Estados signatários.*

*EM FÉ DO QUE, os representantes dos Governos das Nações Unidas assinaram a presente Carta. FEITA na cidade de São Francisco, aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e cinco”.*<sup>247</sup>

<sup>247</sup> Excerto da Carta das Nações Unidas, traduzida em português, “*DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura*”, disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, consultado em 10 de Outubro de 2012.